



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE				
EVENTO: Audiência Pública		REUNIÃO Nº: 0586R/14		DATA: 14/05/2014
LOCAL: Plenário 7 das Comissões	INÍCIO: 10h49min		TÉRMINO: 16h15min	PÁGINAS: 125

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GUIDO MANTEGA - Ministro da Fazenda.

SUMÁRIO

Esclarecimentos do Ministro Guido Mantega acerca da confecção da ata da reunião do Conselho de Administração da PETROBRAS que deliberou sobre a aquisição da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos da América, acerca da crise econômica e do rebaixamento da classificação de risco do Brasil.

OBSERVAÇÕES

Audiência pública com a participação da Comissão de Finanças e Tributação.
Houve exibição de imagens.
Há oradores não identificados.
A reunião foi suspensa e reaberta.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Não foi elaborado roteiro de reunião.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Dois Deputados, cujas intervenções não constam do roteiro do Som, o único disponível, e cujas vozes não foi possível identificar, embora consultado o Banco de Vozes do DETAQ, solicitam ao Presidente da reunião a retirada das notas taquigráficas de duas expressões, uma relativa ao Ministro Guido Mantega e outra, ao Senador Aécio Neves.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos desta reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação, destinada a ouvir esclarecimentos do Ministro Guido Mantega acerca da confecção da ata da reunião do Conselho de Administração da PETROBRAS que deliberou sobre a aquisição da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos da América, a crise econômica e o rebaixamento da classificação de risco do Brasil, objetos do Requerimento nº 613, de 2014, de autoria do Deputado Mendonça Filho e subscrito pelos Deputados Vanderlei Macris, José Guimarães, Fernando Francischini, Sibá Machado, Marcio Junqueira e Alexandre Santos, e do Requerimento nº 289, de 2014, da Comissão de Finanças e Tributação, de autoria dos Deputados Rodrigo Maia e José Stédile.

Queremos informar que a audiência pública marcada para amanhã, dia 15 de maio, com o ex-Presidente da PETROBRAS Sr. Sérgio Gabrielli, a pedido do convidado, está cancelada. O ex-Presidente ligou para a Comissão na última sexta-feira e nos comunicou que, dada a iminência da instalação da CPMI da PETROBRAS, ele se resguardará para vir a esta Casa falar à CPMI. Nós agradecemos a deferência do Sr. Sérgio Gabrielli para com a Comissão. E há o compromisso do Sr. Sérgio Gabrielli de, em a CPMI não funcionando ou, por algum problema, não acontecendo, ele vir à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle atender o convite que a Comissão lhe fez.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - O ex-Presidente Gabrielli estava tão corajoso para falar! O que foi que houve? Virou um gatinho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Rodrigo Maia, V.Exa. não pode querer que este Presidente responda aquilo que eu não posso responder.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - V.Exa. falou com ele por telefone, talvez possa fazer uma análise da voz dele, alguma coisa assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu não medi o grau de coragem ou de medo do Sr. Gabrielli, apenas estou comunicando o que nos foi passado.

Eu gostaria de pedir silêncio aos presentes, para que tenha bom andamento esta audiência pública.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu me ofereço para dar outra interpretação. A coragem está mantida, e V.Exa. informou que, caso ele venha a não comparecer à CPMI, ou mesmo à própria CPI do Senado, ele já se dispôs a vir aqui posteriormente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nós tínhamos aqui um entendimento de que o Ministro Lobão comparecesse a esta Comissão caso a Presidenta Graça Foster não comparecesse. Ela compareceu, e seria muito importante que nós fizéssemos dentro da nossa Comissão uma discussão para estabelecer os equívocos e, muito mais do que isso, a defesa de teses absolutamente diferente de ambos, tanto do ex-Presidente Gabrielli quanto da Presidente Graça Foster. Portanto, seria muito importante, fundamental, que V.Exa. fizesse um esforço especial no sentido de que ele viesse aqui. Caso contrário, eu vou ser obrigado a reconhecer que ele não quer fazer esse depoimento, porque vai, com certeza, estabelecer diferença em relação ao que declarou a Presidente Graça Foster.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma questão de ordem. Eu queria dizer o seguinte: independentemente de qualquer tema que o Deputado Vanderlei Macris e outros possam estar levantando, isso tem que ser discutido numa sessão ordinária da Comissão. A gente luta tanto para que as autoridades que são convidadas ou convocadas aqui compareçam para prestar esclarecimentos, que a gente deve aproveitar este tempo para ouvir o Ministro Guido Mantega sobre os questionamentos que lhe forem feitos. Vamos guardar os outros temas para as reuniões ordinárias.

(Não identificado) - Até porque há três Comissões presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Edson Santos. Depois, o Deputado Vaz de Lima.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, a exemplo do que foi estabelecido nas reuniões anteriores, eu sugiro que V.Exa. encaminhe ao Plenário o



tempo máximo desta reunião, que deverá ser de 4 horas, a exemplo dos procedimentos anteriores desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Vaz de Lima.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA - Sr. Presidente, eu quero concordar com o nobre Deputado Eduardo Cunha. De fato este é um assunto para tratarmos numa reunião ordinária. No entanto, é bom registrar que a recusa de vinda do ex-Presidente da PETROBRAS — e ele tem esse direito, porque fizemos um convite, não podemos coagi-lo — deixa transparecer um receio enorme do Governo de confrontar duas versões.

Então, no momento aprazado, eu gostaria de aprofundar um pouco mais essa discussão na nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

V.Exa. tem a palavra, Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Eu só quero contraditar a questão do tempo, Sr. Presidente. Nesta mesma sala aqui, na época do Governo Fernando Henrique, por 8 anos, o Ministro Malan chegava a ficar 7 horas, 8 horas expondo e respondendo a todas as perguntas. A presença tão ilustre do Ministro da Fazenda se reveste neste momento de grande importância, e o tempo é o de menos. E preciso dedicar tempo ao Parlamento, quantas horas forem necessárias, para responder às perguntas, dar prioridade ao Parlamento sobre outras ações externas, a não ser que a Presidente esteja requerendo com urgência o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Nós seguiremos o rito que a Comissão sempre seguiu até este momento.

Passaremos a palavra, em instantes, ao convidado, o Ministro Guido Mantega, para que ele possa fazer sua explanação sobre os temas objeto do convite da nossa Comissão e da Comissão de Finanças e Tributação. Encerraremos as inscrições ao final dessa explanação.

O acordo de tempo que foi possível fazer na última reunião, com a Presidente da PETROBRAS, Graça Foster, só poderá ser repetido se houver comum acordo dos Parlamentares do Governo e dos Parlamentares da Oposição. O que nós procuramos fazer e estamos pregando é que a nossa reunião não fique cansativa e



improdutiva. Nós queremos uma reunião produtiva, para que sejam prestados esclarecimentos ao Parlamento e ao povo brasileiro, que, sem dúvida alguma, nos acompanha neste momento.

Então, para evitar polêmicas, nós passaremos a palavra ao convidado, para que possa iniciar logo a sua explanação.

Mas antes vamos esclarecer os procedimentos que adotaremos nesta reunião.

Passaremos também a palavra ao Presidente Mário Feitoza, logo após estes dois comunicados que faço aos presentes.

Nós convocamos na última reunião o Ministro do Desenvolvimento Econômico, Sr. Mauro Borges, diante da não vinda do Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, convidado por esta Comissão. O Presidente me mandou um comunicado na manhã de hoje, colocando-se à disposição para vir a esta Comissão, mas, como nós aprovamos uma convocação — ato da Comissão assinado por nós enquanto Presidente, prezando pelo respeito a esta Casa —, eu só posso deliberar sobre o assunto se houve acordo com o Plenário. O comunicado já está aqui, em nossas mãos. Ele se dispõe a vir nos dias 27 de maio, 24 ou 25 de julho, 8 ou 9 de julho. Então, na próxima reunião nós debateremos se, com a vinda do Presidente do BNDES à Comissão de Fiscalização, fica dispensada a vinda do Ministro, ou se nós manteremos a convocação feita. Este Presidente acatará a decisão da maioria do Plenário, porque temos procurado agir de maneira democrática desde o início do ano e é assim que vamos concluir os nossos trabalhos à frente da Comissão de Fiscalização. O comunicado já está com a Presidência da Comissão.

Firmamos também o compromisso de, na próxima reunião, que seria esta, no dia de hoje, apresentar a PEC que estende convocações a cargos de segundo escalão, presidentes de bancos, diretores, participantes de diretorias de agências reguladoras, de autarquias, secretários-executivos dos Ministérios, ou seja, a outros membros, para que evitemos convocar Ministros e convidar uma pessoa que está exercendo cargo que, na hierarquia, está abaixo do Ministro. Vou pedir que uma cópia desta PEC seja entregue aos senhores. Antes de tudo, ela valoriza o Parlamento brasileiro.



Passarei a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, que, junto conosco, realiza esta audiência pública. O Deputado Mário Feitoza está com a palavra.

O SR. DEPUTADO MÁRIO FEITOZA - Grande amigo e colega Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Deputado Hugo Motta, demais membros desta Comissão, Exmo. Sr. Ministro Guido Mantega, caros colegas Deputados e Deputadas, ouvintes de todos os meios de comunicação desta Casa, para nós é motivo de muita satisfação participar desta reunião conjunta da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e da Comissão de Finanças e Tributação, a qual eu presido com muita honra, por indicação do meu partido, o PMDB.

Quero apenas esclarecer um ponto importante. Nós realizamos um seminário. Eu havia discutido com o meu Líder Eduardo Cunha e com o Presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves, que, diante do tempo exíguo este ano — a Comissão de Finanças tem normalmente 40 sessões por ano, e este ano terá 28, por motivos óbvios —, eu gostaria de fazer uma agenda positiva, até para prestar contas da minha Comissão de Fiscalização e Controle. Então, submeti à apreciação do Líder e do Presidente da Casa um seminário, em que nós ouvimos as principais confederações: a Confederação Nacional da Indústria, com o Robson Braga; a Confederação Nacional das Instituições Financeiras, com o Trabuco; a Confederação da Agricultura e Pecuária, com a Kátia Abreu; a Confederação Nacional do Transporte, com o Clésio Andrade; e Confederação Nacional do Comércio, com o Antonio Santos.

Nós fizemos, durante 2 meses, reuniões com eles. Perguntávamos: *“Amigo, a sua confederação representa as classes produtoras, onde está a dor de vocês? Onde dói mais em vocês?”* Fizemos isso para poder propor uma agenda positiva. Então construímos alguns motivos importantes e óbvios para que as confederações pudessem dizer, alto e bom som, quais eram seus principais objetivos e metas.

E também chamamos o Governo. Chamamos aqui o Ministro Guido Mantega, para fazer a abertura, e chamamos vários representantes de órgãos como o DIEESE, a OAB, o CADE, o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, além de Ministros notáveis e nobres como Afif Domingos, Manoel Dias, Neri Geller e Manoel Borges, para que o Governo também dissesse o que queria ouvir desta



Casa, o que quer de urgência desta Casa, para podermos fazer uma agenda célere. Fizemos um apanhado de tudo isso e estamos editando, concentrando esforços.

Naquele momento eu dizia que o Congresso tinha que se calar e ouvir as classes produtoras e o Governo para que pudesse fazer uma agenda positiva. Estamos preparando esse documento, que sairá em breve. Nós faremos oportunamente a comunicação.

Agradeço ao meu colega e amigo o nobre Deputado Hugo Motta, que tão jovem já preside uma das mais nobres Comissões do Congresso do meu País, e agradeço pela presença ao Ministro, com quem, cuidadosamente, eu já tive uma conversa prévia. A notícia boa ele já nos deu, com relação ao REFIS. As classes produtoras tanto pedem, tanto lutam para que o REFIS seja prorrogado, e isso já está na pauta do Ministro.

Devolvo a palavra ao meu Presidente Hugo Motta, para que ele possa conduzir os trabalhos.

Obrigado a todos pela atenção. Bom dia. Que tenhamos proveito com a presença do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Felipe Bornier, 2º Vice-Presidente. *(Pausa.)*

Deputado Manuel Rosa Neca, V.Exa. também gostaria de falar? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Sr. Presidente Hugo Motta, quero parabenizar V.Exa. pela condução deste trabalho e também ao Deputado Mário Feitoza, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, e cumprimentar o Ministro Mantega. Tenho certeza de que esta é uma oportunidade muito boa para o debate.

Ministro, quero dar-lhe as boas-vindas a esta Comissão. Esta é a oportunidade de esclarecermos, de uma vez por todas, a ata daquela reunião do Conselho de Administração da PETROBRAS sobre a aquisição da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, e é também uma grande oportunidade para debatermos a crise econômica do País e o rebaixamento da classificação de risco do Brasil.

Desejo uma boa audiência a todos. Quero dizer que a presença de V.Exa. nesta reunião, Ministro, certamente engrandece, e muito, esta audiência pública.



Todos lhe temos admiração e respeito por V.Exa. estar participando desta audiência hoje, ao contrário do que vem acontecendo com outros expositores, que fogem do Parlamento, que fogem dos questionamentos do Brasil. O que V.Exa. faz hoje, ao estar diante dos Parlamentares, respondendo a questionamentos, é certamente o que o Brasil espera dos governantes públicos. Então, parabéns! E que o debate de hoje seja muito oportuno!

Cumprimento também o Deputado Manuel Rosa Neca, 3º Vice-Presidente desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., Ministro Guido Mantega, em nome de todos os membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e da Comissão de Finanças e Tributação, pela disposição de atender o nosso convite. É um prazer recebê-lo. Espero que a vinda de V.Exa. seja esclarecedora e venha engrandecer esta relação essencial para o bom funcionamento do Legislativo e do Executivo. Não tenho dúvidas de que teremos uma grande audiência pública.

Esclarecimentos sobre o funcionamento da reunião.

Antes de iniciar as exposições, eu gostaria de propor a este colegiado os seguintes procedimentos, para serem adotados na audiência pública de forma a assegurarmos o bom andamento dos trabalhos.

O tempo reservado para o convidado será de 40 minutos, prorrogáveis, período em que ele não poderá ser aparteado. Encerrada essa exposição, falarão os Deputados autores do requerimento, de forma alternada por Comissão participante, pelo prazo de 5 minutos. Em seguida, falarão os Líderes inscritos, pelo prazo de 5 minutos, não sendo permitidos apartes. E, após os Líderes, os Deputados inscritos poderão fazer suas interpelações, por 3 minutos, alternadamente entre os membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e da Comissão de Finanças e Tributação. Posteriormente, terão a palavra os Deputados inscritos que não são membros de nenhuma das duas Comissões. O convidado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo.

As inscrições serão encerradas após a explanação do convidado, como temos feito em todas as audiências públicas. Peço atenção à Secretaria da Mesa



para que, após o convidado concluir a sua explanação, as inscrições sejam encerradas. Daí, passaremos ao momento do debate.

Passo a palavra ao Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos. Eu queria saudar o Deputado Hugo Motta, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; o Deputado Mário Feitoza, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; o Deputado Felipe Bornier, 2º Presidente desta Comissão; todos os Deputados presentes, assessores, imprensa e demais convidados. É sempre uma satisfação vir ao Parlamento, vir à Câmara dialogar com os senhores e esclarecer matérias de interesse do País.

Eu vou fazer uma apresentação rápida sobre o tema talvez principal da minha vinda aqui, que é dar um panorama da economia brasileira nos próximos anos, e dentro desse panorama mencionarei a questão das empresas de *rating*, que é um dos objetos do convite para eu vir aqui. Também falarei um pouco da PETROBRAS, que é objeto de um segundo convite.

Começo pelas perspectivas. Quais são as perspectivas da economia brasileira para os próximos anos?

Eu posso dizer, Sr. Presidente, que as perspectivas são de melhora gradual da nossa economia nos próximos anos, a começar já em 2014 — na verdade, já começando em 2013 —, em sintonia com a recuperação da economia mundial. Não podemos esquecer que nos últimos 5 anos a economia mundial foi acometida pela maior crise do capitalismo dos últimos 80 anos. A boa notícia é que estamos saindo dessa crise. Podemos dizer que a crise já está sendo superada. Porém, da superação da crise até conseguirmos implantar um novo ciclo de crescimento, isso não é imediato, há uma transição, que eu chamaria até de transição dolorosa para todos os países envolvidos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós podemos ver aí o panorama da economia mundial em 2013, o desempenho da economia mundial. Esse é o PIB dos países. Em vermelho, aqueles que cresceram menos de 2%; em azul, os países que cresceram mais. Podemos ver que a maioria, ou boa parte dos países importantes, cresceu menos que 2%. Mesmo os Estados Unidos, que são um país que está voltando a crescer, que está



ganhando dinamismo, e cuja recuperação está sendo festejada, tiveram crescimento, no ano passado, de 1,9%, um crescimento, eu diria, ainda modesto. No crescimento dos países europeus nem se fale. Parte deles ainda estava com crescimento negativo. A União Europeia teve crescimento do PIB de menos 4% no ano de 2013, embora nitidamente melhor em relação aos anos anteriores. Os países emergentes também sofreram o resultado dessa atrofia da economia internacional, e temos visto países dinâmicos como a China com seu crescimento desacelerando, e países como a Índia também com crescimento bastante reduzido nos últimos anos.

O Brasil teve crescimento de 2,3% no ano passado, crescimento este que será revisto em breve. Deveremos ter, até o final deste mês, um novo PIB para 2013, porque o IBGE fez uma revisão da produção industrial de 2013. Anteriormente era de 1,2%, e agora passou para 2,3%. Isso vai alterar o desempenho do PIB, mas não sabemos ainda para quanto vamos.

Então, 2013 foi talvez o ano da virada.

Em 2014, as projeções — isto são projeções, portanto não aconteceram ainda, ao contrário das de 2013, que já aconteceram —, elas são mais otimistas. Elas são feitas pelo Fundo Monetário. Os Estados Unidos deveriam passar do vermelho para o azul, com crescimento de aproximadamente 3%. Mas, como a vida não tem sido fácil para as economias de modo geral, nós já temos o resultado do PIB dos Estados Unidos no primeiro trimestre, e o crescimento foi de 0,025%, o que, multiplicado por 4, para ser anualizado, dá 0,1%. Portanto, muito modesto o crescimento no primeiro trimestre. Então, mesmo para um país que está conseguindo ganhar um dinamismo, esse dinamismo custa a acontecer. Não se sai com facilidade de uma crise do tamanho da que nos acometeu.

No Brasil, nós estamos com uma projeção diferente do Fundo Monetário, apostando num crescimento semelhante ao crescimento do ano passado. De qualquer forma, eu diria que a recuperação da economia internacional está sendo mais lenta do que aquela prevista pelos órgãos internacionais, como o Fundo Monetário e outros semelhantes.

No ano passado, particularmente a partir de maio do ano passado, houve uma turbulência internacional. Essa turbulência aconteceu porque o Banco Central americano, o FED, anunciou que reduziria os estímulos monetários que vinha



dando, e criou-se uma instabilidade, um movimento de capitais, que saíram de países emergentes e foram para os Estados Unidos atrás de taxas mais atrativas de rendimento nos *treasuries*. Então, houve uma revoada de capitais para os Estados Unidos que causou uma turbulência nos mercados de câmbio e nos mercados de bolsa dos países emergentes. Todos os países emergentes foram afetados, o Brasil inclusive. Isso significou desvalorização de bolsa, desvalorização de câmbio, saídas de capital. Felizmente, no Brasil não houve saída de capitais, mas na maioria dos emergentes sim. Esse foi um momento em que os países emergentes pareciam fragilizados. Alguns chegaram até a dizer que os emergentes já iam entrar numa rota de decadência. Os analistas apressados já queriam decretar finados os países emergentes.

Felizmente, passada essa turbulência, a partir de dezembro, o FED finalmente começou a fazer essa redução de estímulo monetário: ao invés de injetar 85 bilhões de dólares por ano na economia, começou a tirar 10 bilhões por mês dessa importância. Então, em dezembro, passou para 75 bilhões de dólares; em janeiro, para 65 bilhões; em fevereiro, para 55 bilhões. Porém, como os mercados antecipam as reações, eles já tinham praticado as mudanças que queriam nos fluxos de capitais, e o que aconteceu foi que, quando de fato o FED botou isso em prática, houve alguma turbulência maior em dezembro e janeiro, mas depois o mercado já se acostumou, portanto veio uma calma nos mercados de câmbio, de juros e de bolsas mundiais, além de uma volta dos fluxos de capitais para os países emergentes. A volta reconstituiu o câmbio que tinha se desvalorizado em vários países, inclusive aqui no Brasil, para patamares melhores, digamos.

Nós podemos ver ali o resultado das taxas de câmbio dos principais países. Eu peguei os últimos 3 meses e os últimos 6 meses. Os senhores podem verificar que, nos últimos 3 meses, a moeda brasileira, o real, foi a que mais se valorizou: 8% em 3 meses. Portanto, recuperou tudo o que tinha desvalorizado. Em 6 meses, nós somos o país que teve a maior valorização: 5,30%. Então, voltou-se ao normal, digamos, e ninguém mais fala nessa turbulência, ninguém mais fala que os emergentes não vão receber investimentos, não vão crescer, etc. Foi restabelecida uma certa tranquilidade no mercado internacional.



Nós podemos ver também que as bolsas tiveram esse mesmo movimento. Cada uma daquelas linhas representa um país. A mais importante é a linha verde, que mostra a bolsa brasileira. Nesse período — de fevereiro a maio, porque fevereiro foi quando começou a acalmar —, nós tivemos uma valorização de 13%, muito próxima das melhores valorizações nesse período.

Eu quero dizer aos senhores que, mesmo no período de maior turbulência, nós não deixamos de receber investimentos externos diretos. Os investimentos externos diretos no Brasil, desde 2011, passaram a marca dos 60 bilhões de dólares, e lá permanecem até hoje. Em 12 meses, com o fluxo que já entrou no Brasil, um fluxo poderoso — janeiro, fevereiro e março; não temos abril ainda —, nós já temos anualizado, em 12 meses, Deputados, 65 bilhões de dólares de investimento externo direto. Então, quero lhes dizer que o Brasil é um dos mais atrativos mercados para investimento externo direito. E não estou falando de capital especulativo, não estou falando de *hot money* — entrou também; entrou também aplicação em renda fixa, não tem nada de mais —, mas o importante é o investimento externo direto, que entrou bem. O Brasil tem sido, nesses últimos 4 anos — repito, período de crise —, um dos maiores receptores de investimento externo direto do mundo, sempre entre a terceira e a quinta colocação a cada ano que passa. Portanto, o Brasil é um mercado privilegiado para investimento externo direito.

Por que ocorre isso? Porque o Brasil é um país sólido, tem uma economia sólida, e a maior razão da nossa solidez pode ser vista no nosso volume de reservas, porque, quando um país tem reservas, ele pode enfrentar uma escassez momentânea de liquidez, pode enfrentar problemas cambiais, saídas de capitais, que nem ocorrem, porque, quando se tem essa reserva, o pessoal não sai, não brinca em serviço, porque vai perder dinheiro. Então, nós temos aqui um volume de reservas. E podemos ver nitidamente quando o Brasil era um país frágil, quando ele era um devedor do Fundo Monetário — está ali assinalado, até 2004 éramos devedores — e, a partir disso, de 2006 em diante, quando o Brasil passa a ter um volume alto de reservas, entre as maiores do mundo, e passa a ser credor do Fundo Monetário. Hoje o Brasil é credor, portanto está numa situação bastante sólida e confortável.



Além disso, a nossa dívida externa de curto prazo está entre as menores do mundo. Temos aí uma série de países. A nossa dívida externa é de 318 bilhões, quase 319 bilhões, e boa parte dela é privada, não é do setor público. O setor público tem uns 60 bilhões desses 320, portanto quase nada. E, da dívida total, apenas onze e pouco por cento é de curto prazo. Ou seja, se houvesse um problema, se faltasse liquidez, nós teríamos mil vezes o recurso que teria que ser pago, caso houvesse necessidade.

E, ainda, a participação dos estrangeiros na nossa dívida pública é pequena em relação a outros países: em torno de 17%. Ou seja, a nossa dívida pública é principalmente detida por brasileiros, o que, numa crise, é excelente, porque se depende menos dos estrangeiros. Mas quero dizer que, mesmo durante a crise, não diminuiu a participação dos estrangeiros. Eles confiam e têm lucro, naturalmente, têm vantagens em comprar títulos brasileiros. Os senhores podem ver que outros países têm participação muito maior. Se esses estrangeiros resolvem sair desses países, podem causar problemas de instabilidade nesses outros países.

Qual foi o nosso desempenho nesses últimos 5 anos de crise? Cada uma daquelas curvas representa um país, e o Brasil é a curva verde. Nós podemos observar que, no acumulado de 2008 a 2013, o Brasil cresceu 17,7%, foi o quinto, se não me engano, ou o sexto país que mais cresceu do G-20.

(Não identificado) - Cento e dezessete.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Na verdade, a base é cem, então cresceu 17,7%. É claro que China, Índia e Indonésia crescem muito mais historicamente, mas nós estamos com um crescimento igual ao da Coréia, que é um país considerado eficiente, portanto entre os países que mais cresceram. Se nós observarmos aqui outros países, que hoje estão sendo incensados pelo mercado... O Reino Unido, por exemplo, que está crescendo um pouco agora, ele tem nesses 5 anos um crescimento negativo de 2%, quase 2% de acumulado negativo. Ou seja, alguns países agora têm que crescer para recuperar aquilo que eles perderam lá atrás, e nós estamos à frente disso, porque nós mantivemos um crescimento, mesmo que menor.

Portanto, saímos dessa crise muito melhor do que saímos de outras crises que já houve aqui no Brasil, com menos danos do que outras crises causaram.



Nós podemos ver, na trajetória do nosso PIB, que, antes da crise, de 2003 até 2007, nós tínhamos um crescimento maior, o que é natural. Não só o Brasil, mas o mundo todo crescia a taxas maiores. Nós temos uma média, de 2003 a 2007, de crescimento de 4% do PIB, o que é uma boa taxa de crescimento para o Brasil, uma taxa que permite a geração de empregos de que o País precisa. No período de 2008 a 2013, é claro, o crescimento foi menor, como aconteceu também com os demais países. Mas mesmo assim a média é razoável, de 3,1%. Com a retomada da economia internacional, o que se espera é que nós possamos voltar, gradualmente — eu disse gradualmente —, a taxas maiores. Fizemos uma projeção média, que pode até ser superada, caso a economia internacional dê alguma acelerada em algum momento.

Mas eu queria falar um pouco do que aconteceu em 2013 no Brasil. Vamos olhar, por exemplo, a produção industrial de 2013. Nós sabemos que a indústria é o setor que mais sofre com a crise, porque a indústria mundial fica sem mercado e disputa os mercados remanescentes, então toda a indústria cresce menos. Mas mesmo assim, no ano passado a indústria brasileira conseguiu um crescimento de 2,3%, o quinto maior crescimento do G-20. Podemos ver que vários países tiveram crescimento da indústria próximo de zero. O da Índia foi de menos que 1%; o da Rússia, da Coreia e da Alemanha, também de menos de 1%. E vários países tiveram crescimento negativo da indústria no ano passado. Então, ter crescido 2,3% é menos do que a média histórica da indústria — e não foi fácil crescer esses 2,3%, vários obstáculos tiveram que ser enfrentados —, mas o resultado, dadas as circunstâncias, é satisfatório.

O que aconteceu com o investimento? O investimento cresceu nesse período 6,3%. Também o investimento costuma se retrair no período de crise. A última coisa que o empresário vai fazer é investimento, porque ele quer saber se a economia vai se recuperar, se o mercado vai se expandir, e isso fica um pouco incerto em momentos de dificuldade, em momentos de crise. Mesmo assim, graças a estímulos que o Governo deu... O Governo estimulou o investimento nesses últimos anos, e, particularmente em 2012 e 2013, demos subsídios sim para que isso ocorresse. Se há empresários aqui, podemos perguntar-lhes se há dificuldade de fazer investimentos. Vou dizer que há crédito disponível para investimento no Brasil, com



taxas bastante competitivas. Isso resultou, no ano passado, num crescimento de 6,3%, e num ano difícil, repito. Fomos o segundo país em termos de crescimento do investimento, só perdemos para a China. A maioria dos países aqui está com crescimento do investimento negativo.

No ano de 2013, como foi a agricultura brasileira? O desempenho também foi excelente, estimulado pelo Plano Safra e pela capacidade dos agricultores brasileiros. Tivemos crescimento de 7% no ano passado. Fomos o terceiro país cuja agricultura mais cresceu nesse período. Portanto, a agricultura brasileira teve excelente desempenho.

Finalmente, o que aconteceu, nesses anos todos de crise, no mercado de trabalho? Eu quero dizer que, em função do modelo de desenvolvimento que nós implantamos antes da crise, que é um modelo de desenvolvimento que cria muitos empregos — e não é qualquer modelo que tem esta virtude, porque há muito crescimento que se faz sem gerar emprego —, graças a este modelo, nós conseguimos gerar emprego antes da crise e gerar muito emprego mesmo durante a crise, coisa que não aconteceu nos demais países. Então, mesmo quando outros países estavam tendo sua taxa de desemprego aumentada, nós aumentamos a nossa taxa de emprego, absorvemos todo o mercado de trabalho disponível.

Portanto, o nível de vida dos trabalhadores não se deteriorou durante a crise, à diferença do que aconteceu em outras crises que sofremos aqui ou que sofrem os trabalhadores em outros países, onde os trabalhadores são as principais vítimas dos efeitos da crise. Isso não aconteceu no Brasil.

Nós adotamos um programa de desenvolvimento com inclusão social, que implica não só a geração empregos, mas também a redução da desigualdade de renda. E nós podemos observar... *(Pausa.)*

Este quadro mostra que o PIB acumulado nesse período de 2003 a 2012 cresceu 27,8%. Ali temos a base de cem, então ele cresceu 27%. Mas a renda média, medida pela PNAD, cresceu 151%. Essa é uma renda que você mede no domicílio. Qual é a renda da população no primeiro momento e quanto ela cresceu? A renda da população está crescendo mais do que o próprio PIB, o que significa que as condições de vida dos trabalhadores brasileiros, da família brasileira, têm melhorado ao longo do tempo.



A desigualdade também está diminuindo no Brasil. A pobreza está diminuindo, e a desigualdade, em contraste com o que está acontecendo em outros países, onde passou a haver concentração de renda e aumento da desigualdade. Todos estão comentando um livro que saiu recentemente e que mostra justamente a concentração de renda, mesmo nos Estados Unidos, no 1% mais rico da população. Aqui aconteceu o inverso. Estamos em processo de melhoria da distribuição de renda no País. Isso pode ser medido também no desemprego, que no Brasil continuou caindo mesmo durante a crise, enquanto em outros países subiu e se mantém ainda em patamares elevados.

Alguns meses atrás, a empresa Standard & Poor's fez uma avaliação das contas brasileiras e resolveu reduzir em um grau a qualificação do Brasil. Os senhores podem ver o que aconteceu: está ali, no final. O Brasil tem aquela trajetória de *rating* que os senhores estão vendo. Nós tínhamos um *rating*, vamos dizer assim, modesto durante um bom tempo. Depois, tivemos uma ascensão para *ratings* melhores. Chegamos a um *rating* acima do grau de investimento. E a Standard & Poor's achou, na avaliação das nossas contas públicas etc., que nós deveríamos sofrer uma redução. Naturalmente, eu discordo dessa redução, acho que não houve uma avaliação boa dessa empresa de *rating*. E ela não foi corroborada pelas demais empresas de *rating*. Mas, enfim, a consequência desse rebaixamento foi nula em termos de reações de mercado. O que aconteceu com os mercados depois dessa mudança? Absolutamente nada. Na verdade, até houve um aumento das bolsas e uma valorização do real, sinal de que esse rebaixamento foi solenemente ignorado pelo mercado. A justificativa que eles deram, de forma muito sintética, está colocada aí: o rebaixamento reflete perspectivas de que a execução fiscal permanecerá fraca. Ou seja, eles fazem uma avaliação, a meu ver equivocada, de que nós não vamos cumprir a meta de primário que nós estabelecemos para este ano, embora no ano passado nós tenhamos cumprido exatamente a mesma meta que estabelecemos para este ano, de 1,9%. E eu garanto que nós vamos cumprir 1,9% este ano também. Mas a empresa acha que não. Bem, talvez ela tenha avaliações de que eu não disponho. Não sei. Mas as outras empresas de *rating*, a Moody's e a Fitch, como os senhores podem ver, confirmaram o nosso *rating*



fazendo observações favoráveis ao Brasil. De qualquer forma, ninguém mais se lembra desse episódio, que não teve maior importância para a economia brasileira.

Foi muito importante para que o Brasil pudesse ter passado por essa crise com menos danos que outros países — porque danos existem, claro; é difícil para todo mundo —, que nós tivéssemos fundamentos sólidos, e precisamos continuar dessa forma. Os fundamentos são essenciais, e nós temos que manter as contas públicas sempre sólidas, cumprir metas estabelecidas e continuar reduzindo os níveis de endividamento. Isso tem sido feito. É claro que, no período de crise, nós diminuimos a nossa arrecadação e fazemos política anticíclica. Com isso, diminuimos o superávit primário.

Podem observar que nós temos 15 anos de um resultado sólido nas contas de primário e nos comprometemos, na LDO, até a aumentar o resultado primário nos próximos 3 anos. Portanto, com esse desempenho, que é um compromisso do Governo, aliás, com a ajuda do Congresso — porque o Congresso também aprova ou não aprova projetos que podem alterar as despesas, as contas públicas; é um trabalho conjunto o que nós fazemos; é uma responsabilidade conjunta —, nós poderemos continuar sendo um dos países que realizam um dos maiores primários do mundo. O resultado primário do Brasil é um dos maiores do mundo e continuará sendo nos próximos anos.

Vejam o resultado em termos da dívida.

Nós podemos ver que a nossa dívida líquida vem caindo ao longo do tempo, com algumas oscilações. No período de crise, um pouco menos, mas, mesmo no ano passado, com o resultado primário que tivemos, a dívida líquida e a dívida bruta caíram, e nós trabalharemos para que isso continue ocorrendo no futuro.

Tão importante quanto manter a solidez fiscal é manter o controle da inflação. Portanto, nós temos um regime de metas de inflação, e, nos últimos 10 anos, esse regime de metas está sendo cumprido. Nós não temos ultrapassado o limite superior da meta de inflação, embora, nos últimos anos, tenhamos tido algumas pressões adicionais.

Nos últimos 3 anos, tivemos, por exemplo, uma pressão adicional de alimentos. Os alimentos tiveram preços maiores por uma série de razões, entre elas: seca nos Estados Unidos, que elevou o preço dos grãos; há 2 anos, seca na China,



na Índia; mais recentemente, falta de chuvas no Brasil também. Com isso, nós tivemos pressões de alimentos, que se somaram à desvalorização do nosso câmbio.

A desvalorização cambial é boa para os exportadores, porém causa uma pressão inflacionária, pelo menos num primeiro momento. E nós estamos já há uns 2 anos com essa pressão do câmbio. Ou seja, não tivesse havido a desvalorização do real nos anos de 2012 e 2013 — em 2014, menor —, nós teríamos uma inflação menor. Isso significa que nós estamos importando produtos a preços maiores.

Mesmo assim, nós podemos ver que a inflação está sob controle, não ultrapassa os limites, e, neste momento, depois de termos tido uma pressão maior em março, quando a inflação foi maior, ela já está numa trajetória de queda. Existe uma sazonalidade na inflação também, porque existem períodos do ano, em geral, final e início do ano, em que há uma pressão de hortifrutigranjeiros, em função do regime de chuvas, de estiagem e tudo mais. Então, tem havido isso, porém, em seguida, essa pressão diminui, e nós estamos vendo já que o IPCA de abril, anunciado recentemente, foi bem menor que o IPCA de março.

Podemos ver, na projeção da Focus, que ela tem uma expectativa de queda da inflação nos próximos meses. Então, estamos numa trajetória de queda da inflação.

Quais são, hoje, as forças dinâmicas do desenvolvimento do Brasil que são refletidas nas prioridades da política econômica?

A principal força dinâmica é o investimento em infraestrutura, porque nós temos algum atraso em infraestrutura — são 30 anos, 40 anos de baixo investimento em infraestrutura — e temos que investir mais em infraestrutura. Portanto, isso foi priorizado por este Governo.

Além disso, nós temos que aumentar a produtividade da economia, aumentar as inovações. Por isso, temos feito investimentos em capital humano, ou seja, mais investimentos em educação, para qualificar mais o trabalhador, aumentar sua produtividade e seu padrão de vida.

Nós temos também que melhorar o mercado interno. Ele tem um grande potencial, tem aumentado muito nos últimos anos, mas, mais recentemente, está, digamos, com menos dinamismo, por falta de crédito. Há uma falta de crédito para



consumo. Não há falta para investimento, mas há falta de crédito para consumo, embora o nível de inadimplência tenha caído bastante nos últimos anos.

O mercado externo também é importante, porque as empresas brasileiras têm que poder exportar, porém nós temos a dificuldade da recuperação lenta da economia internacional. Vai acontecer. Ainda não aconteceu.

Ali nós podemos ver a composição do crédito e como ele vem caindo no Brasil, principalmente o chamado crédito livre, que é aquela curva de baixo. Nós temos algo como 6,5% de crescimento do crédito livre.

Aqui temos o grande programa de concessões em infraestrutura.

A nossa prioridade de investimento está expressa num grande programa de concessões, que foi anunciado há 2 anos, 3 anos. Esse programa é de mais de meio trilhão de reais, com investimentos em várias áreas. Esse investimento já está tomando corpo, já está se consolidando nesse período, e, nas áreas que os senhores já conhecem — aeroportos, portos, rodovias, ferrovias, petróleo e gás, energia —, estará, nos próximos anos... Isso aqui não é imediato. Já estão começando a frutificar esses investimentos, porém são investimentos para pelo menos meia década ou até mais, quando eles vão tomando corpo.

Eu quero salientar o plano de investimentos da PETROBRAS. Hoje a empresa que mais investe no País se chama PETROBRAS. Ano passado, a PETROBRAS investiu 104 bilhões de reais. Portanto, fez um investimento extraordinário. Se nós olharmos o quanto ela investiu nos últimos 5 anos, 6 anos, veremos que é um volume extraordinário. A PETROBRAS é uma das empresas de petróleo que mais investe no mundo, comparada com as grandes empresas, comparada com as empresas que têm ações em bolsa e, portanto, cujos balanços são conhecidos. Ela é a que tem investimento maior nos últimos anos, acima de 40 bilhões por ano.

Esse investimento é forte porque nós temos uma grande reserva no pré-sal que tem que ser extraída e requer a implantação de plataformas, navios de apoio, etc. Então, é um megainvestimento. O nosso plano de negócios, de 2014 a 2018, é de 234 bilhões de dólares, um dos mais altos do mundo.

Então, é um período de grande investimento, mas o resultado, a extração do petróleo e o aumento da produção, vem com determinado lapso de tempo; não é



imediatamente. Você precisa ficar 4 anos, 5 anos, 6 anos investindo, instalando as plataformas e, em seguida, você tem o resultado do aumento da produção, do faturamento e tudo mais.

Então, nós podemos ver como aumentou o nível de investimento, nos últimos anos, da PETROBRAS e seu plano de negócios. Podemos ver também a evolução da receita da PETROBRAS. O faturamento, no ano passado, foi bastante expressivo e, como os senhores podem ver, passou de 300 bilhões.

Finalmente, nós temos aqui a projeção da expansão da produção da PETROBRAS.

Nós ficamos, nos últimos anos, com uma expansão modesta, porque ainda não estavam frutificando os investimentos que estavam sendo acumulados com as plataformas que os senhores estão vendo aí que foram implantadas, mas, depois de 3 anos de estagnação dessa produção, agora em 2014, nós já estamos com uma expansão expressiva dessa produção. Este ano, será de 7,5%. Portanto, nós vamos aumentar o faturamento da empresa e vamos ter uma produção cada vez maior, alcançando, em 2020, a produção de 4 milhões de barris/dia. Então, é muito expressivo o aumento. Hoje nós estamos em torno de 2 milhões de barris/dia, e, portanto, vemos que haverá uma expansão bastante considerável.

Além disso, nós temos um programa habitacional, que é prioritário, porque mobiliza o setor de construção, e o setor de construção gera empregos no País. E nós já estamos com uma meta de 3 milhões e 750 mil casas até o fim de 2014. Nós já entregamos mais de 1 milhão de casas, e, para o que foi liberado, já foi contratado financiamento de mais de 75 bilhões de reais. Portanto, é um programa extremamente importante para movimentar a economia brasileira e atender necessidades.

Além disso, nós temos aumentado os recursos para a educação, em que também havia um atraso grande. Nos últimos 50 anos, o Brasil investiu pouco em educação. Temos que fazer um esforço. As verbas do Ministério da Educação praticamente triplicaram nos últimos anos. Aí está em valor real, corrigido, trazido a dezembro de 2013.

Portanto, temos recursos, e já temos 6 milhões e 800 mil brasileiros matriculados no ensino técnico, o que é muito importante, para rapidamente darmos



uma resposta de qualificação da mão de obra e termos aumento da produtividade e da renda desses trabalhadores.

Por fim, queremos mostrar que estamos cumprindo o objetivo fundamental da política econômica. E qual é o objetivo da política econômica? Aumentar o padrão de vida da população brasileira. Esse é o objetivo central, e ele está sendo alcançado. Podemos ver ali o aumento da renda *per capita* da população ao longo dos últimos anos. De 2003 até 2013, tivemos o aumento de 29,3% da renda *per capita*. Foi um aumento expressivo, e temos ainda que continuar aumentando essa renda *per capita*, porque ela ainda é inferior à renda *per capita* de vários países cujo padrão de vida nós almejamos alcançar.

Quero agradecer a todos pela paciência de me ouvirem no tempo que tomei e ao Presidente Hugo Motta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Sr. Ministro pela exposição e passo agora ao debate.

Os autores dos requerimentos das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Finanças e Tributação irão alternar-se, como anunciei no início da audiência pública.

As inscrições estão encerradas.

Estamos nos aproximando do meio-dia, e quero consultar o Plenário se determinar encerrarmos a audiência pública às 15 horas seria um horário razoável. Quero ouvir V.Exas.

(Não identificado) - Às 16 horas, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Se V.Exa. calcular o número de inscritos e dividir o tempo pelo tempo que V.Exa. propõe... Acho razoável fazer uma conta rapidinha, incluindo questões de ordem, etc. Então, acho que é bom dar satisfação a todos os inscritos.

(Não identificado) - Sr. Presidente, vamos encaminhando a reunião, e a gente avalia no curso dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não há acordo. Então, vamos seguir com os inscritos.



Passo a palavra ao Deputado Mendonça Filho, lembrando que manteremos a rigorosidade com o tempo do cronômetro.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Uma pergunta antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu quero perguntar ao Ministro Guido Mantega se, porventura, eu posso fazer indagações a V.Exa. e V.Exa. pode responder no meu tempo, de forma mais objetiva, para que eu não tenha que voltar ao tema três ou quatro perguntas depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - As perguntas serão feitas em blocos, compostos de indagações de 5 Deputados, como sempre fazemos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sim, mas eu quero indagar ao Ministro se ele concorda que a gente possa estabelecer...

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, não há acordo sobre isso. Não há acordo sobre isso.

(Não identificado) - Sr. Ministro, uma sugestão: faz 5 blocos e responde tudo junto.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Não há acordo sobre isso; não é regimental.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Deputado Edson, eu estou falando com o Ministro; não é com V.Exa., não.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Mas isso não é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero deixar bem claro, Ministro, que essa é uma sugestão que os Deputados da Oposição fazem sempre, e cabe a V.Exa., que é o convidado, aceitar ou não. V.Exa. pode responder dentro do tempo do Deputado ou, então, ao final das perguntas, dos questionamentos de 5 Parlamentares, V.Exa. terá igual tempo para responder em bloco. V.Exa. acatará o pedido do Deputado Mendonça ou responderá em bloco?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Ministro prefere responder em bloco.

Então, Deputado Mendonça, V.Exa. tem 5 minutos. Eu peço a atenção de quem está controlando o cronômetro.



O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, antes de começar a rodar o cronômetro, eu só quero dizer a V.Exa. que, além dos 5 minutos como autor do requerimento, eu tenho mais 5 minutos como Líder. Eu vou tentar utilizar os 5 minutos. Se necessário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. deseja usar os 10 minutos?

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Deixe-me ver o andamento das perguntas, e aí eu vou usar o tempo que se fizer necessário para complementar as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É regimental, e esta Presidência acatará o pedido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - E eu, naturalmente, terei direito à réplica.

Bom, Ministro, a primeira indagação que eu faço a V.Exa. é com relação à sua atuação no processo de aquisição da refinaria de Pasadena.

Alguns veículos da imprensa noticiaram, especificamente a revista *Veja*, que, por recomendação de V.Exa., o então Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Adams, encaminhou uma correspondência para a então Secretária-Executiva da Casa Civil da Presidência da República, Erenice Guerra, textualmente dizendo que não levasse em consideração a inclusão de certas cláusulas negativas ao interesse da PETROBRAS, especificamente a cláusula Marlim. Essa correspondência foi do Adams para a Erenice Guerra, que, à época, era Secretária-Executiva da então Ministra Dilma Rousseff.

Evidentemente, eu gostaria de saber por que V.Exa. recomendou ao então Procurador essa atitude e se V.Exa. concorda com a Presidente Dilma, ou dela discorda, em que a operação de Pasadena foi um mau negócio e que, se ela tivesse conhecimento das cláusulas *put option* e Marlim, como disse a Presidente Dilma em nota oficial, ela não teria autorizado, como Conselheira da PETROBRAS, tal operação. V.Exa. concorda com a Presidente Dilma ou discorda dela?

E por que V.Exa. fez a recomendação, via Procurador da Fazenda Nacional, essa recomendação não foi cumprida, foi descumprida, e ficou tudo por isso mesmo? Muito tempo depois é que se deu o grande escândalo nacional envolvendo



a aquisição de uma refinaria de petróleo que significou um prejuízo bilionário para os cofres da PETROBRAS.

A segunda pergunta, Ministro, diz respeito ao rebaixamento do *rating* do Brasil pela Standard & Poor's. V.Exa. disse que era inconsistente com as condições da economia brasileira e contraditória com a solidez e os fundamentos do Brasil. Sr. Ministro, V.Exa. inclusive colocou em dúvida a competência da agência de *rating*, dizendo que a decisão de rebaixar foi feita na base do "achismo" — aspas; palavra de V.Exa. Quero saber de V.Exa. o que tem a dizer com relação a esse fato.

Eu acho curioso que na sua exposição V.Exa. fale muito sobre crescimento, mas, analisando os números da América do Sul, vemos que, no ano passado, o Brasil só cresceu mais do que a Venezuela, um crescimento medíocre. Em 2012, o Brasil cresceu 0,9%; a Índia, 4%; a China, 7,8%; o México, 3,9%; o Chile, 5,5%.

Eu fiquei realmente espantado ao ver aquele gráfico do crescimento no mundo. É evidente que, taticamente, a exposição de V.Exa. exclui praticamente toda a América do Sul, que cresceu mais do que o Brasil. Quer dizer, é a tática de mostrar uma realidade falsa à opinião pública brasileira, de maquiar os números macroeconômicos. Que estratégia é esta?

No *Estadão* do dia 12 de maio, fala-se sobre preço de gasolina e diz-se que a Graça Foster sinaliza que deve subir o preço da gasolina. É isso mesmo? E o teto da meta? O aumento vem depois ou antes das eleições?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Um minuto para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Antes ou depois das eleições? Vai segurar o preço da gasolina como segurou, no passado, o preço da energia? Qual é a repercussão disso no futuro? Como V.Exa. explica o fato de que nós temos hoje uma conjuntura de represamento de dados?

Eu peço o adicional dos meus 5 minutos como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mais 5 minutos para o Deputado Mendonça, quando o tempo dele se esgotar.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Ministro, eu gostaria que V.Exa. comentasse a entrevista do seu colega, o Ministro Aloizio Mercadante, na *Folha de S.Paulo* de hoje. Respondendo a uma das indagações, na referida entrevista, a



Valdo Cruz e Natuza Nery, o Ministro diz o seguinte sobre controle de preços: *“Deixa eu dizer uma coisa, preços administrados são preços administrados. Porque o conceito é este, você administra”* — diz o Ministro Mercadante — *“[o aumento] em função do interesse estratégico da economia”*.

V.Exa. admite que o Governo está segurando artificialmente os preços, administrando artificialmente os preços, só para maquiar a inflação? Porque isso, mais cedo ou mais tarde, vai estourar. Muito provavelmente não vai estourar no atual Governo, porque a população começou a perceber que o preço da gasolina está, vamos dizer assim, numa administração maquiada há muito tempo.

Com a energia o Governo de V.Exa. tentou fazer o mesmo, e a gente assiste à explosão de problemas. Nós temos Estados em que o reajuste da conta de energia este ano já atingiu a marca dos 28%, Ministro; 28%. No meu Estado, Pernambuco, este mês, o reajuste da energia foi de 18%, por conta daquela política malfadada da medida provisória que alterou todo o marco legal da área energética, afetando dramaticamente o equilíbrio do setor energético.

A inflação está beirando o teto da meta, 6,5%. Os consultores todos dizem que ela deve ultrapassar o teto da meta até junho, julho, ficando acima dos 6,5%. Na área de alimentos, quem faz feira e está nos ouvindo sabe que os preços pipocaram, estão batendo 9%, beirando a casa dos 10%.

E eu acho engraçado a tática ser a seguinte: quando o mundo sofre um período de diminuição do ritmo de crescimento e isso afeta o Brasil, a culpa é do mundo; quando o mundo está numa expansão extraordinária, como vivemos há poucos anos, as virtudes são da política econômica do PT. Na verdade, a política econômica do PT tem corroído a credibilidade dos números oficiais.

E eu assisto assustado também à adoção de algumas práticas condenáveis, a exemplo do que foi feito na Argentina, por exemplo: a tentativa de suspender a pesquisa da PNAD, feita pelo IBGE. Foi suspensa a pesquisa e depois suspenderam a suspensão, porque não aguentaram a pressão da opinião pública. Para o Governo o que importa são números que possam ser úteis para o processo eleitoral. E aí vão maquiar também os indicadores de desemprego, porque essa é a tese que prevalece. Até na área de inflação, eu li uma matéria em *O Globo*, que V.Exa. depois



desmentiu, que dava conta de uma tentativa de excluir a inflação dos alimentos dos indicadores de inflação oficial.

Então, a gente tem a contabilidade criativa, que é uma maquiagem dos números públicos do Governo, uma tentativa de construir um superávit com base falsa. A gente tem o uso político das tarifas públicas, jogando para depois o reajuste.

Segundo uma consultoria muito respeitada no mercado, a conta de energia deve subir, levando em consideração o represamento de hoje, 21%. Então, quem pagou, este ano, conta com reajuste de 18% a 28% para o ano vai pagar uma conta ainda maior, segundo a consultoria, por conta do represamento dos números que estão sendo praticados pelo Governo de V.Exa.

Então, com relação à previsão, Ministro, sinceramente, eu não posso acreditar nas previsões de crescimento, de controle de inflação, porque todas as previsões feitas por V.Exa. praticamente falharam: "*o Brasil vai ser a quinta economia do mundo em 2015*", e gente está voltando a ser a oitava novamente; "*nossa trajetória é de crescimento moderado até o final do ano e o crescimento de 2014 seria maior do que o de 2013*", e tudo indica, segundo consultores independentes, que o crescimento deste ano vai ser mais uma vez medíocre, abaixo dos 2%. V.Exa. iniciou o ano prevendo crescimento de 4,5%, e a gente vai concluir o ano crescendo 1,6%.

Então, realmente, o Brasil vive um clima de inflação crescente, estagnação e uma taxa de investimentos ridícula, da ordem de 18% do PIB, que não vai levar este País a canto nenhum, por conta do desequilíbrio macroeconômico — só para concluir, Presidente —, do abandono do tripé que sustentou a economia ao longo dos últimos anos e que foi gradual e fortemente corroído por uma política econômica absolutamente errada e equivocada.

Só para fechar a minha indagação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado. Nós vamos manter o rigor.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu quero que V.Exa. me explique qual é essa tese do Ministro Mercadante publicada na *Folha de S.Paulo* de hoje, que defende a prática de preços administrados. É a maquiagem econômica, contábil,



migrando para a maquiagem tarifária, que vai explodir mais na frente para o consumidor pagar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Maia, autor do outro requerimento de realização desta audiência pública. S.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, eu vou logo aos meus questionamentos, por causa do tempo. Seriam muitas perguntas.

Olhando a apresentação do Ministro nesta própria Comissão, no ano passado, vejo que alguns dados infelizmente não batem com os dados de hoje.

O senhor disse, Ministro, que o superávit primário do Governo da União seria de pelo menos 2,3%. Já mudou os seus dados apresentados hoje, tanto o resultado de 2013 como a projeção para 2014.

O senhor disse que o Brasil ia crescer 3%; já não cresceu 3%.

Na sua apresentação — por isso eu não quero questioná-lo sobre isso —, o senhor omitiu o Chile e a Colômbia, que cresceram 3,55% e 4,3%, respectivamente, no ano de 2013.

E talvez o senhor tenha botado azul e vermelho porque o Brasil, infelizmente, vai virar vermelho, a cor do PT, este ano: vai crescer menos de 2%. Só pode ser isso. A projeção do mercado é 1,7%: a de alguns bancos, 1,5%.

Quanto à questão do investimento direto, as empresas estão transferindo recursos para as suas filiais, para aplicar na SELIC, como investimento, pelo crescimento da taxa de juros no Brasil. Esta é que a verdade. O investimento direto real já caiu, já não está na casa dos 60 bilhões.

Então, a dificuldade que o senhor teve hoje eu entendo. Ano passado o senhor tentou, mas hoje, de fato, foi difícil defender números que, infelizmente, não bateram e continuam sem bater.

Eu vou entrar na questão da PETROBRAS.

Na demissão do Sr. Cerveró, eu vou lembrar sua opinião e a de todos os Conselheiros — porque aqui não tem nada que relate diferente — sobre ele, o que diretamente liga sua opinião sobre a questão de Pasadena, em tese: vocês, Conselheiros, resolveram consignar em ata — o Conselho: o senhor, Dilma e outros — os agradecimentos do colegiado *“ao diretor que ora deixa o cargo pelos*



relevantes serviços prestados à companhia, ressaltando sua competência técnica e o elevado grau de profissionalismo e dedicação demonstrados no exercício do cargo". Quero saber se o senhor continua com a mesma opinião em relação ao Sr. Cerveró.

Em relação a como o senhor vota no Conselho de Administração, aqui no Estatuto da PETROBRAS, Sr. Ministro, no art. 31, § 2º, diz o seguinte: "*As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a decisão da Diretoria Executiva, as manifestações da área técnica ou do Comitê competente, e ainda o parecer jurídico (...)*".

Eu estou aqui com o parecer jurídico sobre a compra da refinaria de Pasadena. Na página 4, no terceiro parágrafo, ele trata do cláusula de *put option*. Eu não sei se o senhor era Conselheiro em 2006, mas o senhor é Conselheiro da PETROBRAS hoje. Eu quero saber a sua opinião: como o senhor teria votado, se fosse Conselheiro àquela época? Apenas com o resumo executivo? Ou o senhor votaria como manda o Estatuto da PETROBRAS? O senhor votaria — vou repetir o que diz o Estatuto da PETROBRAS, para não ter dúvida: "*As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a decisão da Diretoria Executiva, as manifestações da área técnica ou do Comitê competente e ainda o parecer jurídico (...)*". Eu quero saber se o senhor vota ou tem votado com base em resumo executivo ou se o senhor, como Conselheiro, segue as normas do Estatuto da PETROBRAS. Isso é muito importante, Sr. Ministro, porque nós sabemos que essa é a empresa mais importante do Brasil.

E vou deixar aqui registrada, Sr. Ministro, já que o senhor é do Conselho — e essa questão deve chegar ao Conselho de Administração, em algum momento —, uma notinha que saiu no *Radar da Veja*, este final de semana, só para o senhor ficar atento, porque coisas estranhas continuam acontecendo na PETROBRAS. Teve um processo de licitação, que durou 10 dias, em março deste ano, de serviços de apoio à gestão e projetos em geral no âmbito da atuação da Região Sudeste, do serviço de compartilhamento das cidades de Rio, Itaboraí, Duque de Caxias, Brasília, pelo prazo de 730 dias. Venceu a Hope, após um processo de licitação de 10 dias, para um contratinho de 1 bilhão 225 milhões de reais. Até agora não foi assinado porque a área técnica está com medo disso tudo.



Eu deixo isso registrado, já que o senhor é do Conselho de Administração, porque essas e outras questões que aparecem continuam sendo muito estranhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Para concluir, Sr. Ministro, em relação à PETROBRAS, é esta a minha pergunta: o senhor votaria com o Estatuto da PETROBRAS, que manda acompanhar o parecer jurídico, ou, se o senhor fosse Conselheiro à época da compra da primeira parte de Pasadena — o senhor era Conselheiro na época da compra dos outros 50% da empresa —, votaria com o resumo executivo? Essa é a informação que eu gostaria de saber. Como o senhor vota hoje nas votações no Conselho de Administração?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos passar a palavra ao próximo autor, o Deputado Vanderlei Macris. V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, muito obrigado pela sua presença mais uma vez aqui no Congresso.

Ministro, o senhor hoje é Presidente do Conselho da PETROBRAS. O senhor se alinha a qual tese? À da Presidente Dilma e de Graça Foster, afirmando que Pasadena foi um mau negócio, ou à do ex-Presidente Lula e do Gabrielli, de que foi um bom negócio? A qual tese o senhor se alinha nessa questão, Sr. Ministro?
(Pausa.)

Fiz uma pergunta. Gostaria de saber se o Ministro vai responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ele vai responder em bloco.

(Não Identificado) - O Deputado Macris está perdendo tempo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Dentro do meu tempo, não é possível o senhor responder, Ministro? Foi um mau negócio ou bom negócio? Eu só quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já ficou acordado, e o convidado escolheu responder em bloco, Deputado Macris. V.Exa. use o tempo da forma que achar conveniente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu lamento. Lamento muito.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A palavra está garantida ao Deputado Macris. Eu queria pedir o respeito de V.Exas. para que o Deputado possa usar o tempo que lhe é de direito.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, a base do Governo está muito nervosa. Eu acho que não precisa disso. Eu tenho consciência de que o meu tempo está correndo. Não preciso ser alertado disso.

Sr. Presidente, primeiro lamento que o Ministro tenha dado como prioridade, no seu debate, à questão da economia, que nós já sabemos como está — mas, de qualquer maneira foi importante —, e não tenha efetivamente levado em consideração o assunto mais importante, para o qual foi convocado, que era a questão da PETROBRAS.

Eu gostaria de fazer, além dessa pergunta, a seguinte: a Comissão de Valores Mobiliários abriu um processo contra o Diretor da PETROBRAS Almir Barbassa, por não ter divulgado ao mercado a criação de mecanismos para reajuste de combustíveis. De acordo com a CVM, a ação pode ter favorecido investidores que negociavam ações na Bolsa de Valores com base em informações sobre mecanismo de reajuste que estava em preparação. Esta é a quarta vez que o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da PETROBRAS é investigado pela CVM por supostamente favorecer alguns grupos, sem dar a devida publicidade aos reajustes.

O senhor tem conhecimento desse processo da CVM contra o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da PETROBRAS? Das outras três acusações ao Sr. Almir Barbassa o senhor tem ciência?

O Conselho de Administração da PETROBRAS tem quais políticas para agir nesses casos? Como Presidente do Conselho, imagino que V.Exa. tenha opiniões sobre essa questão.

A PETROBRAS tem subsidiárias em vários países, entre os quais Holanda, Estados Unidos, Singapura, Venezuela e Argentina. Essas empresas foram criadas para facilitar os investimentos da companhia fora do País e não produzem qualquer bem ou serviço. Também não estão submetidas às regras brasileiras de contratação. Temos a informação de que mais de 10 mil desses acordos foram firmados entre 2011 e 2013. A pergunta é a seguinte...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Um minuto para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu quero acrescentar o tempo de Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem o ofício da Liderança? Senão, nós não iremos acrescentar.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Tenho, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE - Então, apresente o ofício aí, porque ele tem que ver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu cuido, Deputado Siraque.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Como funcionam esses contratos da companhia no exterior? Existe algum controle de fiscalização sobre eles?

Eu vou repetir: Como funcionam esses contratos da companhia no exterior? Existe algum controle e fiscalização sobre eles? Por qual motivo não são feitas licitações e por que a PETROBRAS não divulga informações sobre os contratos feitos pelas subsidiárias no exterior? São essas as perguntas.

Sr. Ministro, nos últimos anos, o senhor errou em todas as previsões de crescimento da economia. Em 2011, o senhor estimou o PIB em 5,5%, e o resultado foi 2,7%. Em 2012, o senhor calculou um crescimento entre 4,5% e 5%, e o resultado passou bem longe: foi 0,9%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Somarei 5 minutos ao tempo do Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - A previsão era de 4,5%, 5%, que, no final do ano passado foi revisada.

Aliás, sobre essa revisão, a Presidente Dilma chegou a anunciar ao jornal *El País* que o PIB iria para 1,5%. Depois, o Palácio do Planalto teve que desmentir a Presidente. O PIB de 2012, revisado, foi de 1%.

No ano passado, as suas previsões para o PIB foram se alterando: começaram com 4%, caíram para 3% em julho, e foram revisadas para 2,5% no mês seguinte, e o resultado final, divulgado pelo IBGE, foi 2,3%. Essa sucessão de erros acaba afetando a credibilidade do País e sinaliza que as autoridades não têm



controle nenhum e previsibilidade sobre a economia e, partindo desse pressuposto, também não sabem ao certo que rumo seguir.

Diante dessas previsões que sistematicamente não se confirmam, Sr. Ministro — e aí fica pergunta —, o senhor não imagina que se o senhor fosse um investidor, teria desconfiança em relação a um Governo que, efetivamente, ao longo do tempo, faz previsões absolutamente erradas, que não se confirmam, gerando, permanentemente, uma desconfiança do mercado em relação principalmente aos investidores brasileiros? Como é que o investidor estrangeiro, ou o investidor de maneira geral, pode acreditar num Governo que permanentemente se firma em números errados para a previsão da economia?

Outra questão, Sr. Ministro: no final do mês passado, a imprensa ouviu de técnicos do Governo que está em estudo uma alteração no cálculo da inflação, retirando da conta alimentos *in natura*, como tomate, batata e chuchu. Essa medida teria a simpatia da equipe econômica — pelo menos é a informação que nós temos.

Considerando que o preço dos alimentos sobe muito acima da inflação — no ano passado, enquanto a inflação foi de 5,91%, os alimentos subiram 8,48% —, essa alteração no cálculo poderia ser uma forma de acobertar a falta de controle inflacionário? Ou seja, sem conseguir controlar a inflação, o Governo Dilma quer mudar a forma de calculá-la?

Pergunto mais: o Governo considera alterar o cálculo de IPCA? Essa alteração está considerada no Governo? Essa é a pergunta que gostaríamos de fazer.

Outra questão: o senhor anunciou em março um socorro de 12 bilhões de reais ao setor elétrico. Essa é uma conta que, a cada dia, é mais alta, e vai se pensando em jogar para o consumidor toda essa batata quente, tudo para cobrir o desequilíbrio financeiro provocado pela gestão desastrosa do Governo Dilma no setor elétrico. Essa concepção não sou eu que faço aqui e agora. Quem fala em gestão desastrosa do projeto de Governo do setor elétrico são os analistas mais importantes, nacionais e internacionais.

Ministro, a gente sabe que não existe almoço de graça. Assim, de onde sairá o dinheiro para o pagamento desse rombo? É outra questão que gostaria de deixar para V.Exa.



O Governo representou um aumento de impostos para bebidas frias que iria entrar em vigor a partir de 1º de junho. Segundo as informações que o senhor prestou à imprensa, esse aumento passará a vigorar a partir de setembro. O mesmo acontece com o aumento da conta de luz — tudo para frente — decorrente do socorro às empresas, que passará a vigorar a partir do ano que vem. Pergunto: qual é o intuito do Governo de estar postergando esses aumentos?

O Deputado Mendonça Filho acabou de falar sobre isso e quero repetir. Esse processo de postergar aumentos, Ministro — eles estão sendo jogados sempre para frente —, é uma bomba-relógio; essa é uma panela de pressão que todos nós estamos vendo no Brasil. Todos nós! Todos os analistas econômicos, todos aqueles que se preocupam com o nosso País, todos os economistas estão claramente vendo esse processo de jogar para frente a necessidade de fazer esses ajustes. Sr. Ministro, é por conta da eleição? Qual é a sua concepção sobre isso? Estão temendo o impacto negativo na campanha do PT, por acaso? Ou é para manobrar a inflação, para, mais uma vez, mostrar à sociedade aquilo que não é verdadeiro?

Sr. Ministro, ficam aqui as perguntas que coloquei. Para concluir, eu gostaria de insistir muito na minha pergunta inicial: qual é a sua posição em relação à Pasadena?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor, como Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS, hoje, deve se alinhar a alguma dessas duas teses: a da Presidente Dilma, então Ministra, e de Graça Fostes, afirmando que Pasadena foi um mau negócio; ou à do ex-Presidente Lula e de Gabrielli, de que foi um bom negócio. Qual é o alinhamento que V.Exa. tem nessa questão?

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O próximo inscrito é o Deputado José Stédile. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado José Guimarães. S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, se o ofício do Líder me indicando chegar até o final, eu requeiro a palavra para falar como Liderança. Já foi pedido, está bem?



Sr. Presidente, eu queria abraçar os três Presidentes, aliás, os quatro, que presidem esta sessão, e elogiar a exposição feita pelo nosso Ministro Guido Mantega.

Sobretudo, não é invenção, como quer dizer a Oposição, os dados apresentados por V.Exa., Ministro Guido. A exposição feita por V.Exa. mostra bem o caminho que a economia brasileira vem trilhando, sobretudo sob a mão firme de V.Exa.

Por exemplo, o Brasil está em crise, como diz a Oposição? E, aí, meus caros Rodrigo, Mendonça, meus colegas de diálogo aqui na Comissão, a gente poderia se perguntar se fazer o que S.Exa. está fazendo revela um país em crise. Se nós nos compararmos com o mundo, é a menor taxa de desemprego do mundo — S.Exa. apresentou esse dado. Um país, que, numa crise mundial como esta, tem mais de quase 400 bilhões de dólares em reservas, é um país que está em crise? Em um país que tem uma inflação em absoluto controle, meu caro Mário Feitoza, que é cearense, a inflação está de volta? É a turma da torcida da inflação de volta, para tentar, politicamente, vender uma versão — é disso que se trata — sobre os pressupostos da economia brasileira.

A economia brasileira não está em crise, Ministro Guido, e não está porque as medidas tomadas por V.Exa. e pela Presidenta Dilma indicam que a economia não está em crise. As desonerações feitas, o socorro aos Estados, a discussão do FPM, com todas as medidas... Nunca se teve no País, como nos últimos anos, um Ministro da Economia com tantos problemas na economia mundial que tenha segurado com tanta rigidez os pilares da economia brasileira. É como disse V.Exa.: o fundamento maior da economia brasileira é melhorar a vida das pessoas.

Aí, eu pergunto a V.Exa. o seguinte. Foi dito por um grande economista, Armínio Fraga, que o salário mínimo está muito alto, que a Presidenta não pode dar aumento ao Bolsa Família, que não pode fazer a correção da tabela do Imposto de Renda. Esse é o discurso que é feito. No nosso Governo, no Governo da Presidenta Dilma, a crise não pode tributada nos ombros dos trabalhadores. Quem tem que pagar a crise são os outros, e não os trabalhadores.

Portanto, eu quero fazer, em primeiro lugar, Sr. Presidente, esta manifestação ao Ministro Guido. Sob todos os aspectos — e Mário Feitoza é economista, entre



vários economistas aqui —, qualquer economista sério deste País percebe que nós não temos um descontrole inflacionário, muito menos um descontrole das contas públicas. Aliás, se ontem a Presidenta tivesse anunciado os 2% do FPM na Marcha dos Prefeitos — essa era a pressão —, iam dizer à noite que havia um descontrole fiscal no País.

Então, é disto que se trata, Ministro: há uma disputa política da versão sobre a economia brasileira, e é em relação a isso que nós temos que nos preparar para enfrentar este debate. Ninguém está querendo discutir quais são os fundamentos da economia brasileira.

Eu ouvi a fala dos meus colegas opositores — Pasadena, Pasadena, Pasadena. Por que V.Exas. não indicaram os membros da CPI do Senado? A imprensa que está aqui... A que ponto nós chegamos? A Oposição foi ao Supremo, o Supremo obriga o Senado a aprovar a CPI, e a CPI foi instalada agora com a ausência da Oposição. Querem investigar Pasadena? Não! É disputa política que está em jogo no País, meu caro Fontana. Está lá, a Comissão foi instalada agora. Então, essas perguntas que são feitas a V.Exa., nada melhor do que o fórum da CPI do Senado para investigar, para apurar, para discutir todas as versões. V.Exa. não está obrigado a falar.

Aliás, quando nós acertamos o convite a V.Exa. — e eu quero aqui manifestar a gentileza com que V.Exa. tratou o convite destas três Comissões —, era para discutir, porque foi dito que V.Exa. era o Presidente do Conselho da PETROBRAS naquela época. Lembro os Srs. Deputados que não era, nós sabíamos que não era. Portanto, o Ministro teria que vir aqui.

V.Exa. vem, e faz uma belíssima exposição. Podem até discordar, mas entrem num debate de mérito sobre a economia brasileira para saber se os fundamentos dela estão errados ou não, se o País tem controle inflacionário ou não, e não ficar fazendo, muitas vezes, perguntas que não entram no mérito, nos termos colocados por V.Exa.

Portanto, Ministro Guido Mantega, V.Exa. tem o absoluto apoio da Bancada do PT e do Governo para continuar gerindo a economia brasileira, principalmente olhando para os que dela precisam, que são os trabalhadores deste País.

Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Próximo autor, Deputado Fernando Francischini. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Sibá Machado. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Alexandre Santos. *(Pausa.)* Ausente.

Vamos para as inscrições de Líderes.

Próximo Líder inscrito, Líder do Governo, Deputado Henrique Fontana. V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu quero cumprimenta-lo, cumprimentar os nossos colegas que presidem as quatro Comissões, cumprimentar o Ministro Guido Mantega e toda a sua equipe que o acompanha na condução da economia brasileira — parte dela está aqui conosco. Cumprimento também os colegas da Oposição que estão fazendo este debate.

Um grande tema que nós aqui, que estamos numa Casa política, na Câmara Federal do País, precisamos debater é como se avalia, afinal, os resultados de uma economia? Qual é a forma de avaliar se a economia brasileira está sólida ou tem uma bomba relógio montada, como disse aqui o Líder da Oposição? Se ela está dando resultados positivos ou se os resultados são pífios?

Primeira regra: não se pode avaliar, na minha opinião, como faz a Oposição, retirando o contexto da economia mundial da análise dos resultados da economia brasileira. O mundo vive a maior crise desde 1999 e, dentro dessa crise, o Brasil amplia as suas reservas, amplia os seus empregos, cresce economicamente mais do que a grande maioria dos países, é um dos países que mais atrai investimento direto internacional. Afinal, esses investidores viriam para o Brasil se a economia brasileira estivesse dando sinais de que vai quebrar no dia seguinte?

Aliás, de quebrar a economia brasileira a Oposição entende, porque no Governo da Oposição a economia brasileira quebrou duas vezes e foram lá no FMI buscar dinheiro emprestado não para tratar uma gripezinha qualquer, mas para tratar um problema sério na economia brasileira, porque ela quebrou naquele período.

Segundo, Presidente, nós não podemos avaliar a economia brasileira sem olhar de onde viemos. Quando o Presidente Lula e a Presidenta Dilma, e em boa parte desse período sempre o Ministro Guido Mantega esteve em funções



estratégicas, de onde partiu a economia brasileira? Naquele período, não só o Brasil havia quebrado, buscado esses empréstimos, como a inflação estava em descontrole, o desemprego no Brasil era um dos maiores de toda a sua história, nós não atraíamos investimentos diretos. Vejam os números! Naquele período, mesmo com toda privatização, o Brasil atraía em torno de 16 a 20 bilhões de dólares por ano. Hoje, está atraindo 65 bilhões de dólares por ano. Vamos comparar de onde viemos e onde estamos.

Naqueles 8 anos, em que V.Exas., nobres colegas, Líderes da Oposição, dirigiam a economia brasileira, o Brasil gerava em torno de 630 mil empregos por ano. Em 8 anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, do Aécio, do PSDB, do Democratas, foram gerados em torno de 5 milhões de empregos. Nestes 12 anos...

E aí eu quero dizer outra coisa: vamos sair da análise, daquela análise da conjuntura especulativa, Deputado Edson Santos, que analisa uma semana, outra semana. Essa lógica especulativa de analisar a economia serve para a Oposição, porque há uma disputa, sim, aqui. A economia real tem determinados resultados, mas a economia do debate político pré-eleitoral tem outros resultados, mas aí é por conta do debate político eleitoral. A Oposição pode...

Imaginem se eu vou esperar que o meu adversário, na eleição, elogie o Ministro Guido Mantega! Aí é questão eleitoral. Agora, a análise da conjuntura imediata especulativa não serve para quem quer uma economia sólida. Por isso que esses gráficos são importantes, porque eles analisam os 12 anos de resultado de uma política econômica. Quando as reservas partem de em torno de 20 e poucos bilhões para 379 bilhões, isso é uma curva continuada de melhoria na economia brasileira. Quando a taxa de desemprego vai caindo a cada ano, isso é uma curva de melhoria da economia brasileira.

A inflação, que estava descontrolada, durante os 11 anos em que nós estamos com a responsabilidade de dirigir a economia brasileira ficou dentro da meta, Deputado Osmar Terra. Aí eu leio algumas opiniões de economistas da Oposição e parece que a inflação está sempre saindo do controle. É que confundem um pouco a torcida deles com os resultados reais, porque, nos resultados reais, a economia brasileira está, há 11 anos, com a inflação sob um controle rigoroso, com



a renda sendo distribuída e com os investimentos sociais em políticas públicas aumentando.

Contas em dia, contas sólidas, dívidas diminuindo e investimentos aumentando. E eu só dou o exemplo, Presidente, da educação, que saiu de 35 bilhões por ano para 112 bilhões por ano; triplicou o investimento do Brasil na educação, que é a alavanca do desenvolvimento.

Então, esse debate está recém começando e eu concludo, Presidente, cumprimentando o Ministro Guido Mantega; cumprimentando a Presidenta Dilma, toda a nossa equipe, porque estão segurando a economia brasileira com muita qualidade num período muito difícil para segurar um crescimento econômico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quebrando aqui um pouco o protocolo, como o Deputado Eduardo Cunha tem uma audiência agora e ele é o próximo inscrito, passarei a palavra para S.Exa. para que possa fazer as suas colocações.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não vou ocupar o tempo todo, é apenas porque eu já deveria ter saído — nós temos um compromisso partidário grande agora que precisa ser preparado.

Cumprimento o Ministro da Fazenda, Dr. Guido Mantega, e digo que, em primeiro lugar, o meu partido se sente muito honrado de ter os dois Presidentes delegados pelo PMDB, o Deputado Mário Feitoza na Comissão de Finanças, e V.Exa., Deputado Hugo Motta, na condução de duas Comissões importantes que fazem o debate político e o debate econômico do País. Então, V.Exas. estão de parabéns e o PMDB se sente orgulhoso dessa sua representação. Em segundo lugar, cumprimento o Ministro que está aqui de forma transparente, tranquila, aberta ao debate, para responder qualquer questionamento.

Sabemos que a gente tem algumas dificuldades na economia de uma maneira geral. Parece-me que o debate sobre a economia, que deveria ser muito mais aprofundado, está sendo e será prejudicado pelo debate político, pelo debate que tem a ver com um processo da PETROBRAS que está sendo, de uma certa forma, demandado aqui por vários Parlamentares e certamente vai ocupar uma grande parte da exposição, mas o debate da economia, que tem relevância nesse contexto, Sr. Presidente, merece ser aprofundado.



Nós temos os números divulgados pelo Ministro na sua exposição, e eles não podem ser refutados. São números consistentes.

Sabemos que o processo econômico no mundo oscila, e o Brasil, dentro do que o mundo oscila, apresenta as suas oscilações positivas. Nós temos coisas relevantes acontecendo no mundo, que aí, sim, podem impactar muito o nosso País, como, por exemplo, o que está acontecendo e o que vai acontecer com a China. Nós sabemos que o nosso processo de aumento de exportação e de formação de reserva teve muito a ver com o crescimento chinês demandando matérias-primas, das quais nós somos grandes exportadores. Na medida em que a China possa ter qualquer refluxo na sua economia, isso, sim, pode impactar o nosso País.

Segundo, aquilo que pode haver de qualquer tipo de contaminação ou pressão inflacionária gerada por aumento dos gastos públicos, nós, membros do Parlamento, temos que ter a consciência do controle do gasto público. Nós fomos signatários de um processo em que nos comprometemos, pelo PMDB, a não aumentar as despesas públicas nem diminuir a arrecadação pública sem que isso não fizesse parte do planejamento orçamentário, que não fosse uma iniciativa do Poder Executivo dentro da realidade fiscal do nosso País.

Esse debate é importante que seja feito, porque nós mesmos não podemos contaminar o processo eleitoral com demandas que possam impactar as contas públicas e nós mesmos gerarmos o caos que o debate político acaba pregando. É importante que o debate da economia seja aprofundado e que a gente possa separar a situação da presença do Ministro Guido Mantega como atual Presidente do Conselho da PETROBRAS, o qual tem demandas a serem esclarecidas e que já serão apuradas ou debatidas no âmbito de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e o momento em que a gente precisa debater a economia, porque todos nós sofreremos as consequências caso a economia seja contaminada pelo processo eleitoral.

Então, é importante que esse debate seja feito à luz da realidade, do controle da inflação, da perspectiva do controle do gasto público e da perspectiva dos fatores que podem influenciar a nossa economia, sendo que nós mesmos somos os principais atores.



Eu cumprimento os que debatem e digo que o PMDB está aqui aberto a participar deste debate. Que nós possamos ter, ao fim desta audiência, pelo menos alguns pontos esclarecidos e que esta audiência possa, de certa forma, estar imbuída do mesmo espírito de fazer a economia do Brasil continuar crescendo e que a inflação possa estar sobre controle.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. É um prazer e uma honra tê-lo enquanto Líder do nosso partido e suspendo a reunião por 3 minutos para que o convidado possa ir ao banheiro; voltaremos já com a resposta do convidado e daremos seguimento ao próximo bloco.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE Sr. Presidente, pode terminar as inscrições dos Líderes para que a gente possa fazer, estender as perguntas, depois que o convidado for ao banheiro?

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu também gostaria que continuassem as inscrições do Líder, o pedido de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas nós acertamos que seriam blocos de cinco...

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Mas já passaram de cinco também, eu acho que é melhor terminar com os Líderes. Faltam três ou quatro Líderes, Sr. Presidente. Atenda o apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pela Presidência, não tem nenhum problema.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - O.k.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, concedo a palavra ao próximo Líder inscrito, Deputado Moreira Mendes. *(Pausa.)* Ausente.

Domingos Sávio. *(Pausa.)* Ausente.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, não haverá possibilidade de resposta do Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não; ele irá responder. Houve uma solicitação dos Líderes. O Deputado Eduardo da Fonte...



O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Não; só falta um, só falta um. O bloco já foi desrespeitado, porque o bloco era de cinco e já falaram dez. Então, tem que abrir. Por que não abre? A regra já foi descumprida, Rodrigo. Era para falar cinco, já falaram oito. Então, se abriu para três, vai ter que abrir para a gente também, por quê? São dois pesos e duas medidas, agora aqui é?

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Presidente, V.Exa. é o senhor dessa decisão. A decisão cabe a V.Exa., não cabe discussão paralela do Plenário.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - São dois pesos e duas medidas? Não podem ter dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós daremos a palavra ao Deputado Eduardo da Fonte e, após, o Ministro responde. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Obrigado!

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Presidente, só pela ordem.

Eu quero esclarecer o seguinte: se, porventura nossa pergunta fica muito distante da resposta do Ministro, perde-se a conexão entre pergunta e resposta. Por isso, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem direito à réplica.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu sei, mas fica distante, só estou dizendo isso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Eu gostaria de cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Eu gostaria de cumprimentar todos os Parlamentares em nome do Presidente da Comissão, Deputado Hugo Motta; agradecer aqui a presença ao Ministro Guido Mantega; dizer que ele é sempre bem-vindo à Casa do povo brasileiro, e dizer aqui da minha surpresa com os discursos que escutei no começo e o entusiasmo com o pessimismo; entusiasmo de alguns querendo que tudo dê errado no nosso País.

Eu acho que esta Casa tem que ter responsabilidade com o País. Esta é a Casa que representa o Brasil, que representa o povo brasileiro. Então, nós não podemos torcer para que tudo dê errado na vida do povo brasileiro. A Oposição tem um trabalho importante nesta Casa, mas tem que ter responsabilidade com as suas colocações. Ora, se a gente torcer para que tudo dê errado, isso vai contribuir para



que o Brasil seja prejudicado. É importante que a Oposição fiscalize e que a gente possa fiscalizar para contribuir com o bem do País.

Por que não fiscalizar o setor elétrico? Como muitos aqui disseram, a conta de luz para o ano vai subir de novo. Esse é um setor que conheço bem, eu tive a oportunidade de presidir à CPI da Conta de Luz e sei que é um mercado altamente especulativo, que se aproveita das notícias negativas para fazer com que a conta de energia suba. Eu convoco aqui a Oposição também para que a gente possa investigar as especulações do setor elétrico. É importante que a gente possa verificar e fiscalizar porque, toda vez que tem um boato de que pode ter um apagão, a energia sobe e hoje está batendo um recorde, está chegando a 850 o megawatt/hora.

A gente vê que tem um grande trabalho especulativo para que as coisas deem errado no Brasil e esta Casa tem a responsabilidade de fiscalizar e não deixar que os especuladores se aproveitem do momento econômico do Brasil; se aproveitem da falta de chuva, se aproveitem da chegada da eleição para especular e aumentar os preços dos produtos brasileiros.

Então, Ministro, a pergunta que gostaria de fazer aqui a V.Exa., mais uma vez ressaltando a importância da sua presença na Câmara dos Deputados, é: a especulação do mercado, principalmente do setor elétrico, o senhor entende que tem prejudicado o preço da energia elétrica no Brasil? Os especuladores agem de má-fé para fazer com que o povo, no fundo, venha a pagar uma conta de luz, e qual é a contribuição que o senhor acha que a Câmara dos Deputados pode dar para combater esses especuladores, combater esse mercado?

Hoje, a gente vê que esse mercado bate recorde no preço da energia elétrica no mercado livre e isso tem causado um prejuízo grande ao setor. Eu vejo empresas distribuidoras de energia elétrica, e aqui cito o caso da CELPE, que o Deputado Mendonça Filho conhece bem, que, nos últimos 5 anos, lucrou, Deputado Rodrigo Maia, 1 bilhão e 440 milhões de reais. No entanto, é naquele Estado que mais morrem pessoas no Brasil por choque elétrico no meio da rua por falta de investimento do setor.

As empresas distribuidoras de energia elétrica se acostumaram a lucrar bilhões de reais e não investir na modernização da qualidade do serviço. Isso



prejudica a população, não só no preço da energia elétrica, mas na falta de qualidade do serviço prestado por essas distribuidoras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Um minuto para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - É importante que a gente possa nesta Casa combater os especuladores e colaborar com o Brasil, porque, tenho certeza, esta é a responsabilidade de todos nós, Parlamentares, eleitos pelo povo: defender os direitos do povo brasileiro.

Tenho certeza de que iremos continuar atentos, Ministro, aqui realizando debates importantes para que esses especuladores tenham cada vez menos o direito de manipular os preços da energia elétrica no nosso País. Eu tenho certeza de que é um momento difícil por que o País passa por conta da falta de chuvas, mas a gente não pode admitir que esses especuladores façam com que o preço da energia triplique, prejudicando assim o desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou passar a palavra ao Ministro Guido Mantega para que ele possa fazer os esclarecimentos e, após, seguiremos as inscrições do bloco de Líderes — ainda temos o Deputado Simplício Araújo, como Líder do Solidariedade —, e aí alternarei entre os membros da Comissão de Fiscalização e a Comissão de Finanças e Tributação.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Obrigado, Presidente. Vou tentar ser o mais completo possível nas respostas às perguntas que me foram feitas.

Em relação à aquisição de Pasadena, me perguntam se foi um bom ou mau negócio e com quem eu me alinho. Eu nem sabia que havia alinhamentos e havia correntes de interpretação sobre o negócio.

Eu queria dizer que, à época da aquisição, eu não fazia parte do conselho, eu não era conselheiro, não era Ministro da Fazenda. Portanto, eu não estive diretamente no conselho quando foi feita a aquisição, mas tenho certeza de que houve um resumo executivo, como é costume se fazer, e houve um debate a respeito, como é normal nas aquisições.



Eu estive, sim; estava no conselho quando foi proposta, pela diretoria, a aquisição da segunda metade. Nesse ponto, posso dizer que eu fui contrário à aquisição da segunda metade, porque, naquela época...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Está na ata do conselho?

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Sim.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Está na ata.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - É assim, o conselho como um todo — não só eu, mas o conselho como um todo — não aprovou a aquisição da segunda parte a partir dos resumos executivos, das contas que nos foram mostradas.

É assim: você tem, sempre tem uma auditoria que faz uma avaliação, o chamado... Alguém faz o *fairness opinion*, uma opinião quanto ao negócio e, no caso, sempre tem alguma instituição importante para fazer isso. No caso da primeira vez, foi o Citybank que fez uma avaliação e recomendou.

Eu queria lembrar aos senhores que eu não estava, porém, naquele conselho, estavam figuras eminentes do empresariado brasileiro que opinaram pela aquisição em 2006. O então Presidente da FEBRABAN, Fábio Barbosa; o empresário Jorge Gerdau, o economista Cláudio Haddad. Portanto, era um conselho altamente qualificado, sem falar das outras pessoas.

Na época em que nós julgamos que não era conveniente, que eu me lembre, era preciso realizar novos investimentos para se obter a rentabilidade, a produção. Nós queríamos atingir 200 mil barris/dia — a refinaria tinha capacidade para 100 mil barris/dia — e, para isso, eram precisos investimentos que não levavam a um rendimento adequado para a refinaria.

Além disso, o mercado estava mudando. O mercado de 2006 era diferente do mercado de 2008. Em 2008, o negócio do petróleo começou a balançar, porque a crise já se avizinhava. Então, em 2006, o mercado era promissor, a economia mundial estava em expansão e, portanto, a demanda de petróleo também, a demanda de refinados também, e a PETROBRAS tinha uma estratégia de expansão para o exterior e para o mercado americano.

A PETROBRAS, com justa razão, queria ter uma entrada no mercado americano para que nós colocássemos nosso petróleo refinado; que esse petróleo brasileiro fosse refinado nessa refinaria, sim. Assim, se pularia as barreiras que os



americanos costumam colocar. Está certo? Mas, naquela época, levando-se em consideração — estou falando de 2008 —, com os investimentos a serem feitos, naquela ocasião, não considerei conveniente. Eu, e todo o Conselho de Administração, discutimos a fundo na empresa. Não foi uma vez. Se os senhores puderem ver nas atas, isso consta duas ou três vezes, e chegamos à conclusão de que não deveríamos fazer aquisição da segunda metade. Daí, pelo tribunal de arbitragem, fomos obrigados a fazer a aquisição.

O Deputado Mendonça ainda me pergunta a respeito da Standard & Poor's. Veja, Deputado...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Ministro, só voltando a Pasadena, para não pular, eu fiz uma indagação a V.Exa. sobre o *e-mail*...

(Não identificado) - Presidente, Líder, depois se inscreva.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não é isso, não.

(Não identificado) - Questão de ordem, Presidente.

(Não identificado) - Nós já acertamos que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O senhor vai ter a réplica.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não é réplica, não. Eu tenho direito de ser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Ministro está seguindo a ordem das perguntas e V.Exa. terá direito a réplica. Por favor, Deputado Mendonça. Ele vai seguir.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu estou pedindo para ele responder a minha pergunta. Qual o mal que existe nisso?

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Pelo Regimento, o Ministro está com a palavra, ele não pode interferir. Ele faz a réplica e ele contesta.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Deixa eu falar, Deputado Amauri.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Não. Eu quero que cumpra o Regimento.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - V.Exa. não é o Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Diga Deputado Mendonça.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Eu sou membro da Casa.



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem 2 segundos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Se, por ventura, a bancada do Governo me permitir...

(Não identificado) - Eu quero falar também.

(Não identificado) - Eu estou inscrito. O senhor está tirando o meu direito de falar também.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não estou tirando o seu direito coisa nenhuma

(Não identificado) - Presidente, estou inscrito e quero que siga a ordem.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu estou pedindo o direito para o Ministro responder a uma indagação que fiz. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ou nós vamos conduzir da forma que combinamos ou vou suspender a sessão. Vou suspender a sessão. Por favor.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Presidente, é muito simples. O Ministro disse que responderia de forma completa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ministro, por favor. Pois não. Está certo. O.k.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO Eu gostaria que o Ministro respondesse sobre...

(Não identificado) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Deixa-me concluir a minha fala.

(Não identificado) - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu gostaria que o Ministro respondesse sobre a correspondência enviada pelo Luís Inácio Adams, Procurador da Fazenda Nacional, sobre a inclusão da cláusula Marlim, que é uma das indagações relativas a Pasadena. O Ministro pulou. Ele começou a responder sobre Pasadena e já entrou na área da economia. Eu gostaria que ele respondesse o porquê, objetivamente. Só isso.



O SR. DEPUTADO MÁRIO FEITOZA - Sr. Presidente, Mário Feitoza, para contraditar.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Contradição de pergunta, eu nunca vi!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não há contradição em questão de ordem.

(Não identificado) - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A palavra está com o Ministro. Ou nós vamos seguir o que nós combinamos ou eu vou suspender a sessão.

(Não identificado) - Não é justo suspender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não é justo ou não temos acordo entre nós mesmo ou vamos seguir o Regimento.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, uma questão de ordem. É comum esse tipo de comportamento. Ou o senhor cumpre o Regimento ou não anda a sessão.

O Ministro tem um tempo para responder as perguntas que lhes são feitas sem ser interrompido, pelo Regimento. O Parlamentar tem o direito à réplica contestando e sugerindo um acréscimo e o Ministro fará a tréplica em cima da réplica. Esse é o Regimento. O Parlamentar não pode interromper o Ministro nem induzir o Ministro a dar uma resposta que ele quer. O Ministro vai fazer a resposta que...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não estou induzindo não. Eu estou pedindo o Ministro para responder, Amauri.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Estou mantendo a palavra ao Ministro Guido Mantega, assim como foi combinado e como manda o Regimento.

Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Senhores, vou responder a todas as questões; apenas, me permita aqui, no meu encadeamento. Não é preciso...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Claro. Para que essa pressa, Mendonça!

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Eu vou responder a todos tranquilamente.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Foi só isso que eu pedi a V.Exa., que respondesse a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está muito ansioso, Mendonça. Está tudo sob controle, Mendonça.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Tendo em vista essa premência do Deputado, vou colocar antes essa resposta do que as demais, quebrando a minha sequência lógica aqui, mas sem nenhum problema, Deputado.

Então, o senhor diz o seguinte — pergunta que, aliás, está na justificativa, se não me engano, do pedido aqui...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - É o motivo da audiência pública, o primeiro motivo.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Um dos motivos.

Então, quero dizer que aquilo que foi dito... Até estava procurando aqui as suas palavras que saíram aqui da sequência, mas o que o senhor disse não corresponde àquilo que está no requerimento. Aqui no requerimento está com precisão. Diz o seguinte... Vou repetir aquilo que está aqui:

“Citada reportagem transcreve mensagem encaminhada em 2 de julho de 2008, por Luís Inácio Lucena Adams, então Procurador-Geral da Fazenda Nacional e atual Advogado-Geral da União, endereçada à Secretária-Geral da Casa Civil, Erenice Guerra, em que solicitava a inclusão na ata da reunião do Conselho de Administração da Petrobras de duas ressalvas sobre a aquisição da refinaria de Pasadena”.

Ou seja, eu pedia, solicitava a inclusão na ata porque o assunto tinha sido abordado e, às vezes, a gente faz uma complementação de ata. Quero dizer que fazemos isso todo mês. Todo mês temos reunião do Conselho e você faz um reparo, uma complementação da ata. Então era isso de que se tratava aqui, inclusão na ata



da reunião do Conselho de Administração de duas ressalvas sobre a aquisição da refinaria de Pasadena.

“A primeira advertia que a cláusula Marlim não havia sido objeto de aprovação pelo Conselho de Administração — de fato, isso é correto — e a segunda informava que a diretoria executiva da empresa havia aberto um procedimento para investigar a falha.”

De fato, isso foi encaminhado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - V.Exa. fez a recomendação?

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Agora me permita dar a resposta completa. Estou atendendo ao seu pedido, Deputado. Foi feita a verificação.

Nós estamos falando da cláusula Marlim. O que era a cláusula Marlim? Era uma cláusula que garantia uma rentabilidade mínima para a vendedora Astra no caso em que fosse implantado o *revamp*, ou seja, no caso em que fosse adaptada a refinaria que lá estava para receber o petróleo brasileiro e destilar o petróleo brasileiro. O fato é que essa cláusula só entraria em vigor depois de feitas essas modificações, e eu indagava se haveria prejuízo para a empresa em função dessa cláusula. Era isso.

Então, o esclarecimento foi que não porque essa cláusula não entrou em vigor pelo simples fato de que o *revamp* não foi efetuado. Então, na prática, ela não teve eficácia. De fato, eu indaguei, pedi esclarecimentos da diretoria, e me foi respondido que não houve prejuízo simplesmente porque a cláusula não entrou em vigor.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Mas foi incluída na ata indevidamente, sem autorização de V.Exa.? V.Exa. fez um alerta, foi incluída na ata do Conselho de Administração indevidamente. Se V.Exa. fez um alerta...

(Não identificado) - Sr. Presidente! Sr. Presidente!

(Não identificado) - Isso aqui não é um interrogatório, Sr. Presidente. Nós temos que seguir regras regimentais que a Oposição tem que respeitar.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Vamos fazer um debate e todo mundo vai começar a perguntar. Acabou a reunião, todo mundo já conhece Regimento aqui.

(Não identificado) - Presidente! Não pode ser assim, Presidente!



O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Questão de ordem, Presidente. Art. 222 do Regimento Interno. Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Só um minuto, Pepe Vargas.

Nós convidamos o Ministro para vir aqui e ele está respondendo às perguntas que os senhores fizeram. Se os senhores querem escutar as...

(Não identificado) - A Oposição quer palanque político.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Mendonça Filho, as suas perguntas estão sendo respondidas. Por favor. Convidamos o Ministro para vir, fizemos as perguntas. Então, vamos deixa-lo responder. Depois tem a tréplica. Tem a réplica, a tréplica. Podemos ficar aqui até às 8h da noite. Temos tempo suficiente. Eu tenho uma audiência rápida com o Ministro Berzoini, porque tem umas contas que eu tenho que acertar com ele, mas em meia-hora, eu vou e volto.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Presidente! Eu mantenho a minha questão de ordem. Art. 222 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Um minuto, Pepe Vargas.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Dando sequência às respostas, o Deputado Mendonça pergunta sobre a Standard & Poor's.

De fato, eu acho que a Standard & Poor's se equivocou em reduzir o *rating* do Brasil, embora tenha conversado com todos, tenha tido acesso a todas as informações do setor público brasileiro, das finanças públicas, do endividamento e tudo o mais, talvez, Deputado, influenciada por aquele momento de turbulência que eu mencionei há pouco, em que todos os países emergentes sofreram problemas com câmbio, desvalorização do câmbio etc. Mas isso se recompôs logo em seguida. Isso demonstrou justamente a solidez do Brasil porque, num momento como esse, de turbulência internacional, nós continuamos recebendo fluxos de investimento externo direto, continuamos com investimentos nos títulos da dívida brasileira. Portanto, há uma confiança do investidor estrangeiro no Brasil. Além disso, é claro, ela tem todo o direito de não acreditar que nós vamos entregar o primário de 1,9, embora tenhamos acabado de fazê-lo, no ano anterior. Nós entregamos 1,9 em períodos mais difíceis para fazê-lo. Aí é uma questão de avaliação, dos métodos que ela tem. E ela resolveu fazer isso. Portanto, em contradição com o que as demais



empresas de *rating* fizeram, que mantiveram o *rating* do Brasil numa posição confortável.

O senhor pergunta por que nós não comparamos com alguns países da América Latina. As comparações que eu faço são com o G-20, que são os países mais importantes do mundo. Parece-me que é mais relevante. Se eu fosse comparar com todos os países, seria mais difícil. E também nós não podemos segmentar 1 ou 2 anos. Os países que o senhor mencionou não fazem parte do G-20.

Eu coloquei ali uma avaliação do desempenho econômico dos países do G-20. Lembram-se daquelas curvas que tinham um conjunto de países? Ali estão os países do G-20, mostrando o desempenho do Brasil, que foi bastante satisfatório, tendo em vista uma conjuntura difícil, evidentemente.

Bom, em relação à gasolina, eu quero dizer o seguinte: a gasolina tem tido aumentos todos os anos no Brasil. Não é verdade que as tarifas são represadas. Acontece que, para atingir a meta, que é o preço internacional — e esse é o parâmetro que temos... Quando você tem uma desvalorização cambial, torna-se mais difícil atingir, porque não é simplesmente reajustar o preço da gasolina pela inflação brasileira. Isso foi feito tranquilamente. Todos os anos a gasolina subiu até mais do que a inflação. Portanto, os reajustes foram verificados. Nós temos uma média de dois reajustes por ano. Podem verificar que nos últimos anos tivemos reajustes, inclusive o reajuste que foi dado no ano passado. Em abril do ano passado foi dado um reajuste para gasolina e *diesel*. Com esse reajuste, nós colamos no preço internacional, ou seja, estávamos alinhados com o preço internacional. O que fez o desalinhamento? Abril, alinhado; em maio, o FED anuncia que vai fazer aquela mudança de política de estímulo; a partir daí houve uma flutuação cambial, que desalinhou. Então, o que desalinha é câmbio. Quando o câmbio se desvaloriza, é claro que se tem que correr atrás do câmbio. Não é recomendável que se faça intempestivamente um reajuste de tarifa, correndo atrás do câmbio, se não seria uma loucura. Imaginem como isso perturbaria a economia brasileira. Você tem que esperar passar essa turbulência, passar essa volatilidade, e depois buscar o alinhamento.

Então, o alinhamento de preço tem sido buscado, sim, tem ocorrido com regularidade. Repito: em abril do ano passado nós estávamos alinhados — o *diesel*



até ficou um pouquinho mais caro no Brasil do que lá fora —, agora, com o câmbio se desvalorizando fortemente, houve o desalinhamento.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Neste ano será quando?

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Eu não falo em aumento de preço, mesmo porque não se deve falar, não se deve anunciar aumento de preço. Deve-se fazer.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Antes ou depois da eleição?

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Isso mexe com o mercado. Eu não anuncio, eu disse ao senhor a filosofia. Está certo?

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu quero saber se é antes ou depois da eleição.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, não é possível isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Mendonça, na réplica V.Exa. questiona. Deputado, tenha paciência.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, questão de ordem — arts. 255 e 226.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Mendonça, a reunião está avançando de forma ordeira. Tenha paciência. O Ministro é paciente, está respondendo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Perfeito, Deputado.

Deputado Mendonça, aguarde. Na réplica, V.Exa. vai questionar o Ministro, e S.Exa. vai responder com a boa vontade que demonstrou até agora.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

Qual é a questão de ordem, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Qual é a questão de ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, faço a questão de ordem em função dos reiterados descumprimentos do Regimento Interno, não por parte de V.Exa. nem por parte do Presidente Mário Feitoza, obviamente, mas por parte de alguns Parlamentares da Oposição.



O art. 222 do Regimento Interno é muito claro. O seu § 3º deixa muito claro que serão permitidas réplica e tréplica. O convidado faz a sua exposição, o Parlamentar faz a sua pergunta, o convidado tem direito ao mesmo tempo para responder, e depois cabem réplica e tréplica.

Mas eu quero também pedir atenção ao art. 256, § 5º, que deixa muito claro também o mecanismo de réplica e tréplica e, ainda por cima, Sr. Presidente, veda ao orador interpelar qualquer dos presentes. O que o Deputado Mendonça Filho está fazendo é uma interpelação. Então, não cabe isso.

Desculpe-me por tomar um tempo da reunião, Sr. Presidente — e V.Exa. está tentando fazer cumprir o Regimento —, mas eu queria fazer um apelo ao Deputado Mendonça e aos demais Deputados: vamos seguir o Regimento Interno, que é a forma mais tranquila de fazer a reunião.

Então, faço esta questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - A Presidência acata a questão de ordem de V.Exa. Está acatada a questão de ordem.

Deputado Mendonça Filho, por favor, menos ansiedade.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu estou só querendo ajudar o Ministro a responder. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Bom, então, continuando aqui, em relação aos preços administrados, eu quero dizer que os preços administrados têm sido reajustados. Por exemplo, eu posso citar o preço de remédios, que foram reajustados recentemente; o preço de prêmio lotérico foi reajustado; não lembro se o preço dos Correios foi também reajustado.

Então, nós temos feito, sim, reajustes. E o maior exemplo o senhor mesmo deu, quando falou que o preço da energia subiu 18% em Pernambuco, se não me falha a memória. Então, o senhor está dizendo que foi feito o reajuste. Onde é que está o represamento de preços? O senhor mesmo está dizendo: “Mas e o preço da energia?” E, de fato, nós estamos reajustando o preço da energia, sim.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Eu não li a entrevista do Ministro Aloizio. Hoje de manhã estava concentrado, preparando-me para responder às suas perguntas. (*Risos.*) Então, eu não pude ler o jornal, hoje de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Muito bem, Ministro.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Está certo.

Deputado, depois que terminar a sessão, eu lerei o jornal. (*Riso.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - É que nós não nos pautamos pelos jornais.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Pois é.

(**Não identificado**) - Já basta a Oposição na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Toque o barco, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Voltando aqui, o senhor coloca a questão da energia. E até gostaria de aproveitar essa possibilidade de falar sobre isso para dar um panorama da questão da energia e de como ela está sendo equacionada, mas, como foram feitas perguntas por outros colegas seus, eu acho que vou deixar para responder junto com as outras indagações que surgiram.

Bom, o senhor fala que foi sugerida — não sei por quem; não foi por mim nem pelo Governo — uma mudança nos critérios do IPCA. Eu desmenti. Se o senhor ler *O Globo* do dia em que isso foi anunciado... Quando eu ouvi, durante o dia, fui à *Globo* — acho que foi no *Jornal Nacional*, se não me engano — dizer que não havia nenhum estudo. Desautorizei essa especulação. Então, posso dizer ao senhor que não há nenhuma intenção de fazer qualquer mudança no índice do IPCA, embora alimentos estejam pressionando, é da vida, embora nos Estados Unidos seja diferente. Mas lá eles excluem alimentos e combustíveis da inflação. Então, é claro que a inflação lá fica mais moderada do que a daqui.

Mas não houve, não há, e não sei quem fez a especulação. Não estava autorizado. Não é o pensamento do Governo excluir. Vamos continuar com todos esses indicadores, com índices muito claros.

Então, mais adiante eu falarei da questão da energia de forma completa, se o senhor me permitir.



O senhor mencionou as minhas previsões, que não foram acertadas. Eu quero lhe dizer, Deputado, que, nos últimos anos, nós temos visto, num momento de turbulência, num momento de crise, uma mudança muito grande no comportamento da economia. Isso é normal. Então, isso faz com que todos os analistas, indistintamente, façam revisão das suas projeções. Peguem os nossos analistas. Não precisa ir muito longe: pegue o *Focus*, as suas análises e projeções. A vantagem é que a cada semana ele pode ser atualizado. Então, quando chega o fim do ano, ele acerta na mosca, com uma semana de defasagem.

Mas estou falando do Fundo Monetário, que altera as previsões de PIB, de desempenho da economia mundial, quatro vezes ao ano. Ele altera a projeção. Então, significa que a economia fica mais indefinida nesse momento de crise. E o Bundesbank da Alemanha, e o Banco da Inglaterra e o BCE, todos mudam as projeções. Então, se formos analisar assim, todo mundo errou todas as projeções.

O senhor mencionou o episódio em que nós estávamos projetando um crescimento trimestral de 1% — eu, a torcida do Corinthians e a torcida do Flamengo estávamos prevendo aquilo. Foram mais de 50 previsões, e aquela previsão não se verificou.

Agora, se nós formos abarcar um período maior de tempo, o senhor vai ver que as minhas previsões estavam próximas da realidade. Posso lembrar aqui, de cabeça, a minha previsão em 2006, o ano em que me tornei Ministro da Fazenda. A minha previsão era de um crescimento de 4%, e o crescimento foi de 4%. Em 2007, a minha previsão de crescimento era de 5% ou 5,5%, e foi maior, foi de 6,1%. Em 2008, a minha previsão era um pouco maior da que se verificou, mas tivemos a crise a partir de setembro, e a previsão foi muito próxima do real. Depois, durante a crise fica mais difícil, e aí estamos todos no mesmo barco em relação a essas projeções.

Então, veja: há uma dificuldade comum em acertar as projeções. Portanto, não creio que seja um pecado circunscrito a este Ministro. Todos os Ministros, meus colegas, praticam esse mesmo pecado.

Em relação à economia brasileira, sim, a economia brasileira é a sétima maior economia do mundo, e isso foi conquistado nos últimos anos. Nós éramos a 11ª economia do mundo, depois fomos a décima e chegamos a ser a sexta, mas aí há influência do câmbio também. Hoje, somos a sétima maior economia do mundo. É



muito importante. Estamos, portanto, entre as maiores economias do mundo e vamos manter essa posição porque estamos nos referindo a países desenvolvidos cujas taxas de crescimento serão menores do que as nossas.

Bom, o Deputado Rodrigo Maia faz uma alusão ao fato de termos feito a revisão da projeção de superávit primário do ano passado.

Deputado, na verdade, eu acho que não mudamos a previsão, eu acho que nós tínhamos um grau de abatimento que podíamos fazer. No ano passado, estávamos trabalhando com a meta cheia de 3,1. Então, não mudamos. Há muitos anos vínhamos com essa meta de 3,1. Eu procurei não mudar essa meta, mesmo em momentos mais difíceis, para obter o superávit, momentos de política anticíclica etc., porque é importante que o referencial seja você cumprir uma meta mais forte. Era um pouco isso. Agora, é claro que, no momento em que as condições da economia pioram, que se tem um crescimento menor, que se faz desoneração, etc., então, vai se arrecadar menos.

Então, nós tínhamos um mecanismo em que você podia abater da meta cheia um determinado valor dos investimentos. Por exemplo, do PAC. Podia abater do PAC. Foi assim que nós trabalhamos nesses anos. Agora, vislumbrando um período mais favorável, porque a economia vai começar a crescer mais no mundo e no Brasil também, porque estamos no mesmo barco, podemos ambicionar aumentar a meta de primário a ser alcançada. Não sei se o senhor teve ocasião de verificar, mas apresentamos uma proposta de LDO que aumenta a meta em relação a este ano, que coloca uma meta de 2,5%. Porque acredito que o crescimento — e aí estamos falando de 2015 — será um pouco maior. Não muito. Nós trabalhamos com 3% de crescimento, supondo que a economia mundial estará reagindo. Colocamos uma meta de 2,5% e com um abatimento de 0,5% somente. Então, não pode ser menos de 2%. Mais do que foi este ano, portanto.

Então, a nossa ambição, o nosso objetivo é o de produzir um primário cada vez maior, de modo a que volte aos patamares anteriores e continue reduzindo a dívida/PIB aqui no País.

Em relação ao que me foi perguntado sobre a demissão do Diretor Cerveró, quero dizer que o Diretor Cerveró era um técnico de carreira da PETROBRAS e vinha galgando postos importantes. Já no Governo Fernando Henrique ele era



gerente da sua área. Portanto, era considerado qualificado. É um técnico qualificado e, portanto, ascendeu a postos de responsabilidade.

É claro que todos os técnicos têm que passar por rodízio. Ninguém fica muitos anos no mesmo lugar. Isso é verdadeiro na PETROBRAS, é verdadeiro no Banco do Brasil, é verdadeiro em todas as instituições. Aliás, nas instituições privadas também. Você não deixa por muito tempo administradores em postos de extrema responsabilidade.

Então, foi feita uma substituição. Ele saiu da Diretoria da PETROBRAS e foi para uma Diretoria da BR, também de alta responsabilidade, em que ele poderia dar uma contribuição para a empresa. O Conselho de Administração tomou essa decisão. Mais recentemente, diante das problemáticas que se colocaram, eu acredito que houve um desgaste, em função da polêmica pública que houve. Então, nós achamos por bem que era o caso de afastá-lo do seu posto, até pelo menos que essas polêmicas fossem dirimidas. Houve um desgaste, e é natural que você faça o afastamento do funcionário.

Eu poderia falar um pouco, mas acho que os senhores já leram com exatidão, sobre quais são os procedimentos do Conselho de Administração. Quais são os objetivos do Conselho de Administração? Em primeiro lugar, é definir as diretrizes estratégicas da empresa, é definir o volume de investimentos que pratica essas diretrizes estratégicas. Então, por exemplo, todos os anos nós definimos o volume de investimentos a ser feito nos próximos 5 anos. É o Plano de Negócios. Aliás, diga-se de passagem, que é uma das poucas empresas de petróleo que anuncia o seu plano de negócios, que revela o seu plano de negócios. O nosso Plano de Negócios de 2014 a 2018 é de 236 bilhões de dólares, é o maior plano de negócios que existe.

Então, esta é a nossa responsabilidade: analisar o Plano de Negócios; analisar qual vai ser o investimento a ser feito ao longo do tempo; verificar se ele é viável, se ele não compromete a solidez financeira da empresa; qual vai ser o resultado, com este Plano de Negócios, para o aumento da produção da companhia, que é o objetivo máximo, ou seja, é obtermos uma produção cada vez maior de petróleo. Portanto, um faturamento maior da empresa, uma lucratividade maior da empresa. Está certo? Essa é, digamos, a função básica.



Depois nós também opinamos, fiscalizamos, através do Comitê de Auditoria. Existe um Comitê de Auditoria constituído pelo Conselho — portanto, é independente da máquina da empresa — que analisa todos os problemas que porventura surgem, para ver se há prejuízo, se há responsabilidade. Nós fazemos isso permanentemente. O Conselho de Auditoria é muito importante.

E, claro, além disso, a PETROBRAS é permanentemente fiscalizada pelo TCU. Conforme os senhores sabem, o TCU é um organismo ligado ao Congresso. Exaustivamente, todos os projetos, todos os contratos são analisados, são verificados *ad nauseam* — nós respondemos a tudo. E o Conselho de Administração fica em cima para que isso tudo possa ocorrer.

Portanto, para a decisão de venda ou compra de empresas, leva-se um resumo técnico, um parecer técnico, e não um contrato, porque os contratos são quilométricos. Cabe à Diretoria examinar os contratos, à assessoria jurídica, e depois indicar um parecer. Mesmo porque — quero esclarecer — nós temos apenas uma reunião por mês, enquanto que a Diretoria trabalha todos os dias. Então, ela pode se aprofundar. Tem que trazer para nós esse...

Estou dizendo isso, mas naturalmente os senhores já conhecem. Todos aqui já estiveram em empresas ou participaram de conselhos, têm familiaridade com isso. Mas nunca é demais esclarecer esses procedimentos.

Portanto, todas as operações da empresa são fiscalizadas, auditadas. Há uma auditoria externa, que também audita. E, portanto, não faltam fiscalização e acompanhamento.

Acho que já respondi à indagação do Deputado Vanderlei Macris, sobre alinhamento de teses, e já expliquei como se deu, principalmente, a segunda parte de Pasadena, porque na primeira não estava no Conselho, portanto não opinei, não podia avaliar, não tive os dados que tiveram os demais conselheiros. Mas os conselheiros que lá estavam eram de altíssimo nível e, portanto, tomaram certamente a decisão adequada.

Em relação à CVM, de fato é um órgão de fiscalização que fica verificando se há algum descuido nos anúncios de matérias que possa afetar mercados etc. Então, não é incomum que haja alguma interpelação da CVM. E considero que o que está havendo com o Diretor Barbassa é apenas uma verificação, para ver se ele em



algum momento falou que haveria uma fórmula de combustíveis. Se não me engano, foi feito, sim, um fato relevante, quando se estudava uma fórmula de indexação. E talvez a CVM tenha entendido que isso mexeria com o mercado. Não tenho os detalhes desse caso, mas nós estaremos acompanhando para saber o desfecho desse caso e de outros que acontecem.

Aqui novamente o Deputado — e acho que já me adiantei — indaga sobre a questão das previsões econômicas. Acho que já respondi.

Também já respondi à questão do cálculo da inflação. Não nos passou pela cabeça fazer uma proposta de mudança dos critérios. Alguém levantou essa tese — não sei quem foi; não fomos nós —, mas eu imediatamente desmenti isso pela imprensa.

Finalmente, vou falar um pouco do setor elétrico. Bom, todos sabem que nós tivemos uma falta de chuvas desde o final do ano passado até o início deste ano. E isso ocasionou um problema de encarecimento da energia. Não é falta, não há falta de energia elétrica. Falta água em alguns lugares, mas não falta energia elétrica. Isso se deve ao fato de que nos últimos anos o Governo fez pesados investimentos, seja na geração, seja na transmissão de energia elétrica. Então, hoje, o Brasil tem mais recursos para casos de necessidade como este. Fizemos também térmicas, construímos um parque de térmicas, e temos um parque eólico. Portanto, a nossa capacidade de geração aumentou bastante, e, principalmente, essa possibilidade de transferir a energia que sobra numa região para uma região que tem carência e tal.

Está em curso no Brasil a construção de grandes hidrelétricas. As duas hidrelétricas do Rio Madeira são importantes — se não me engano, estão sendo terminadas; a Hidrelétrica de Belo Monte também. Além das termoeletricas que continuam sendo construídas, também temos essas grandes hidrelétricas que entrarão em funcionamento.

Então, não há perigo de faltar energia. O problema foi o encarecimento da energia, que, é claro, causa aumento de custo, causa aumento de preço. Como administrar esse problema? O Governo Federal definiu um “modelinho”, vamos chamar assim, para que pudéssemos dividir o ônus de arcar com esse aumento de preços entre os vários segmentos envolvidos. Uma parte disso seria arcada pelo Governo, com recursos orçamentários. E nós colocamos na Conta de



Desenvolvimento Energético — CDE 9 bilhões, no Orçamento que está em curso, e, depois, chegando à conclusão DE que não eram suficientes, verificamos que era possível fazer um leilão de energia que estava sobrando, que não tinha sido contratada. O que acontece? O problema é quando as distribuidoras que não contrataram toda a energia de que precisam vão contratar, no momento em que o preço subiu. Aí estoura o orçamento dessas empresas. O que nós fizemos? Fizemos um leilão agora — se não me engano, em março —, ofertando uma nova quantidade para que as distribuidoras pudessem contratar essa energia a um preço menor do que aquele praticado no mercado. Com isso, suprimos uma parte do problema.

Outra parte do problema será compartilhada, como disse, pelo Governo, que colocará recurso orçamentário — nós estipulamos algo em torno de 4 bilhões de reais a serem colocados pelo Governo. E há a parte também do consumidor. O consumidor também pagará uma parte dessa conta, com tarifas que, a seu tempo, serão colocadas.

Agora, o problema é que as distribuidoras têm que imediatamente pagar a conta da geradora. E, para isso, nós ajudamos a arquitetar uma estrutura de financiamento para a distribuidora. Só ajudamos.

Quero lembrar que as distribuidoras se organizam na CCEE. É uma espécie de câmara de compensação, é uma câmara de *clearing*. Ela é composta pelo setor privado. Portanto, é uma câmara privada. E caberia a ela arcar, digamos, com a responsabilidade disso.

O que nós fizemos? Nós ajudamos a montar um financiamento privado — não é um financiamento público —, em condições de mercado, do qual participaram os bancos privados, juntamente com os bancos públicos. E financiaram 11 bilhões e 200 milhões, a valores de mercado. Portanto, as distribuidoras puderam pagar às geradoras que estão faturando esses aumentos de preços e receberão de volta esse recurso aumentando as tarifas ao longo do tempo, escalonando em 2 anos. Então, elas têm o recebível. E, quando receberem isso, pagarão. Portanto, vai ficar no zero a zero. Foi uma solução que nós encontramos para acomodar esse problema, que será diminuído no ano que vem, porque no ano que vem vai entrar uma nova oferta de energia barata porque vencem os contratos de concessão de várias concessionárias.



Vejam: é claro que era uma situação difícil, que havia prejuízos para algumas partes, e nós conseguimos um equilíbrio ali. O consumidor vai pagar uma parte, o Governo paga outra parte, o setor elétrico paga outra parte. Foi a solução que encontramos. De modo que não vai faltar energia — eu quero deixar claro: não há falta de energia —, e no próximo ano a energia vai ser mais barata porque haverá oferta de energia nova.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O Deputado pergunta sobre bebidas frias. Então, vou explicar um pouco o que acontece com as bebidas frias.

A forma de tributação de bebidas frias é *sui generis* porque não é *ad valorem*, ela é *ad rem*. Isso é para proteger... Não. Na verdade, é porque, no passado, havia muita informalidade no setor. Então, quando você fazia *ad valorem*, as empresas não declaravam o que tinham faturado, e você não recebia o tributo — ou então declaravam um valor menor. Então, foi criado esse sistema *ad rem*. Digamos que de uma garrafa de refrigerante o tributo será de “x” cruzeiros, de 50 centavos, e pronto. Então, ele não pode dizer: “Não, ele não vale isso”. Não adianta sonegar, faturar menos. Ele vai dizer: “Quantas garrafas você vendeu?” E aí você cobra o tributo.

(Não identificado) - É direto na produção. Não é, Ministro?

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - É direto na produção.

Inclusive, houve uma evolução, porque foram colocados medidores, o que também era para evitar que você sonegasse uma parte.

Então, foi montado um sistema. Só que ele tem este inconveniente: o tributo é *ad rem*. O que acontece? Quando o setor aumenta o preço do produto, o imposto cai. Então, digamos que você tenha um produto que custe 8 reais, uma cerveja... Não sei se tem cerveja que custa isso. Digamos que custe 5 reais uma cerveja. Se ele aumenta para 7 reais, o tributo continua igual. É como se diminuísse. Então, nós temos que fazer um levantamento de preços. A Fundação Getulio Vargas foi contratada para fazer, periodicamente, uma vez por ano, uma análise dos preços, regionalmente, por tipo — porque tem PET, garrafa, não sei o quê, tem um monte. A FGV faz isso e diz: “Olha, ele subiu o preço em 20%”. Então, você tem que subir o tributo em 20%, para ficar onde estava. Temos corrigido.



Acontece que nos últimos anos nós tivemos dificuldades também com esse setor de bebidas, ou seja, o setor passou a faturar menos nos últimos 2 anos. É em função da crise, evidentemente, e também em função do fato de que tivemos um pouco mais de inflação nos alimentos. Isso, às vezes, diminui o poder de compra do consumidor: ele gasta mais com alimentos, gasta menos com bebida. Então, nós aliviamos, nós pulamos essa revisão de preços e tarifas durante um tempo. No ano passado fizemos isso. Mas há um momento em que você tem que recompor. A Receita tinha feito um levantamento da última tabela. Como nós ficamos 2 anos sem recompor, foi como se tivéssemos dado um subsídio para esse setor, para ele voltar a crescer. É um setor importante, que tem muito emprego, que faz muito investimento na economia. É um setor importante.

Só que, agora, nós apresentamos a tabela para atualizar. É claro que, depois de 2 anos sem atualizar, será um salto grande. O setor reclamou. Nós temos um bom diálogo. Eu os recebi ontem. Então, nós combinamos de fazer esse aumento de forma diferida no tempo — não fazer um aumento imediato, embora o tributo federal... Nós estamos falando só de tributo federal, que representa, se não me engano, nem 6% de uma garrafa. Pouca coisa. Mas, é claro, para eles qualquer centavo é importante.

O que nós acertamos ontem? Eu convidei todo o setor. Os grandes produtores, os pequenos produtores também foram representados, o setor de bares e restaurantes, o setor de hotéis, toda a cadeia estava lá. E juntos fizemos um pacto. Qual é a preocupação do Governo? De que eles não aumentem o preço. Quando eles aumentam o preço é que nós temos que corrigir o tributo, que nós corremos atrás deles. Então, vamos fazer um pacto. Eu vou diferir no tempo: nós vamos ter um aumento, daqui a 3 meses, menor do que aquele que foi estabelecido, fazendo o pacto de o setor não aumentar preços. Porque eles aumentaram bastante num passado recente. Então, não aumentar preços, manter os planos de investimentos e manter os trabalhadores. Isso é que foi acordado com o setor, e eu acho que saiu todo mundo satisfeito. Fizemos isso à luz do dia, discutindo abertamente com todos.

Bom, eu queria lembrar que nós fizemos várias desonerações na economia brasileira nesses últimos anos, para dar mais competitividade ao setor produtivo e ao investimento. E fizemos algumas desonerações também para o setor de



consumo, para reativar o consumo. Temos feito isso. É uma política anticíclica que temos feito. Já anunciamos que não devemos continuar fazendo essas desonerações. Apenas algumas vão ser mantidas, principalmente as que dizem respeito a investimento e a aumento de produtividade, da produção no Brasil, porque eu acho que todos aqui concordam que o investimento é fundamental, que a produção é fundamental, e é fundamental que a empresa brasileira seja competitiva em relação a seus concorrentes.

Eu diria que respondi razoavelmente (*riso*) — não sei se todos ficaram satisfeitos — à maioria das perguntas que me foram feitas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Bom, a PNAD...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Não é que ela tenha sido suspensa. É que havia a suspeita de que não seria possível fazê-la a tempo. Porque essa PNAD iria referendar a mudança no Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. Então, isto é muito sério, ou seja, não dar o fundamento adequado.

Eu estou dizendo isso, mas não estou informado — não é o meu Ministério. Eu sei que foi a própria Diretoria do IBGE que disse: “*Olha, talvez a gente não consiga entregar ao Congresso a tempo.*” — não sei se é no Senado que isso está correndo — “*Portanto, é um adiamento.*” Foi isso que aconteceu. Mas depois se acertaram, e me parece que os técnicos disseram: “*Não, nós conseguiremos fazer a tempo.*”

Não é uma questão da minha alçada, não nos envolvemos nessa questão.
(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Ministro, V.Exa. encerrou?

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Encerrei.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Tenho uma réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - A ordem da réplica será a ordem de inscrição?



O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Eu vou falar primeiro e, depois, o Deputado Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Quer inverter.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Não. A réplica é no final das palavras do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - É por bloco, como foi definido no início dos trabalhos.

Invertida a ordem, com a palavra o Deputado Rodrigo Maia.

V.Exa. tem 3 minutos improrrogáveis.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Eu vou ser rápido. Eu acho que o Ministro pode não ter respondido...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Presidente, questão de ordem.

Eu tenho um entendimento diverso. O encaminhamento que foi dado...

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Já está decidido.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - O encaminhamento que foi dado foi de que...

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Não pode falar na hora em que outro está falando! Você é que leu a questão de ordem anterior. V.Exa. disse que outro Deputado não pode falar enquanto outro está falando. E eu estou falando!

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Não.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Você é que fez a questão de ordem anterior, Deputado!

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Deputado Rodrigo, o que eu estou levantando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Ele tira o efeito da questão de ordem que ele fez!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Deputado, por favor.

Eu estava aqui no início dos trabalhos. Foi acordado que ia ser em bloco e que a réplica ia ser em bloco. Assim que terminar a réplica, nós vamos para o outro



bloco de sete Deputados. Aliás, foi tratado que seriam cinco, mas falaram sete. Vamos continuar com o bloco de sete, para avançar nos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Muito bem.

Ministro, não fui eu que disse que reduziu de 2,3. O senhor, no ano passado, disse — está aqui; esta aqui é a audiência do ano passado: *“Guido Mantega - A União fará o superávit primário de pelo menos 2,3”*.

Não fui eu, foi V.Exa. que disse, no ano passado, no dia 26 de junho de 2013. Então, V.Exa. é que mudou e V.Exa. é que disse 2,3. Apenas li a sua apresentação do ano passado.

Pelo que eu entendi, Ministro, do que V.Exa. falou, que V.Exa. vota no Conselho, V.Exa. vota com o parecer, com o resumo executivo, mas com base no contrato, que é muito grande, no parecer jurídico de cada uma das votações, que estão à sua disposição. Não é isso, Ministro? Então, significa que a Ministra Dilma mentiu, à época — mentiu como Presidente —, porque não houve ato falho. Se ela não leu o contrato, se ela não leu o parecer jurídico que tratava da cláusula *put option*, ela cometeu um crime e, assim, precisa ser processada. E será, pelo nosso partido. E V.Exa. confirmou que as bases de uma votação incluem o contrato, o parecer jurídico e muitas auditorias. Não há nenhuma empresa que tenha mais auditorias que a PETROBRAS, até porque tem o TCU, que as empresas privadas não têm.

Eu acho que V.Exa. tem razão. E as suas palavras serão base da minha ação contra a Presidente Dilma na Justiça.

É óbvio que esta é uma questão fundamental. A PETROBRAS é uma empresa do Estado, mas tem milhares de acionistas que são lesados. Não é apenas a PETROBRAS que vem lesando os acionistas, através do seu Conselho de Administração, mas também a OGX e tantas outras empresas que vêm lesando. Infelizmente — e eu não sei se o poder da CVM é pequeno ou se a CVM se omite —, há uma grande omissão na responsabilidade dos Conselhos de Administração. Para mim, tanto faz se é Gerdau, se é Fábio Barbosa. Para mim, nada disso é problema. Se votou errado, pague pelo seu erro. A Ministra Dilma à época, hoje Presidente da República, vai ter que responder por improbidade administrativa, por



gestão temerária. Eu não tenho dúvida nenhuma de que ela é responsável e ré confessa, porque ela soltou uma nota dizendo que o parecer era falho, e não era falho. V.Exa. mesmo disse que todas as votações têm por base o parecer jurídico, o contrato, que cada um lê se quiser — é grande, é óbvio, e cada um faz da forma que achar melhor.

E, apenas para registrar, Ministro, já que o meu tempo está se encerrando, V.Exa. votou a segunda parte da compra de Pasadena. Havia, querendo ou não, por omissão ou não do outro Conselho, de que V.Exa. não fazia parte, no contrato — está aqui no parecer jurídico —, a cláusula *put option*. Infelizmente, existia. Certo ou errado, a PETROBRAS tinha a obrigação de cumprir a cláusula *put option*.

E a arbitragem decidiu, e o Conselho de Administração, de que V.Exa. faz parte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Vou concluir.

E o Conselho de Administração, de que V.Exa. faz parte, decidiu que não ia cumprir uma decisão assinada pela Diretoria da PETROBRAS e referendada pelo Conselho de Administração, de que V.Exa. não fazia parte, mas estava lá. Essa decisão — e V.Exa. confirmou que votou contra — sobre o valor da arbitragem, que era perto de 800 milhões, deu um prejuízo à PETROBRAS de mais 400 milhões. A decisão do Conselho de Administração de que V.Exa. fez parte deu um prejuízo extra à PETROBRAS de 400 milhões. A arbitragem chegou à conclusão de que o valor era de 800 milhões. A decisão da PETROBRAS de ir para a Justiça Comum nos Estados Unidos gerou um prejuízo maior de 400 milhões. Desta V.Exa. e a Presidente Dilma fazem parte — desses 400 milhões de prejuízo que o Brasil teve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Obrigado, Deputado.

Ministro, V.Exa. tem a palavra por 3 minutos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Eu consultei o Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Está bom. Então, eu vou responder em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Eu consultei V.Exa., Ministro. V.Exa. falou que gostaria de responder... *(Pausa.)*



Será em bloco?

Com a palavra o Deputado Mendonça Filho, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Bom, Ministro, eu queria, mais uma vez, indagar a V.Exa. com relação a essa decisão aí. E eu vou reler a matéria relativa à aquisição de Pasadena, nos Estados Unidos.

“(...) Por determinação do ministro da Fazenda, Guido Mantega, Adams solicitava a Erenice que incluísse na ata de uma reunião do conselho de administração da Petrobras duas ressalvas sobre a compra da refinaria de Pasadena. A primeira advertia que a ‘Cláusula Marlim’ não havia sido ‘objeto de aprovação’ pelo conselho. A segunda destacava que a diretoria executiva da Petrobras havia aberto uma auditoria para identificar os responsáveis pela ‘falha no procedimento’(...)”.

Ministro, o fato de uma cláusula ser usada ou não ser usada, se ela foi incorporada de forma ilegal na operação, também é um ato ilegal e precisa ser apurado. Tanto devia ser apurado que V.Exa., através do então Procurador da Fazenda Nacional, recomendou que se abrisse uma auditoria — isso em julho de 2008. Estamos em 2014. Então, por que se passou tanto tempo até que se procedesse à análise de uma operação danosa aos cofres da PETROBRAS? Nenhuma providência foi adotada. Essa auditoria ninguém sabe o que deu. Enfim, as responsabilidades com relação à inclusão de uma cláusula que, na ótica do Presidente Lula, era contrária ao interesse da PETROBRAS... Está aí. Precisamos de um esclarecimento com relação a esse ponto.

Outra questão em que gostaria de insistir é sobre o reajuste anual das tarifas públicas e do preço da gasolina, que sofreu reajuste no ano passado e que, neste ano, como todo ano, terá um realinhamento. O mercado calcula uma defasagem de 20% no preço da gasolina. Gostaria de saber se vai haver aumento, conforme a linha de política econômica de V.Exa., e quando será esse aumento, se será imediato, se será antes ou depois de outubro. Depois que passar a eleição, nós vamos ter 2 meses para terminar o ano. Então, gostaria de saber quando será esse aumento do preço dos combustíveis.



Para finalizar, se porventura o senhor não leu, vou ler aqui uma declaração do Ministro Mercadante, publicada na *Folha de S.Paulo* de hoje, sobre preços administrados. Disse o Ministro: *"Porque o conceito é este, você administra [o aumento] em função do interesse estratégico da economia"*. Ele está se referindo à administração de preços como uma política do Governo para administrar a economia. O senhor concorda com essa afirmação do Ministro Mercadante ou discorda dela?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - O próximo orador é o Deputado Vanderlei Macris, que disporá de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Ministro, o senhor disse que não tinha conhecimento sobre as duas teses que são defendidas lá na PETROBRAS sobre Pasadena: uma no sentido de que foi um bom negócio; outra no sentido de que foi um mal negócio. O senhor não tinha conhecimento de que havia isso. Eu diria isso que é lamentável, porque acho que até o porteiro da PETROBRAS sabe que existiam duas posições com relação a essa questão. E, mais do que isso, como o senhor mesmo disse, talvez a torcida do Corinthians soubesse também. Essa é uma questão apresentada.

Outra coisa que o senhor disse também foi que o Cerveró foi demitido por desgaste que houve, inclusive em relação a sua decisão sobre a questão do parecer técnico. O senhor confirma que houve demissão pelo desgaste, e não pela decisão dele de enganar a Presidenta da República, outros conselheiros, etc., conforme se diz claramente por aí? A CPI haverá de confirmar isso. Queria só que o senhor confirmasse essa questão.

Outra pergunta, Sr. Ministro, que passou, e o senhor não respondeu é a seguinte: a PETROBRAS tem subsidiárias em vários países — Holanda, Estados Unidos, Cingapura, Venezuela e Argentina. A pergunta que fiz foi a seguinte. A informação que temos é de que mais de 10 mil acordos foram firmados entre 2011 e 2013, sem que esses investimentos da companhia que são feitos nessas várias subsidiárias estivessem submetidos a regras brasileiras de contratação, etc. Mais de 10 mil acordos foram firmados. Como funcionam esses contratos da companhia no exterior? Existe algum controle e fiscalização sobre eles?



Essa foi uma pergunta que fiz. Acho que o senhor passou por ela e não a respondeu, mas eu gostaria de ter essa resposta.

E por qual motivo não são feitas licitações e por que a PETROBRAS não divulga informações sobre esses contratos feitos pelas subsidiárias no exterior?

Para finalizar, a questão dos 4 bilhões de reais, que o senhor citou, para ajuda ao setor elétrico. De onde sairá o dinheiro? Sairá da educação, da saúde, da reserva de contingência? Sei que sairá do Orçamento, mas quero saber de que rubrica?

Finalizo com essa pergunta sobre a questão dos 4 bilhões de reais para o setor elétrico, Sr. Ministro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Obrigado, Deputado.

Para réplica, tem a palavra o Deputado José Guimarães, que disporá de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, veja a que ponto nós chegamos. Deputado Mendonça, vou brincar com V.Exa. Na próxima vinda de outro Ministro, não precisamos mais fazer perguntas, Ministro, porque é só rodar uma — vou usar uma expressão lá do Nordeste — radiola e botar a fita gravada, porque são as mesmas perguntas, com exceção da relativa à entrevista...

(Não identificado) - Tem que ser outro equipamento, porque radiola não toca fita. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Um disco, sei lá.

São as mesmas perguntas. Já ouvi essas perguntas, Ministro, na audiência com a Graça Foster, na audiência com o Cerveró, na audiência no Senado. E é importante a imprensa estar nos acompanhando aqui, porque é muito fácil esclarecer isso.

Deputado Mendonça, por que o vosso partido não indicou os membros para a CPI do Senado requerida no Supremo pela Oposição? Por que V.Exas. não indicaram os membros para a CPI funcionar?

Quanto ao debate, o Ministro veio aqui e fez uma bela exposição sobre a economia brasileira. Não se sabe se a Oposição concorda ou discorda dos



fundamentos apresentados pelo Ministro Guido Mantega, porque ficaram o tempo todo questionando sobre Pasadena, com perguntas aqui e perguntas acolá.

No Congresso, Deputado Mendonça, nós deveríamos fazer um debate de mérito sobre a economia brasileira. O caso Pasadena a CPI investiga. Já está lá instalada hoje. Aproveitemos a presença do Ministro aqui para discutir a economia brasileira.

(Não identificado) - Presidente, zeraram o tempo do Deputado! Eu quero fazer uma questão de ordem. Eu acho que a gente está aqui para ouvir o Ministro, para arguir o Ministro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Primeiro, eu não terminei a minha fala, Presidente.

(Não identificado) - Aqui está havendo um debate entre o PT...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Regimentalmente, ele pode...

(Não identificado) - Garanta a palavra, garanta a palavra.

(Não identificado) - Não, renovaram o cronômetro. O cronômetro foi renovado lá.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Presidente, eu tenho 3 minutos. Eu não encerrei a minha fala. Eu quero que V.Exa. reponha os meus 30 segundos; meu 1 minuto, aliás. Eu estou falando nos meus 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Estão garantidos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Imagina, meu nobre Líder, que o Líder do DEM atrapalhou quantas vezes quis, e não houve essa reação. Vamos com calma! Já que essas são as regras, todo o mundo fala.

Portanto, Presidente, o que é importante...

(Não identificado) - Companheiro, o colega estava arguindo o Ministro, que está aqui para que possamos ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Conclua, Deputado. V.Exa. tem mais 1 minuto.

(Não identificado) - V.Exa. está querendo fazer um pingue-pongue aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Eu vou concluir.



O importante, Presidente, é o Ministro Guido Mantega sair dessa armadilha que o Líder do DEM quer colocar, que é de só falar sobre Pasadena, e explicitar mais ainda, aprofundar mais ainda o debate sobre a economia. É isto que nós temos que fazer, porque tem gente da Oposição dizendo, Ministro, que o salário mínimo está muito alto, que não se pode dar aumento para o Bolsa Família, que não se pode fazer isso porque é custo e encarece o Brasil. É isto que nós temos que discutir aqui.

Por isso eu faço, Presidente, essa colocação, no sentido de a gente fazer, Deputado Mendonça, um debate mais estratégico sobre o País. O caso Pasadena está sendo tratado lá na CPI.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Só um esclarecimento: o objeto primeiro da convocação foi Pasadena.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Mas depois nós acordamos que seria um debate sobre economia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Deputado Mendonça, deixe o Deputado encerrar para a gente passar para outro Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Eu encerrei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Mais alguém quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Deputado Henrique Fontana, V.Exa. tem 3 minutos. Atenção ao tempo, por favor.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Presidente. Vamos cuidar do tempo.

Na questão da PETROBRAS, sobre a qual venho fazer a réplica, eu tenho a minha opinião sobre a compra de Pasadena: foi um negócio adequado para o momento em que foi feito, o mercado mundial se alterou, e ela passou a ser um negócio menos atraente num mercado alterado.

Agora, de novo sobre PETROBRAS: é impressionante quantas centenas de negócios o Conselho de que V.Exa. participa, Ministro, fez ao longo desses anos, em nome da PETROBRAS. Então, eu quero sair daquela análise ultraconjuntural, ou focada num único negócio, que é a tecla única da Oposição, que quer desgastar a PETROBRAS mesmo, e debater o resultado geral da PETROBRAS.



A gestão da Oposição na PETROBRAS, que também durou 8 anos, entregou a PETROBRAS ao Brasil, no final do Governo Fernando Henrique Cardoso, valendo 15 bilhões de dólares. Hoje, mesmo com as variações de mercado, quando todas as petrolíferas estão perdendo valor no mundo, a PETROBRAS vale em torno de 98 bilhões de dólares. Por que ela não valia mais quando V.Exas. a administravam?

Outra pergunta — a audiência é com o Ministro, mas eu quero perguntar para a Oposição —: a PETROBRAS tinha um faturamento anual em torno de 69 bilhões de reais e, no último ano, chegou a 304 bilhões de reais. Por que a Oposição, quando administrava a PETROBRAS, não conseguia fazer um faturamento dessa ordem?

Outra questão, Presidente, e que é muito importante, é o investimento da PETROBRAS para alavancar crescimento econômico e gerar emprego, defendendo o interesse nacional, exigindo nacionalização, e não comprando plataforma só no exterior, detonando a indústria naval brasileira, como foi feito no Governo da Oposição. Agora está sendo recuperada a indústria naval. E olhem o volume de investimentos. Quando se encerrou o Governo daqueles que queriam privatizar a PETROBRAS — e já não estavam investindo muito, talvez porque já quisessem deixar a empresa meio defasada —, em 2002, a empresa investiu 18,9 bilhões de reais. E, no ano passado, ela chegou a investir 104 bilhões reais!

Deputado Mendonça, Deputado Macris, pergunto a V.Exas.: por que a PETROBRAS investia tão pouco naquele tempo? Por que ela conseguiu crescer tanto nesses 11 anos de Governo do PT, quando foi administrada por Gabrielli, por Graça Foster, por José Eduardo Dutra, pelo Presidente Lula e pela Presidenta Dilma? A PETROBRAS é uma empresa que está muito bem administrada. Pode ter problema como qualquer empresa tem.

O jogo forte que está por trás deste debate — e aqui eu encerro, Presidente — é terminar com o sistema de partilha, que garante 100% de poder para a PETROBRAS administrar os campos do pré-sal. E o Aécio já falou que ele é contra a partilha; o Aécio já disse que quer voltar para o sistema de concessão, pelo qual a PETROBRAS não é a única operadora do pré-sal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Para encerrar, Deputado.



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - E nós vamos debater isso aqui, nesta Comissão, e vamos debater ao longo desse processo que vai ocorrer nos próximos meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Ministro, não há mais nenhum Líder para fazer réplica. A Presidência vai conceder a V.Exa. 15 minutos para resposta ao bloco, para a tréplica.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Obrigado, Presidente.

Em relação ao que disse o Deputado Rodrigo Maia, talvez eu não tenha esclarecido bem. O que recebe o Conselho de Administração? Recebe um resumo executivo. É claro que estão presentes os diretores, e, em geral, está presente alguma empresa que fez uma auditoria, que analisou o valor da empresa, fez uma *valuation*, e com isso fundamenta a operação para ver se ela é boa ou não.

Eu não estava presente quando o Conselho tomou a decisão. E não foram apresentados ao Conselho nem a minuta do acordo nem parecer jurídico algum. Não foi apresentado um parecer jurídico! Portanto, eu não posso falar de uma reunião em que eu não estive. O Deputado força a barra para que eu me manifeste em relação a algo do qual eu não participei, porque eu não estava presente. Agora, o procedimento tanto foi esse que vários membros do Conselho, não do Governo, mas do setor privado, tiveram exatamente a mesma posição. E são pessoas de respeito. Todos votaram na mesma posição. Quando foi apresentada a segunda parte, os 50% — aí eu estava lá, está certo? —, também não foi apresentado parecer jurídico. A assessoria jurídica estava presente, mas não se manifestou. Quando se faz a reunião, têm-se a Diretoria e a assessoria jurídica. A Diretoria se manifesta, por meio de um relator, apresenta o caso, e poderiam ter sido apresentadas essas cláusulas, mas não o foram. Nós acabamos detectando que havia as cláusulas Marlim e Put Option já em 2008. E, independente das cláusulas, nós não arrumamos a aquisição dos 50% restantes.

Eu não acredito que isso tenha causado prejuízo, porque o que nós queríamos era anular a compra de 50%, porque naquele período a empresa sócia não tinha feito os investimentos necessários. E era preciso fazer muito investimento para que pudéssemos ter os 200 mil barris-dia de refino. Então, não era



conveniente, e o Conselho como um todo resolveu não aprovar a segunda parte. Foi assim que procedemos.

Em relação aos valores, portanto, a melhor solução seria que o Tribunal de Arbitragem decidisse pela não aquisição. Era isso que nós buscávamos. Infelizmente, ele confirmou a aquisição, e tivemos que fazer o pagamento.

A Presidente Graça esteve aqui, se não me engano, nesta Comissão, e já esclareceu que os valores não são esses, que os prejuízos não são esses. Eu não tenho as mesmas informações que ela tem. Eu tenho transcrito, e os senhores já receberam. Não vou repetir aquilo que já foi dito em relação a esses valores. Portanto, não houve esse prejuízo que foi mencionado.

Em relação ao nosso pedido de escrever na ata a necessidade de verificar... O que interessa é o seguinte: eu queria verificar se a cláusula Marlim causava algum prejuízo para a companhia. Este era o objetivo: fazer uma investigação. A Diretoria teria que verificar se a cláusula Marlim tinha causado um prejuízo para a empresa. O resultado disso é óbvio. Não foi praticada a cláusula Marlim. Portanto, ela não causou prejuízo. Resumindo a história, é isso de que se trata aqui. Ela não foi praticada, porque não fizeram o *revamp*, não fizeram os investimentos que permitiriam a aplicação dela.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Não sei se é ilegal. É inclusão não revelada para... Não revelada no momento da primeira aquisição. Foi isso que causou uma distorção, digamos, na avaliação do Conselho de Administração, quando ele tomou a decisão na primeira vez, em 2006, em reunião na qual eu não estava. O desconhecimento leva a não se ter todos os elementos para se fazer um julgamento perfeito da questão. *(Pausa.)*

Bom, eu não vou me manifestar a respeito de reajuste de gasolina. Se eu me manifestasse aqui, poderia ser incomodado pela CVM, arguido pela CVM, para dizer se eu estava influenciando o mercado. Portanto, eu prefiro não fazer isso. Não cabe fazer...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - É um sério risco. Portanto, eu não vou me manifestar sobre preço de gasolina. Isso não se discute. Apenas se anuncia quando há elevação do preço, porque é uma matéria...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Bom *(riso)*, que vai ter um dia, com certeza, vai, mas não sei quando, nem como, nem de quanto.

Eu acho que já mencionei a questão dos preços administrados. Acho que já fui bastante claro aqui em relação aos preços administrados. Não cabe repetir. Estou vendo que os Srs. Deputados têm vários afazeres. Alguns já nos abandonaram aqui. *(Riso.)* Então, os preços administrados...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Exatamente. E como ela tem sido praticada? Eu expliquei detalhadamente. Falei que recentemente fizemos a correção de preços de remédios. Recentemente fizemos correção de valores de loteria, dos Correios, de energia elétrica, e o próprio Deputado mencionou que no seu Estado já subiu. Estamos, sim, corrigindo os preços. Não há que se falar em defasagem. E, mesmo em relação aos preços da PETROBRAS, que não é bem a mesma administração... Porque, quando eu falo em preços administrados, são esses que são consultados dentro do Governo, dentro do Executivo, e passa pelos nossos gabinetes. Então eu posso responder por eles. Os preços da PETROBRAS são tratados pela Diretoria da PETROBRAS, juntamente com o Conselho. É outra instância, é outra autonomia, está certo? Mesmo assim eu mostrei que nós temos buscado a convergência de preços a seu tempo e temos evitado fazer mudanças intempestivas, até por causa do câmbio. Não podemos correr atrás do câmbio.

Se o senhor verificar, por exemplo, 2002, o senhor vai ver que não foram feitos reajustes de preços, e eu acredito que o câmbio também se movimentou fortemente. Parece-me que é o bom senso que nos leva a não fazer correções que depois podem voltar, não é? Porque o câmbio volta. O preço do barril pode cair, e haveria uma convergência natural dos preços.

Ainda em relação à questão sobre se foi um bom negócio ou um mau negócio a aquisição de Pasadena, realmente eu não acho que haja dois partidos. Perdoe-me, Deputado, mas eu não sabia. O senhor é que criou essa qualificação. Eu não



havia me dado conta. De qualquer forma, eu já disse a minha opinião sobre esse assunto. A questão ainda tem que ser avaliada ao longo do tempo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Pois é. Já pensou? Ele me pôs numa situação... Deputado, o senhor me deixou aqui...

Eu quero dizer o seguinte...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor tem liberdade, Ministro, para dizer qualquer uma delas.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Agradeço a liberdade.

O fato é o seguinte: até hoje...

(Não identificado) - Diga a eles, Ministro, que é o partido do povo brasileiro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Aliás, seria uma honra. Não seria nenhum demérito participar do partido de V.Exa.

Então, eu quero dizer aqui que a...

(Não identificado) - Vou encomendar a sua ficha de filiação, Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Calma, também não vamos exagerar. Os meus colegas ali estão olhando feio para mim.

(Não identificado) - Exatamente, Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Sou fundador do partido, em 1980. Mas também posso ter alguma simpatia pelo seu partido. Por que não?

Digamos que nós ainda não sabemos o balanço dessa operação. E quero dizer que Pasadena está dando lucro neste momento. Os cenários econômicos mudam ao longo do tempo. Ela deu 50 milhões de reais de lucro no ano passado, e não foi contabilizado prejuízo ainda em Pasadena. Está certo?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Desculpe, eu assisti ao depoimento da Graça Foster no Senado, e foram 420 milhões de reais.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Bom, ela tem mais conhecimento sobre esses dados. De qualquer maneira, ela deu 50 milhões de reais de lucro no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Vamos deixar o Ministro falar, por favor.



O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - E ela poderá continuar dando lucro no futuro, de modo que...

Em relação à demissão do Diretor Cerveró, eu já falei tudo o que eu tinha a dizer aqui. Não vou repetir, para não me tornar tedioso para os senhores.

Em relação aos acordos de investimentos feitos pela companhia fora do País, tudo isso é comunicado às autoridades, é fiscalizado pelo TCU. O TCU, como já disse aqui, faz uma fiscalização intensa. O nosso Comitê de Auditoria também examina, evidentemente, não todos os contratos, porque são muitos. Mas quando aparece alguma dúvida, o Comitê de Auditoria audita, verifica e corrige se houver algum problema. Então, não falta fiscalização na companhia, e as instituições têm sido muito rigorosas nesse sentido.

Eu acho que já falei do setor elétrico, já mencionei os 4 bilhões de reais. Se forem utilizados, sairão do Orçamento Geral da União. Como eu disse, é uma conta tripartite: uma parte o consumidor vai pagar; outra parte, o setor elétrico; outra parte, o Governo, sendo que sempre poderemos ter uma mudança para melhor. Ainda não concretizamos um cenário definitivo. Ele sempre poderá melhorar, e pode ser que não tenhamos que colocar esse recurso.

Acho que terminei as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Obrigado, Ministro.

Vamos para o segundo bloco. Assim como no primeiro bloco, falarão sete Deputados.

(Não identificado) - Ainda tem outro bloco, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Tem outro bloco.

Com a palavra o Deputado Edson Santos, que vai falar por indicação do Líder e dispõe de 5 minutos. Eu pergunto a V.Exa. se vai usar os 3 minutos adicionais, porque logo depois V.Exa. está inscrito como membro da Comissão. Vai agregar os 3 minutos ou não?

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Vou agregar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Então, V.Exa. tem 8 minutos.

Com a palavra o Deputado Edson Santos.



O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, primeiro eu quero parabenizar o Ministro Guido Mantega pela exposição, que nos dá tranquilidade e segurança sobre o futuro de nosso País.

O Brasil passou por um período muito difícil, de crise internacional, e o nosso País não caminhou na direção daquilo que vinha ocorrendo com outros países no mundo, onde o desemprego grassou junto ao segmento trabalhador, principalmente na Europa, em países como Espanha, Portugal, Grécia, Itália, que viveram e vivem períodos de muita dificuldade.

Acho que este é o grande saldo do Brasil: no período em que as economias no mundo encolhiam e geravam desemprego para os seus trabalhadores, o Brasil gerava emprego. Os números de desemprego que V.Exa. nos trouxe aqui apontam que a taxa de desemprego no Brasil é de 5,1%, menor, portanto, do que a taxa de desemprego nos Estados Unidos e a taxa de desemprego nos países da Europa.

Ao lado disso, nós temos um programa como o Minha Casa, Minha Vida, que gerou quase 4 milhões de moradias para as famílias brasileiras. Isso não é de pequena importância, na medida em que nós tínhamos um déficit habitacional da ordem de 7 milhões de unidades habitacionais, e, por conta do direcionamento da nossa economia, foram feitos investimentos voltados ao atendimento dessa necessidade da população.

E, na questão do emprego, em termos absolutos, foram gerados cerca de 20 milhões de empregos no Brasil.

Eu quero dizer com isso que, por mais que a Oposição busque levar intranquilidade à população e fazer um debate eleitoral negando a situação que o País está vivendo, a realidade tem demonstrado exatamente o contrário.

Em relação à PETROBRAS, eu quero aqui salientar um dado: quando os tucanos e democratas governavam o Brasil, o setor naval, que é um setor muito vinculado à indústria de petróleo, tinha 3 mil trabalhadores na sua base. Hoje, o setor naval tem 78 mil trabalhadores em sua base, e a previsão é de que chegue até 100 mil trabalhadores. Vejam a importância que tem essa empresa chamada PETROBRAS.

O Deputado Rodrigo Maia ou não entendeu ou tentou falsear a verdade, ao dizer que o prejuízo na segunda fase de Pasadena foi de 400 milhões de reais. Na



verdade, o Deputado Rodrigo Maia estava querendo dizer que o custo de Pasadena, na sua segunda fase, foi de 1,2 bilhão de dólares. E, na verdade, esse foi o custo total de Pasadena. Esse foi o custo total. Então, não há essa defasagem. Inclusive, eu quero aqui colocar que a proposta da empresa Astra, que foi rejeitada pelo Conselho de Administração da PETROBRAS, era maior do que a arbitrada nos Estados Unidos. Então, houve uma economia na decisão do Conselho da PETROBRAS de não aceitar a proposta feita pelo grupo Astra.

Acho também que, movida pela questão eleitoral, a Oposição vem colocando a PETROBRAS como alvo. Isso já vem sendo informado até em reuniões feitas pela Oposição para tratar da PETROBRAS enquanto alvo a ser atacado no Governo da Presidenta Dilma.

Sobre essa questão de que o Presidente Lula tem uma opinião e a Presidenta Dilma tem outra, vocês vão ver o Presidente Lula e a Presidenta Dilma juntos na rua, enfrentando o debate político com V.Exas. Então, não existe isso. Há uma verdadeira sintonia naquilo que o ex-Presidente Lula diz e o que a Presidenta Dilma tem afirmado ao longo dessa questão no Brasil.

O que eu acho é que há uma questão por trás de tudo isso e que o Deputado Henrique Fontana levantou aqui: a mudança de modelo de exploração do pré-sal. O pré-sal é uma exploração de baixo risco. Onde se faz perfuração do pré-sal há possibilidades enormes de se extrair óleo. Daí a mudança de modelo. O modelo de partilha é para que esse óleo fique no Brasil, para que a renda desse óleo seja revertida principalmente para educação e desenvolvimento da ciência e da tecnologia em nosso País.

Eu já ouvi o Senador “Arrocho” Neves falar em mudança de modelo. Eu queria saber de vocês do PSDB que estão aqui se assinariam um compromisso em função do Brasil de não mudança de modelo da exploração de petróleo. Esse é o desafio que faço. Por quê? O modelo de partilha efetivamente trouxe um descontentamento às grandes petroleiras no mundo, que estavam acostumadas a vir ao Brasil, retirar o óleo e levar o seu lucro para o exterior. A mudança do modelo para partilha faz com que esse óleo fique no Brasil.

Eu acho que seria um ato até de traição nacional a mudança do modelo, porque isso — inclusive é uma pergunta que eu faço a V.Exa., Ministro — vai



impactar no modelo de desenvolvimento do nosso País. É fundamental que a Oposição tire a sua pele de cordeiro e mostre o lobo que está por trás das suas investidas contra a PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Um minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Eu vou concluir.

Na verdade, a intenção é desnacionalizar a renda, o lucro da PETROBRAS, do petróleo de nosso País, em função dos interesses das grandes petroleiras do mundo.

Esse é o desafio que eu faço a V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Por ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Simplício Araújo. V.Exa. tem 5 minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - Eu estou inscrito também, e há um ofício na Mesa sobre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Quer agregar o tempo de...

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - Se for necessário. É só para comunicar a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Obrigado, Deputado.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - Bom, eu gostaria, antes de mais nada, de dizer mais uma vez que este modelo de audiência pública tem que ser revisto urgentemente nesta Casa. Isso aqui é extremamente desgastante para quem está acompanhando uma audiência pública como esta através da Internet e da televisão, é desgastante para quem vem e é desgastante para quem quer, realmente, fazer da audiência pública um momento de esclarecimentos. Porque a gente vê que há Parlamentar aqui muito mais preparado para rebater o Ministro Guido Mantega do que para sanar as dúvidas que tem.

Eu queria dizer, Ministro, que as projeções que V.Exa. colocou aqui não me parecem projeções técnicas, porque, ao longo do tempo, como já foi dito aqui, as projeções do Governo para a economia não se estabelecem. Então, parece que são mais peças de *marketing* do que projeções econômicas. Parecem mais peças de



marketing, como é *marketing* puro o PAC neste País. Há uma propaganda absurda de obras por este País, e efetivamente não se cumprem as metas do PAC. É golpe de *marketing* como é o Programa Mais Médicos, que não retirou até hoje um paciente dos corredores dos hospitais de urgência e emergência deste País, o grande entrave da saúde.

Eu me senti contemplado pelos Parlamentares que me antecederam em algumas de suas colocações, ainda que não tenha me sentido totalmente satisfeito com suas respostas. E gostaria, até como membro suplente da CPI da PETROBRAS, de falar a V.Exa. sobre o maior estelionato eleitoral da história deste País e que está passando quase despercebido por esta Casa. Pior do que o escândalo — aí eu vou usar um trocadilho, porque o PT também usou com o companheiro Aécio — de “PassaDilma” é o da Refinaria de Bacabeira...

(Não identificado) - É o “Arrocho” Neves.

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - Fique à vontade, companheiro.

(Não identificado) - É o “Arrocho” Neves.

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - Pior do que o escândalo de “PassaDilma” é o escândalo da Refinaria de Bacabeira, no Maranhão.

Em função da Refinaria de Bacabeira, o Presidente Lula e a então Ministra Dilma levaram um aparato gigantesco da PETROBRAS para o Maranhão. Gastaram-se milhões e milhões de reais com propaganda no Maranhão, apenas para que a Governadora Roseana Sarney fosse reeleita e para que a Presidente pudesse fazer, na onda da instalação da Refinaria de Bacabeira, a sua campanha eleitoral. E aí a gente está falando de campanha eleitoral no Maranhão. Isso foi muitíssimo bem ilustrado pelo jornal *O Globo* no último domingo.

Eu tenho, nesta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, um requerimento para vistoria da Refinaria no próximo dia 23. A imprensa e os Parlamentares que puderem nos acompanhar nessa vistoria vão perceber que o estrago feito, primeiro, na consciência do povo do Maranhão que acreditou num golpe político, num golpe eleitoreiro do PT contra o Estado mais pobre da Federação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Um minuto, Deputado.



O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - Eu pedi que V.Exa. agregasse os outros 3.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - V.Exa. não decidiu. Disse que ia pensar. Então, agrego?

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - Agregue, porque V.Exa. viu que eu não terminei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Eu vou agregar mais 3 minutos.

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - E quero reposição, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - É regimental, Deputado. Está atendido.

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - Por favor, a reposição, a reposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Vou lhe dar mais 3 minutos.

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - Obrigado.

Então, só se sabe até agora 5% do prejuízo causado por esse golpe, ilustrado pelo jornal *O Globo*. Ali, havia 500 milhões de reais para fazer a terraplanagem de um terreno na cidade de Bacabeira. E, por essa terraplanagem, acabou-se pagando mais de 1 bilhão de reais para um consórcio, que recebeu, inclusive, sem prestar serviço durante 3 meses, 90 milhões de reais. Ou seja, a PETROBRAS não tinha projeto, não tinha licenciamento ambiental e pagou ao consórcio responsável pela terraplanagem 90 milhões de reais, sem que a obra tivesse começado.

E hoje nós temos um rastro de destruição ali muito grande, aliás, no Estado do Maranhão inteiro, porque 180 mil empregos foram prometidos. Os maranhenses acreditaram na Refinaria, precisam da Refinaria e foram para a região de Bacabeira, para instalar hotéis, restaurantes. Loteamentos foram abertos ali. E hoje existe lá um rastro muito grande de destruição.

A pergunta, Ministro, que eu quero fazer a V.Exa. é esta: o Conselho da PETROBRAS é técnico, ou seja, toma decisões com embasamento técnico, ou com embasamento político? Na sua avaliação, Ministro, estão corretos os valores gastos apenas com a cerca, o canteiro de obras para a terraplanagem e a terraplanagem de



Bacabeira, num terreno de aproximadamente 100 hectares? E, por fim, o que o Governo tem a dizer ao povo do Maranhão que está endividado nos bancos públicos, que desmobilizou a sua vida, acreditando na Refinaria, e que foi, repito, até agora, apenas vítima de um golpe eleitoreiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - O próximo a falar é o Deputado Pepe Vargas. V.Exa. dispõe de 3 minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Obrigado, Sr. Presidente. Saúdo o Ministro Mantega e os Deputados e Deputadas aqui presentes. Eu queria parabenizar o Ministro Mantega pela intervenção, sempre muito competente, com muita tranquilidade e serenidade.

Não adianta a Oposição querer brigar com os números. Os números que o Ministro Mantega colocou a respeito das perspectivas da economia brasileira são inquestionáveis. Não há como querer brigar com os dados concretos da nossa economia.

Eu queria dizer que a Oposição se encontra perdida. Está tão perdida que o Deputado Rodrigo Maia chegou a criar uma nova cláusula no contrato de Pasadena. Ele falou em cláusula "Putin". Deve ser uma mistura da Put Option com a cláusula Marlim, ou quem sabe ele ache que o Premier da Rússia inventou uma cláusula nova. Eu achei gozada essa tal de cláusula "Putin" que ele colocou.

A Oposição está tão perdida que vem aqui defender aumento da gasolina e lá fora defende arrocho salarial, porque o salário mínimo é muito alto. Então, por conta do que a Oposição anda defendendo, os brasileiros vão ter salários mais baixos e vão pagar mais caro pela gasolina.

Ministro Mantega, não se preocupe com as questões de previsões. A Oposição é quem mais erra previsões. A Oposição diz que vai ter apagão, e não tem apagão. A Oposição diz que vai aumentar o desemprego, e o desemprego cai. A Oposição diz que a situação fiscal vai deteriorar, e a situação fiscal hoje está muito melhor do que 10, 15 anos atrás. A Oposição diz que os investidores internacionais vão fugir do Brasil, e o Brasil vem se mantendo como um grande atrativo de investimentos estrangeiros diretos. A Oposição diz que a inflação vai estourar a meta, mas a meta foi estourada quando a Oposição governava. Nós temos regime



de metas de inflação desde 1999, e, em 2000, 2001 e 2002 a meta foi estourada. Aliás, em 2002, foi a 12% a inflação.

V.Exa. é Ministro da Fazenda desde 2006, e, desde que V.Exa. é Ministro da Fazenda, em todos os anos da sua gestão, a inflação ficou dentro da meta. Durante os Governos da Oposição, a inflação sempre ficou acima do centro da meta e, em 2 anos, ela estourou a meta.

Então, a Oposição é especialista em fazer previsão errada, é quem mais erra previsão, e, mais do que isso, quando governou, o País tinha baixo crescimento econômico e desemprego muito grande.

O Presidente Lula já disse, em determinada ocasião, que, em época de eleição, todo o mundo defende pobre — em época de eleição. Termina a eleição, dizem: *“Ah, esse salário mínimo está muito alto. Temos que diminuir o salário mínimo”*. Bolsa Família? Ficaram 10 anos combatendo o Bolsa Família e agora dizem que vão transformar o Bolsa Família nunca coisa perene.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Para encerrar, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Então, o importante é a gente ter a condução de uma política econômica — e encerro, Presidente — que garanta crescimento econômico e distribuição de renda. Nós tivemos um dos maiores crescimentos do PIB no mundo, em 2013. Se não me engano, dever ter sido o oitavo entre os países do G20.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Foi o sétimo.

Todavia, mais do que crescimento do PIB, a gente tem distribuição de renda e geração de emprego.

Parabéns, Ministro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o próximo orador, o Deputado Dr. Ubiali, que dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero saudar o Sr. Ministro pela sua exposição, que foi muito clara, com os dados que colocou, seguindo aquela linha de raciocínio que montou para apresentar.



Eu não quero entrar nesse jogo do PT e do PSDB. Não é para isso que estou aqui. Eu aguardei aqui, pacientemente, até porque algumas coisas eu tenho realmente que reconhecer. Primeiro, a gente não pode comparar o que foi feito antes com o que foi feito depois, porque as realidades econômicas do Brasil e do mundo eram diversas. Não há termos comparativos. Quem faz esse tipo de comparação está, no mínimo, sendo leviano, porque, na verdade, é preciso considerar todas as conjunturas do País e o que havia lá fora na época.

Dito isso, eu quero parabenizar V.Exa., Ministro, porque nós conseguimos até agora uma política econômica e social que reduziu a pobreza e a desigualdade de renda. Isso foi fundamental para o País e tem que continuar, é uma política que não pode ser interrompida.

O controle da inflação, apesar de manter o índice ainda no teto da meta, é preocupante, porque há a inflação real e a inflação oficial, e há um sentimento de que elas não andam *pari passu*. Já me explicaram isso, dizendo que a minha inflação é diferente da inflação do outro e que a inflação geral é a média, mas a gente fica aqui na esperança de entender e de haver realmente um controle total da inflação, para que ela baixe para patamares de 4% ou 3%, quem sabe.

A manutenção dos empregos também é outra conquista fundamental, apesar de que hoje, pelos seus dados, nós temos o mesmo índice de geração de emprego que tínhamos anualmente no passado: o índice de aumento de empregos de 2000 é o mesmo registrado em 2012, em 2013, em 2014.

Agora, em relação à trajetória da dívida pública, o senhor mostra aqui no seu gráfico que, em 2006, era 56,4 bilhões a dívida bruta. E ela não muda, ela vai vindo. Nós tivemos aqui, em 2012, 58,8; em 2013, 56,8; estão previstos, para 2014, 56,8. Então, na verdade, a diminuição da dívida líquida não é acompanhada pela dívida bruta.

O senhor levantou também dados, e eu queria aproveitar este momento para fazer uma denúncia de que o IBGE está perdendo — não é do seu setor — os seus trabalhadores efetivos, sendo substituídos por trabalhadores temporários, ganhando menos. Talvez o IBGE não possa cumprir o seu trabalho desse jeito.

Quero dizer, para encerrar, que, além do mau negócio, em relação à PETROBRAS, de Pasadena, há a Abreu e Lima, que está custando três vezes mais;



a Okinawa, que comprou para produzir 100 mil barris, produziu apenas 50; e a PETROBRAS África, que vendeu o ativo por 1,5 milhão, mas valia em torno de 7 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Para encerrar, Deputado, por favor. *(Pausa.)*

Obrigado, Deputado.

Com a palavra o próximo orador, Deputado Afonso Florence, que dispõe de 3 minutos. Por favor.

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de pedir a V.Exa. que nominasse os próximos oradores, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Eu tenho uma relação grande aqui, nós estamos organizando. Eu não estava conduzindo os trabalhos no início, mas há um elenco grande de Deputados inscritos. Quer me parecer que uma parte já se ausentou.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - V.Exa. podia fazer a leitura de quem está ausente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Deputado, para orientar, V.Exa. é o décimo sexto.

(Não identificado) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, V.Exa. podia fazer a leitura? Já se exclui quem estiver ausente. Talvez falem poucos.

(Não identificado) - Seria bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Deputado...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, pela ordem.

Vamos ver se a gente constrói um acordo. Vejam bem, o Ministro de Estado da economia está até essa hora aqui sem almoçar e nós também.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Não, venho numa boa.

Peço aos meus colegas de bancada que facilitem, porque, daqui a pouco, vão ficar só o Ministro e uns três ou quatro Parlamentares.

Vamos terminar a audiência num bom nível. Sr. Presidente, veja se dá para construirmos um acordo. No máximo mais meia hora, porque já são 14h37min.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Eu consulto os Deputados. Esta é uma Casa de entendimento. *(Pausa.)*

Não há acordo. Então, vamos chamando.

Eu vou suspender os trabalhos, porque o Ministro quer se ausentar por um instante. O Deputado que eu chamei, aguarde, por favor.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Sr. Presidente, enquanto isso, V.Exa. podia ler a relação dos inscritos. Quem está ausente, já é cortada a palavra. Veja dos presentes quem faz questão de fazer uso da palavra. Só para facilitar o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Deputado, eu até já sugeri isso à nossa assessoria. Acontece que o Deputado se ausenta e, daqui a pouco, ele volta e está na ordem de inscrição. Aí eu não posso barrá-lo.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Se ele chegar aqui é outra discussão. Eu acredito que não acontecerá isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Mas nós vamos avançar, Deputado. Tenha certeza de que vamos acelerar os nossos trabalhos e vai dar tudo certo.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Não tem como V.Exa. fazer a leitura dos nomes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Tem, tem.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Então, vamos ver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - O próximo Deputado a falar é Afonso Florence, que já chamei. Depois, falarão os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, José Stédile, Sibá Machado, Pauderney Avelino, André Figueiredo, Giovani Cherini, José Guimarães, Cláudio Puty, Luiz Fernando Machado, Júlio Cesar, Renato Simões, que acabou de questionar, Luiz Carlos Hauly, Vanderlei Siraque, Edmar Arruda, Vaz de Lima, Cleber Verde, Edinho Bez, Guilherme Campos, Pedro Paulo e Leonardo Quintão. Ainda há os não membros da Comissão: Deputados Izalci, Gastão Vieira, Amauri Teixeira, Jô Moraes e Domingos Sávio.

É uma relação extensa, Deputado.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - A maioria não está aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - A maioria não está presente. Quer me parecer que temos esse próximo bloco e depois mais dois Deputados. Então, nós vamos encerrar os nossos trabalhos a contento, ouvindo aqui atentamente a explanação do Sr. Ministro. *(Pausa prolongada.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, nós estamos aqui construindo um acordo em relação ao rol dos inscritos no sentido de falarem dois da Oposição e dois do Governo, da base, para facilitar a vida do Ministro.

Eu peço o deferimento a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Eu peço aos Deputados que se pronunciem. *(Pausa.)*

Acordo fechado?

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Acordo fechado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Eu defiro a questão de ordem.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, chamando os Deputados pela ordem. Estamos fechando um entendimento, senão vamos matar o Ministro de fome. Nós todos vamos morrer de fome também abraçadinhos aqui.

(Não identificado) - Sr. Presidente, da nossa parte, falarão os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, Luiz Fernando Machado e Luiz Carlos Hauly.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Está fechado o entendimento. A Presidência vai deferir a questão de ordem.

Vamos garantir, então, a palavra ao Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Ministro, quero parabenizar V.Exa., o Secretário Márcio Holland, que está aqui acompanhando V.Exa., e os demais membros da sua equipe. Quero registrar a presença hoje do Presidente da ELETROBRAS — Centrais Elétricas Brasileiras S/A, José da Costa, que apresentou os números que comprovam o acerto da Lei nº 12.783, a modicidade da tarifa em decorrência das providências, a continuidade dos investimentos, a recuperação da ELETROBRAS e o que coaduna com as providências de gestão em relação à PETROBRAS.

Gostaria de registrar também, Ministro, que hoje foi rejeitado na Comissão de Desenvolvimento Econômico um projeto de lei que propunha punição para as



agências de *rating* quando os seus erros forem evidentes. O Governo e nós encaminhamos contrariamente. Como nós vamos punir as agências de *rating*?

Agora, é fato, Ministro, que o senhor apresentou os números. O problema é que a Oposição tem contado sempre com a absoluta cordialidade de V.Exa. Inclusive aqui hoje acenou para os Deputados Mendonça Filho e Rodrigo Maia com absoluta cordialidade, apesar de eles subirem sempre o tom retórico pela ausência de fatos e de números.

O tema PETROBRAS está superado, a Presidente Graça, o ex-Presidente Gabrielli e o ex-Diretor Cerveró já apresentaram fatos, números e documentos. O que nos resta aqui, Sr. Ministro, com base na sua apresentação, é sabermos qual é o cenário macroeconômico mundial, bem como as iniciativas do Governo brasileiro para sairmos daquele período de medidas anticíclicas e ingressarmos nesse período, digamos assim, alvissareiro, ainda modesto, apresentado por V.Exa. de retomada de uma atividade econômica mais robusta no cenário mundial.

Há uma possível mudança das características de demanda de *commodities* de produtos industriais. Os Estados Unidos se reposicionam com, digamos assim, a sua competitividade sistêmica à disponibilidade do (*ininteligível*), atraindo indústrias e se reindustrializando com indústrias de matrizes econômicas americanas que foram para o sudeste asiático.

E nós temos a expectativa do aperfeiçoamento do Brasil Maior, do aprofundamento da nossa política industrial e da nossa política de comércio exterior, e principalmente o aproveitamento desses indicadores positivos como o investimento externo direto, a manutenção do nível de emprego, a manutenção do poder aquisitivo e da pujança do mercado interno.

Acho que esse é o debate central do qual a Oposição pretende fugir para buscar, a cada momento, um tema que lhe permita fazer disputa eleitoral, já que o ambiente macroeconômico é de estabilidade para todos os setores e em especial para a população brasileira, que continua a ter melhoria da qualidade de vida.

Obrigado, Ministro. Parabéns por tudo!

Estritamente nos 3 minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Parabéns, Deputado! Se todos fossem como V.Exa., esta audiência já teria terminado.



O próximo orador é o Deputado Mendes Thame. S.Exa. dispõe de 3 minutos.
Por favor, Deputado, 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sim, senhor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Ministro, que nos dá a satisfação da sua presença, recentemente, a Presidente da República Dilma, que é a autoridade máxima no País, disse que foi induzida a erro e que, se tivesse todas as informações disponíveis, não cometeria o erro e não teria comprado Pasadena. Ou seja, ela afirmou que houve um erro e esse erro causou prejuízo.

Aqui estive a Presidente da PETROBRAS, que distribuiu um folheto semelhante a este que o senhor hoje distribui, no qual está escrito que o prejuízo de 420 milhões já foi conta de dólares, já foi contabilizado, já está contabilizado, e deixou um documento para todos nós comprovando que houve prejuízo e o prejuízo foi contabilizado — prejuízo esse contabilizado por erros. Os conselheiros teriam sido induzidos a erro, o que causou prejuízo.

Aí, nós ficamos perguntando, depois da apresentação que o senhor fez sobre a finalidade, os objetivos, as responsabilidades do Conselho, qual é o papel dos conselheiros. Os cargos dos conselheiros são honoríficos? Não são. São onerosos. Eles são muito bem pagos. Nós tivemos a informação de que um diretor da PETROBRAS ganha 140 mil reais por mês — não é por ano; é por mês. Ou seja, são cargos que têm algum pagamento. Ora, qual é a contrapartida que a PETROBRAS espera se ela paga a esses conselheiros? Que eles a protejam, evitem que ela tenha prejuízos, digam qual é o investimento que deve e o que não deve ser feito.

Pois bem. A Lei das Sociedades por Ações diz que, havendo prejuízo — ela não pergunta se é bom ou mau negócio —, os conselheiros são responsáveis desde que haja culpa. Ela não pergunta se houve intenção, se houve dolo. Basta haver culpa, qualquer culpa: por omissão, por negligência. Os conselheiros são responsáveis, bastando haver culpa. Está na lei. A pergunta é a seguinte: na sua avaliação, esses conselheiros que induziram a erro ou que erraram, que têm culpa, porque erraram, induzidos ou não, causaram prejuízos, são responsáveis? Em outras palavras, a frase...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Para encerrar, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Vou encerrar.

A frase do Gabrielli: “A Sra. Dilma deve assumir a sua responsabilidade”. Essa palavra “responsabilidade”, ele quis dizer, do ponto de vista jurídico, que ela tem responsabilidade jurídica pelos prejuízos? É esse o sentido dessa frase? Nós devemos apurar qual é essa responsabilidade?

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - O próximo orador, Deputado Luiz Carlos Hauly, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Não fala um do Governo agora? Tem que falar um da base do Governo agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Pela ordem de inscrição, vieram os três...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Quer alternar? (*Pausa.*) Não? (*Pausa.*) Tanto faz. Então, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Por favor, Sr. Deputado, 3 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Exmo. Sr. Ministro, a minha sensação como acionista da PETROBRAS é a pior possível. Eu comprei mil reais de ações e estou com um prejuízo de 60%.

Essa notícia de que a PETROBRAS era autossuficiente e as notícias desabonadoras patrocinadas pelos próprios gestores da PETROBRAS — porque não foi a Oposição, não foi a sociedade, não foi a imprensa — têm colocado em risco a PETROBRAS no mercado acionário. Então, eu, como acionista e em nome de milhões de acionistas lesados, quero manter o meu protesto.

Segundo, com relação à inflação, à economia, o sentimento é esse que está na *Folha de S.Paulo* de hoje. O próprio Ministro Mercadante, que é da primeiríssima confiança do Governo da Presidente Dilma, afirma que estão represados. O temor é de que o Governo esteja segurando os preços, esteja segurando tudo para poder, depois da eleição, dar o presente de grego para a população brasileira.



Terceiro, Sr. Presidente, senhoras e senhores, Sr. Ministro, há uma nítida política de esmagamento de Estados e Municípios nas finanças. Se quiser pôr o prefeito e o governador na mão, tira a receita deles. E foi o que aconteceu. Milhares de prefeitos estão em Brasília em protesto porque em 2012 e 2013, sob a gestão de V.Exa., houve as mais baixas transferências na história do Brasil. No caso do Paraná, no ano passado, nós tivemos transferência de 2% nominal; no ano anterior de 1,26%. Com prejuízos nos 2 anos. As transferências federais, somadas à elevada taxa de juros — porque V.Exa. não autorizou o Senado até hoje a votar o projeto de redução das taxas de juros dos Estados e Municípios —, comprometem terrivelmente a Federação. Hoje a Federação vive um drama: empurrou os governadores para um endividamento de 183% de 2010 para cá. Os Restos a Pagar de V.Exa. neste ano somaram 235 bilhões, contra 25, em 2002.

Então, realmente as perdas da Lei Kandir, que V.Exa. não paga... O Tribunal de Contas da União fez um relatório de 191 bilhões de perdas dos Estados e Municípios de 2008 a 2012, no período que V.Exa. está à frente do Ministério.

Eu apresentei um projeto de lei para ressarcir, reduzindo dívidas de Estados e Municípios com essas perdas detectadas pela resolução do Tribunal de Contas da União, o Acórdão nº 703, de 2014. Peço a V.Exa. que analise essa situação.

Teria muito mais a falar do pífio crescimento da economia, das reservas cambiais, que são grandes e dão prejuízo ao Brasil todos os anos. Como o tempo é escasso, lamento não poder falar mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Obrigado, Sr. Deputado.

Próximo orador, Deputado Luiz Fernando Machado, por 3 minutos improrrogáveis.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO MACHADO - Serei absolutamente breve, Sr. Presidente.

Eu quero somente fazer uma consideração. Queria que o Ministro, se possível... O Ministro foi absolutamente correto com esta Comissão, tem prestado aqui os seus esclarecimentos, o seu posicionamento, e eu quero elogiá-lo por essa postura. Desde as 10 horas da manhã eu estou aqui e desde as 10 horas também



aqui o Ministro está ouvindo pacientemente esta Comissão em todas as nossas dúvidas.

Eu quero inicialmente, Sr. Ministro, entender qual vai ser o modelo — o senhor já fez uma explicação inicial — com relação ao aumento de tributação no setor de bebidas, especialmente das bebidas frias — como são chamadas —, a partir da Copa, porque há um apelo para que não se faça nenhum repasse de aumento nesse setor até a Copa, para que não venha causar nenhum tipo de interferência aos empregos que serão gerados com a Copa do Mundo. Então, gostaria de saber esse ponto.

Segundo ponto, Sr. Ministro. Incomoda-me muito ouvir aqui dos dirigentes e militantes de partidos da Situação a expressão “Arrocho Neves”. Isso está envolto, Sr. Ministro, em toda uma estrutura de propaganda de sugerir ao nosso cidadão, especialmente àquele que tem menor capacidade de discernimento, o medo de disseminar a fórmula do medo *versus* a esperança. Isso é muito ruim porque não há, em nenhum momento, ações que tenham sido tomadas pelo Senador Aécio Neves, no sentido de reduzir salário mínimo, no sentido de não fazer aumento do Bolsa Família. Muito pelo contrário. Há um interesse dele inclusive de inserção disso numa política absolutamente de Estado.

Então, eu quero rebater com muita veemência esse tema, porque acredito que essa política restritiva que vai gerar desemprego não faz parte dos pilares que o Senador Aécio Neves defende.

Quero fazer também, Sr. Ministro, já que o tempo é escasso, somente uma consideração com relação a quem vai suportar o peso de todo o problema gerado com a energia elétrica. Quando dizemos que o Tesouro vai suportar esse peso, eu gostaria que o senhor explicasse o que é o Tesouro, porque, na minha avaliação, o Tesouro não gera riqueza, na minha avaliação o Tesouro não é um gerador de riqueza, mas somente um arrecadador dela. E quando nós dizemos que o Tesouro vai arcar com esse rombo na energia elétrica, eu estou dizendo que o cidadão, de uma forma final, irá pagar a conta daquilo que foi feito com o sistema elétrico.

Quero também, Sr. Ministro — só para finalizar os meus questionamentos —, entender de V.Exa. como fica, a partir do dia 31 de dezembro de 2014, a questão da contribuição previdenciária sobre a receita, em lugar da contribuição sobre a folha.



Eu queria entender: após 31 de dezembro, quais são as medidas, o que acontecerá, qual vai ser o procedimento adotado pelo Governo?

São essas as minhas considerações, pontualmente no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Obrigado, Sr. Deputado.

O próximo orador é o Deputado Renato Simões, que também dispõe de 3 minutos improrrogáveis. Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Sr. Presidente, apesar de não termos almoço, o Ministério fez aqui do limão uma limonada. A Oposição convida os Ministros, oferece-lhes esta tribuna, e o binômio terrorismo econômico e denunciismo da PETROBRAS se esvai quando Ministros e autoridades começam a responder as questões objetivas.

V.Exa. hoje até intérprete de texto está sendo chamado a ser aqui. Há Deputados que querem que o senhor interprete a entrevista do Presidente, comparada com a interpretação da nota da Presidenta, como se isso fosse papel de um Ministro de Estado. V.Exa. vem aqui dizer que o País tem os seus impasses econômicos decorrentes de uma crise internacional do capital, gerada pelo projeto neoliberal que esses senhores administraram no Brasil e no mundo, durante mais de 20 anos, que limita o crescimento dos países emergentes, do Brasil, que tem mantido uma política econômica alternativa, garantindo emprego e renda à população — coisa que nenhum outro país que seguiu a agenda neoliberal tem conseguido manter.

V.Exa., na primeira reunião do G-20, depois da crise, apresentou um conjunto de reformas nas instituições financeiras internacionais que visavam justamente aproveitar esse momento de crise para realizar reformas estruturais que impedissem que esses senhores que administraram o Brasil e o mundo com menos Estado, menos regulação e mais ditadura dos mercados, pudessem gerar menos problemas para a humanidade e para o povo brasileiro.

Portanto, V.Exa. está aqui em missão civilizatória, porque com Lula e Dilma veio V.Exa. Com “Arrocho Neves” vem Armínio Fraga e vem Eduardo Giannetti da Fonseca, que estão falando aquilo que o Aécio quer fazer.



Então, desculpem-me os membros da Oposição, mas a saída de arrocho salarial, o rebaixamento dos investimentos públicos e a diminuição do papel do Estado estão na boca dos arautos do programa de governo de V.Exas., não do nosso lado. É a volta ao passado, é a volta a essa crise econômica e social que nós não queremos.

Portanto, eu tenho apenas uma pergunta: V.Exa. poderia nos fazer um breve relato de quais são as medidas que o Governo brasileiro continua defendendo no âmbito internacional para assegurar a soberania das nações sobre os capitais financeiros internacionais para minimizar o efeito dessa crise que V.Exa. menciona estar num processo declinante? É possível que nós tenhamos novidades, no *front* externo, de reformas estruturais que permitam que as economias...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Para encerrar, Deputado.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - ...nacionais fiquem menos vulneráveis a essa onda dos mercados? Ou V.Exa. tem um balanço negativo de que esse período de crise não foi suficiente para mudanças internacionais na ordem econômica?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Encerrado esse bloco, vamos passar a palavra ao Sr. Ministro.

Este é o último bloco.

Se fosse dentro da proporção, a gente daria 40 minutos para o Ministro, porque falaram mais de oito Deputados. Já o consultei, e ele disse que 20 minutos estão de bom tamanho, que dão para matar no peito, tocar a bola e seguir em frente.

Com a palavra o nosso Ministro, para as respostas que se fazem necessárias.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Obrigado, Presidente.

Bom, eu acredito que nós recomeçamos este bloco com o Deputado Edson Santos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Certo. Mas é isso mesmo? Só para eu saber aqui.



O Deputado não está aqui, mas eu quero dizer que, de fato, nós moldamos um modelo de exploração de petróleo que fortalece a empresa brasileira, a PETROBRAS, e consagra essa empresa como a principal operadora.

Isso não excluiu o setor privado, absolutamente, porque nós acabamos de fazer uma parceria para exploração do maior reservatório, o Libra, que vai congrega empresas que participaram do leilão, todas competentes, mas prevalecendo o interesse público.

Nós, portanto, defendemos o modelo que está estabelecido aqui, e a mudança desse modelo certamente causará prejuízo à população. Não podemos esquecer, primeiro, que falamos de um setor estratégico. Ninguém entrega setor estratégico. Temos que ter uma operadora nossa. Segundo, a PETROBRAS é uma empresa do povo brasileiro, a maior empresa do País e uma empresa eficiente, que tem tecnologia de ponta e faz os maiores investimentos do mundo. Portanto, nós temos que preservar o fortalecimento da PETROBRAS e legar isso aos brasileiros.

Eu quero dizer ao Deputado Simplício Araújo que as projeções são absolutamente técnicas. As projeções econômicas que fazemos são técnicas, tão técnicas quanto as projeções que fazem os outros governos, as instituições. Então, nós fazemos avaliações técnicas, projeções. Agora, há mudanças de mercado que estão fora do nosso alcance. Então, as projeções, em determinados momentos de volatilidade e de flutuação, mudam. Isso não é só para o Governo brasileiro, como mencionei aqui. O Governo da Alemanha, o Governo da União Europeia, os governos de todos os países, o Governo americano, o FED, todos mudam e se atualizam, infelizmente.

Eu disse aqui que o Fundo Monetário Internacional é uma instituição que faz mudança a cada 3 anos. A cada reunião que nós vamos ter, ele muda a previsão. Então, não há nenhum pecado em mudar a previsão num momento em que as condições são mais instáveis na economia internacional. De quando as condições são mais estáveis eu citei exemplos. Vejam minhas previsões antes da crise, como a gente acertava ou como a gente conseguia atingir esses objetivos. Portanto, as previsões são técnicas.

Além disso, o Ministro da Fazenda tem também que cobiçar metas um pouco mais ambiciosas. A gente tem que forçar um pouco, tem que tentar crescer um



pouco mais. Então, às vezes, a gente coloca um pouco mais, porque é mais como estabelecer uma meta. Isso é comum. Se se pegar empresas, se se pegar bancos, eles estabelecem metas ambiciosas de liberação de crédito, de vendas, etc. Às vezes eles não conseguem, mas mobiliza-se o time para tentar obter resultados melhores. Pior seria se o Ministro chegasse aqui e falasse: “Ah, vamos crescer 0,5% que está bom, vamos fraquejar”. Não é esse o espírito. O espírito é procurarmos ser realistas, dentro das condições, porém tentando também estimular a economia.

No caso do PAC, ele tem sido, sim, efetivo. Talvez falte comunicação, mas eu posso lhe mandar o último relatório do PAC para o senhor ver que, se eu não me engano, 70% ou 80% das metas do PAC estão sendo cumpridas. Ele é um programa ambicioso. Se o senhor me permitir, eu lhe enviarei o último relatório com os números do PAC para que não parem dúvidas.

Quero dizer que os desembolsos do Governo com o PAC são crescentes. Eu não trouxe aqui a tabela, mas, se não me engano, nós já chegamos a algo como... A cada ano, tem crescido o desembolso, e nós deveremos estar — agora não me lembro — próximos de 70 ou 80 bilhões. Eu posso lhe mandar isso também, para que fique mais preciso. Agora eu não me lembro de cabeça.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Ah, o senhor já pediu. Está certo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Certo.

Eu não tenho condições de falar do Programa Mais Médicos. Pelo que eu leio, parece-me um programa muito bem-sucedido. Nós temos uma carência de médicos no Brasil e a vinda desses médicos está atendendo às necessidades da população, principalmente a de baixa renda, que é a que mais carece de atenção. Parece que está indo bem esse programa. Deve haver alguns obstáculos...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Permita-me aí, Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - ...mas eu não sou o Ministro...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - E não é para alta complexidade, é para a atenção básica.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Exato. Então...



O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - Já que o colega o interpelou, eu vou reiterar a crítica que eu coloquei. Eu disse que o programa foi gerado a partir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - V.Exa. terá direito a réplica.

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - S.Exa. interpelou, e eu gostaria também de ponderar. V.Exa. devia ter chamando a atenção do colega, do companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Então, eu vou chamar atenção dos dois.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Deputado Afonso Florence...

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - Deixe-me concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - ...e Deputado Simplício, por favor — ou nós vamos sair daqui meia-noite —, deixem o Ministro terminar a explanação.

V.Exa. vai ter...

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - A gente está aqui para isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Não, não estamos aqui para isso.

O Ministro não foi convidado para sair daqui meia-noite, Deputado. Perdoe-me. V.Exa. vai ter direito à réplica.

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - Se for necessário, a gente sai daqui amanhã ou depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Coloque-se no seu tempo regimental de 3 minutos, por favor.

Ministro, está assegurada a palavra a V.Exa.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Bom, em relação à refinaria do Maranhão, eu quero dizer o seguinte: a refinaria do Maranhão está dentro do plano



de investimentos que nós temos. Ela já está lá há, digamos, alguns anos. Nós temos hoje poucas refinarias no Brasil, mas uma refinaria, evidentemente, custa caro. Nós lançamos, recentemente, o plano 14/18. Ela está lá. Já se iniciaram os trabalhos. Eu não conheço as cifras que o senhor mencionou, mas eu posso lhe remeter, com precisão, aquilo que já foi e aquilo que não foi gasto nas conduções de terraplanagem e tudo mais. Quero dizer que essa não é uma decisão política. Essa decisão já foi tomada faz muito tempo.

Há uma refinaria no Maranhão e, se não me engano, há outra no Ceará. Elas são as duas novas refinarias e respondem à necessidade de mais produto refinado no mercado doméstico. Nós necessitamos desses produtos. Por isso que elas foram planejadas. Então, elas vão se realizar.

Nós tivemos que atrasá-las um pouco, porque o plano de investimentos da PETROBRAS é muito grande e exige muito capital. Então, às vezes, nós temos que aumentar um pouco o prazo de implementação desses grandes investimentos.

Em cada uma delas, o investimento é da ordem de mais de 20 bilhões de dólares — em cada uma dessas duas refinarias. Então, nós temos tido dificuldades para fazer todo esse programa ao mesmo tempo.

O programa de investimentos da PETROBRAS é muito ambicioso. No ano passado, nós investimos 48 bilhões de dólares, 107 bilhões de reais — um dos maiores programas de investimento do mundo.

Então, quero lhe dizer que essa é uma decisão. Eu não sei ali quais são as consequências no Maranhão. Infelizmente, não conheço essas dificuldades que o senhor mencionou, mas posso lhe dizer que ela está, sim, entre as prioridades e vai ser feita nos próximos anos.

Estamos, inclusive, buscando parceiros para que venham fazer investimentos junto com a PETROBRAS, porque a gente teria mais recursos e mais rapidez para fazer esses investimentos. Eu poderia lhe fornecer mais informações. Se o senhor me mandar uma requisição, eu farei isso com muito prazer.

Portanto, não é propaganda; é uma necessidade. Há algum tempo, foi definido, nesse programa de refinarias, que nós deveríamos ter essas refinarias. Houve um tempo em que a PETROBRAS investiu pouco em refinaria. É em função disso que hoje nós importamos produtos refinados. E nós gostaríamos de ter uma



autonomia maior. Então, estão sendo feitas refinarias. Com essas do Maranhão e do Ceará, nós teríamos autossuficiência em produtos refinados.

O Deputado Dr. Ubiali menciona a redução das desigualdades e o controle da inflação. Pergunta sobre a dívida pública. Se eu entendi bem, que a dívida pública...

(Não identificado) - Bruta.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Perdão, a dívida bruta caiu menos do que deveria cair. Ela era 60... Não caiu, na verdade. Eu tenho aqui o quadro da dívida bruta. Deixe-me pegá-lo, para falar com mais precisão. A dívida bruta não caiu porque passa a incorporar as reservas também. Então, a reserva não é computada. Então, tem-se reserva e dívida bruta.

Mas por que a dívida líquida é um conceito melhor? Por que ela reduz as reservas que se tem. A nossa dívida não caiu, nos últimos anos, porque ela computa também os recursos que foram colocados no BNDES, com os quais nós viabilizamos todos esses projetos industriais do País — milhares de empresas foram viabilizadas.

No ano passado, foram 6,3% de crescimento do investimento no País, graças aos Programas de Sustentação do Investimento — PSIs, programas que têm, sim, subsídios. E, portanto, quando a gente repassa para o BNDES, aumenta a dívida bruta. De qualquer maneira, no ano passado, ela caiu sim. A dívida bruta caiu. E a trajetória dela será, a partir de 2012, descendente, de modo que, em 2014, ela deve chegar a 56,1%. Está estabilizada. No ano passado, 56,8%, e a tendência é que ela caia em 2015 e 2016.

Nos outros países, o que aconteceu? A dívida bruta explodiu. Os países da Europa aumentaram violentamente. Vários países no mundo tiveram. E nós tivemos certa estabilidade. Essa dívida vai voltar. Aquilo que foi emprestado ao BNDES não foi dado. O BNDES tem que devolver ao Governo Federal e o fará ao longo do tempo, de modo que a nossa dívida tende a permanecer sob controle ou cair, nos próximos anos.

Com relação ao IBGE, eu não posso falar sobre um organismo que está sob o comando do Ministério do Planejamento. Já fui Ministro do Planejamento, mas faz muito tempo. *(Riso.)* Então, certamente, é importante valorizar os funcionários do IBGE, porque eles têm desafios muito grandes.



Não é fácil acompanhar os índices de inflação, os índices de desemprego, o orçamento familiar. É uma tarefa muito árdua, mesmo porque essas variáveis mudam muito. Então, mede-se a inflação a partir de um determinado orçamento familiar. Diz-se: *“Bom, hoje é o orçamento familiar. A população está consumindo tanto de alimento, tanto com informática, tanto com não sei o quê”*. Mas dali a 2 anos já mudou. Então, ele tem que atualizar para não medir a inflação errada, o que exige *expertise*. Essas mudanças ocorrem no mundo todo. Por exemplo, os Estados Unidos acabaram de mudar a série histórica de investimentos, coisa que nós teremos que fazer aqui. Está havendo uma subestimação do investimento no Brasil por causa das mudanças que não foram incorporadas. O IBGE já sabe disso e está fazendo os estudos. Quando finalizá-los fará a mudança conceitual. Então, é um organismo de ponta, extremamente conceituado, mas precisa, é claro, manter os seus funcionários, digamos, interessados. E eu concordo com o senhor. *(Pausa.)*

O Deputado Antonio Carlos Mendes Thame já não se encontra aqui. Ele questionou se houve erro ou não na decisão da aquisição de Pasadena. Naturalmente, ele se refere, mais uma vez, a um evento do qual eu não participei. Então, é difícil dizer. Tenho certeza de que, de fato, os conselheiros não tinham as informações plenas para tomarem a decisão. E a decisão que foi tomada, com as informações que havia, foi correta. Não estou falando só da Presidenta Dilma, estou falando de conselheiros importantes, membros da sociedade, empresários reconhecidos que opinaram pela aquisição de Pasadena. Já os mencionei aqui: o então Presidente da FEBRABAN — Federação Brasileira de Bancos, Fábio Barbosa, que hoje é Presidente do Grupo Abril; o Presidente Gerdau, das Organizações Gerdau; o Claudio Haddad, Presidente do INSPER — Instituto de Ensino e Pesquisa. Todos da mais alta qualificação. Portanto, eles tiveram as informações. Não sabiam daquelas cláusulas. Eu não quero julgar aqui porque eu não estava presente. Eu não posso dar uma opinião...

Ademais, os conselheiros têm a responsabilidade limitada à sua esfera de competência. Isso é muito bem definido pela legislação. Eu não sou jurista, não vou dizer qual é a esfera de competência demandada aqui. *(Pausa.)*

O Deputado Luiz Carlos Hauly, também ausente, disse que fez um mau negócio quando comprou ações da PETROBRAS. Ele não falou quando foi. Se



comprou, digamos, em 2003, 2004, fez um ótimo negócio, porque as ações estavam valorizadas.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Da última vez que ele disse isso, apareceram, na hora, vários compradores.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Apareceram compradores. Quero dizer também...

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - Sr. Presidente, garanta a ordem, porque quero a minha tréplica. Vamos chamar a atenção dos companheiros. V.Exa. só está chamando a atenção da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Por favor, Deputado Florence, ajude para que os trabalhos terminem na ordem, na paz. É um apelo que faço a V.Exa.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Eu quero dizer que aqueles cidadãos que compraram ações da PETROBRAS compraram um ativo da mais alta valorização. É um ativo que está lastreado em reservas que só aumentaram. É um ativo que vai produzir um faturamento cada vez maior. A PETROBRAS, sem sombra de dúvidas, é uma das empresas mais valiosas do planeta e continuará sendo.

É claro que nós não podemos ir atrás também de volatilidade de mercado. Em momentos de crise, todas as ações caem, ações de instituições financeiras altamente lucrativas caem. Depois, voltam. Então, nós não podemos ficar ao sabor de flutuações de mercado. Nós temos que olhar a solidez dos ativos, e posso garantir que os ativos da PETROBRAS são dos mais sólidos do planeta. O reservatório do pré-sal é um dos mais valiosos do mundo. E as reservas da PETROBRAS só têm aumentado. Portanto, quem apostar na PETROBRAS terá um retorno no tempo devido.

Bom, em relação à questão do Fundo de Participação dos Municípios, acho que nós mudamos de assunto. Eu não vim para discutir esse assunto, mas posso dizer que, ao longo da minha gestão, esse Fundo teve aumentos expressivos de valor. Eu não sei de cor os dados, mas posso mandá-los para os senhores. Teve um momento, antes da crise, em que todo mundo estava arrecadando mais e, portanto, o Fundo aumentou significativamente, o que beneficiou os Estados. É claro que no momento em que houve uma crise, um crescimento menor, houve uma queda, e nós



fizemos também algumas desonerações, que permitiram a retomada da economia, portanto, devolvendo adiante aquilo que havia diminuído. Eu acredito, portanto, que o saldo é positivo.

O Deputado Luiz Fernando Machado pergunta sobre a tributação de bebidas. Eu tinha dito que existe um modelo de tributação que é baseado numa tomada de preços, porque é *ad rem* — você tem que aumentar o tributo na medida em que o preço sobe. Portanto, periodicamente, nós temos que fazer uma tomada de preços para saber se o preço subiu. Nesse caso, nós temos que aumentar o tributo.

Ontem houve uma reunião com todo o setor. Nós tínhamos feito uma atualização da tabela de preços. Portanto, isso implicaria uma correção do tributo, porque o tributo cai quando o preço sobe, proporcionalmente. Mas, diante das dificuldades do setor, cujo faturamento cresceu um pouco menos nos últimos anos, e é um setor muito importante para a economia — a indústria de alimentos e bebidas é fundamental, faz muito investimento —, nós combinamos um diferimento desse aumento. Na verdade, é uma correção. Essa correção se dará a médio prazo, daqui a 3 meses, depois da Copa, de modo que não vai impactar o setor. Isso será feito de maneira parcial, gradual. Em contrapartida, o setor se comprometeu a não subir os preços. Quando ele não sobe os preços, nós não precisamos atualizar. São eles, na verdade, que levam à atualização. É bom que não aumentem preços porque todos estamos empenhados em manter a inflação sob controle e todos estamos empenhados para que essa indústria continue investindo e criando empregos. Ela é muito importante para o País.

Acho que saíram todos satisfeitos da reunião. O senhor poderá ter a oportunidade de conversar com pessoas desse segmento.

Bom, acho que já falei da questão da energia elétrica e de como está sendo equacionado o problema.

É verdade que, quanto ao Tesouro, no fundo, a conta é do contribuinte, mas nós também não fazemos milagres. O Tesouro não consegue gerar. Ele pode taxar a sociedade e, depois, devolver a ela, sob a forma de benefícios e tudo mais. Nós procuramos fazê-lo de forma equilibrada. Então, uma parte vai diretamente para o consumidor; uma outra parte vai para o setor elétrico; outra parte vai para o Tesouro. Foi, assim, de uma forma equitativa.



O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - Então, por duas vezes, o consumidor suporta o aumento.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Nós minimizamos aqui, está certo? O certo seria passar tudo para o consumidor. Pelas leis estabelecidas, quem deveria pagar essa conta são as distribuidoras, não é o Governo; o Governo não é responsável. As distribuidoras têm que pagar a geradora. Se a energia subiu, elas não tinham contratado, aí vão ter... A geradora sobe o preço, não quer saber, e a distribuidora vai... Mas nós íamos deixar que as distribuidoras quebrassem? Não dá para deixar que as distribuidoras quebrem.

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - Eu só queria interpretar como sinônimo quando o senhor disse que uma parte é do consumidor, outra parte é do Tesouro. Ou seja, dois terços da conta serão pagos pelo consumidor.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Mas é diferente porque o Tesouro administra um volume de ingressos maior. Então, há uma diluição disso. E não tem outra saída. Pior seria colocar tudo em cima do consumidor diretamente. Assim, dilui-se um pouco.

De qualquer forma, a solução encontrada foi a que menos trouxe problemas para o consumidor, viabilizou as empresas de distribuição — é importante que elas continuem investindo, continuem produzindo — e não foi tão onerosa para o Governo. Essa foi a solução que encontramos. E o leilão que fizemos foi bom porque diminuiu o problema.

O senhor pergunta sobre a questão da desoneração da folha. De fato, vence em 2014, e nós temos que verificar como faremos no futuro. Se depender de mim, nós vamos renovar essa desoneração, porque acho que ela é muito importante para o setor produtivo. O setor produtivo ganhou competitividade. Eu sei de segmentos — não posso mencioná-los — que se tornaram mais competitivos do que empresas similares na Ásia. Está certo? Acho que eu posso mencionar a General Electric, que anunciou que vai fazer turbinas no Brasil para exportar para a China, em função da desoneração da folha.

Então, eu acho que a desoneração é muito importante, tem que ser estrutural na economia brasileira e deverá ser mantida nos próximos Governos, na minha opinião.



Sr. Presidente, eu acredito que esgotei as perguntas que me foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Vou perguntar aos Deputados se querem exercer o seu direito de réplica.

Concedo 3 minutos, pela ordem de inscrição, ao Deputado Simplício Araújo. Por favor, vamos respeitar a ordem, seguir o mesmo roteiro.

Concedo a réplica ao Deputado Simplício Araújo. V.Exa. tem a palavra, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - Primeiro, quero dizer ao Ministro Guido Mantega que eu não fui contemplado com resposta para a pergunta que lhe fiz. Eu fiz duas perguntas. Perguntei sobre a questão tecnopolítica, e o senhor respondeu. Depois, perguntei se na sua avaliação estão corretos os valores gastos apenas com cercas, canteiros de obras e terraplanagem na refinaria de Bacabeira.

E quero aqui, usando as suas próprias palavras, abordar o seguinte: quando o senhor fala sobre um planejamento na PETROBRAS, subentende-se que de forma alguma a empresa poderia startar uma obra no Maranhão sem os devidos projetos. E a PETROBRAS pagou 90 milhões de reais para o consórcio responsável pela terraplanagem, na obra, lá, durante os 3 primeiros meses, quando não existia sequer projeto, nem licenciamento ambiental.

Então, eu vou, além de pedir que o senhor me responda, também indagar a respeito do planejamento que a PETROBRAS faz, que é tão perfeito, conforme as suas colocações, e que permite que sejam pagos 90 milhões para uma empresa sem que ela coloque um dedal sequer na obra.

Por fim, o senhor aqui usou um termo — corroborando com o que afirmou um colega que disse que o senhor veio dar aula aqui de inglês —, “*evaluation*”, que se refere à avaliação, e eu não gostaria, Ministro, de forma alguma, até pela sua educação, pela forma como o senhor está se retratando aqui, de ir embora para o Maranhão sem uma resposta adequada, porque eu já fiz essa pergunta a praticamente todo o Governo, e o Maranhão precisa de uma resposta adequada sobre o destino do 1 bilhão de reais e sobre o destinos da refinaria no Maranhão. Então, que o senhor não me deixe levar daqui para o Maranhão o “*embromation*”, que é como a gente chama lá o que falam os cantores sertanejos, ou os cantores de



seresta, que não sabem falar inglês, mas que o senhor me dê, e dê principalmente ao povo do Maranhão, as respostas de que o Maranhão tanto precisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - O próximo Deputado, pela ordem de inscrição, é o Deputado Pepe Vargas. V.Exa. quer exercer o direito de réplica? *(Pausa.)*

Então, o próximo Deputado é o Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente, Sr. Ministro, agradeço-lhe os esclarecimento que me deu, mas talvez eu não tenha feito a pergunta com a clareza necessária. Quero saber especificamente se não preocupa o senhor o fato de uma empresa tão organizada como a PETROBRAS, que tem investido tão alto, ter uma dívida de 36% do seu capital — pelo menos, foi o que li nas notícias —, que preocupa a própria Presidente da empresa, porque, se aumentar um pouco mais, ela coloca em risco a empresa.

Além disso, a gente descobriu, em relação a 2013, nos últimos tempos, os problemas na negociação de Pasadena, refinaria pela qual se pagou 20 vezes mais; e na de Okinawa, que produziria 100 mil barris/dia, mas, por problemas ambientais, só pode refinar 50 mil barris/dia; na Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, que está custando de 2 a 3 vezes mais do que refinarias semelhantes construídas em outros locais do mundo; e também nos ativos da África, que foram vendidos por 1,5 bilhão de dólares, sendo que a própria Diretoria anterior da PETROBRAS havia estimado que, com uma pequena mudança na estrutura e a venda de 25% deles, poderia, por 3,5 bilhões de dólares, fazer com que eles tivessem o valor de 7 bilhões de dólares.

Isso eu li, mas não sei se é assim mesmo. Eu queria entender isso e, por essa razão, pergunto ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Eu pergunto ao Deputado Afonso Florence se quer usar o direito de réplica. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Fernando Machado.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO MACHADO - Sr. Presidente, eu não vou insistir mais em réplicas, mas quero dizer que me deixou muito contente a forma franca como o Ministro se posicionou, dizendo a todo o Brasil que quando se trata



de conta do Tesouro Nacional, essa conta é atribuída ao cidadão, independente da composição que seja dada à sua formatação.

É muito importante que nós saibamos desse sinônimo e que, a partir deste momento, utilizemos a expressão “o cidadão paga a conta”. Pelo erro e pela colocação feitos no ano passado com relação ao sistema elétrico brasileiro, independente do que sejam geradoras, retransmissoras, enfim, de qual seja o ente responsável, quem está pagando essa conta, por 3 vezes, é o consumidor, no repasse a ele, quando o Tesouro admite essa responsabilidade. Por fim, nós temos aqui a clareza dada pelo Ministro.

O Ministro foi muito feliz em toda a audiência pública. Pautou-se pela coragem de dizer a verdade sobre o que está sendo feito em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Ministro, vamos à tréplica, então? Vou conceder 6 minutos a V.Exa.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Obrigado, Presidente.

O Deputado Simplício voltou à questão do Maranhão. Já tinha dito: não foi decisão política; foi uma decisão técnica, feita há muito tempo.

O Presidente do Conselho não sabe qual é o custo da cerca elétrica ou da terraplanagem. Nós não temos esses detalhes. Quem tem que olhar isso é a Diretoria, são os órgãos de controle internos da empresa e, depois, nós vamos olhar o balanço, o resultado, para ver se está dentro daquilo que foi planejado. Nós fiscalizamos rigorosamente o investimento de cada obra, para saber se está dentro daquilo que foi planejado. Quando não está, nós indagamos e investigamos.

No caso dos projetos, nós introduzimos um sistema chamado Sistema S, que é um sistema que analisa o desembolso financeiro e a realização física de cada projeto. Então, a cada balanço, a cada balancete, nós olhamos os investimentos um a um, mas pela curva S. Não vou olhar detalhes, se colocaram um pilar, se não sei o quê. Isso não cabe ao Presidente do Conselho e nem ao Conselho. É um detalhe, é uma minúcia que nós não teríamos tempo...

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - O senhor conhece esse relatório do TCU sobre a refinaria de Bacabeira?

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Não li esse relatório.



O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - O senhor não tem conhecimento? Como Presidente do Conselho da PETROBRAS, o senhor não tem conhecimento de que o TCU...

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - O senhor sabe quantos relatórios do TCU são feitos? Eles são analisados pela instância técnica. Nós temos lá acho que 3 mil ou 4 mil funcionários dedicados a passar informações ao TCU, porque ele analisa todos os projetos. Seria absolutamente impossível eu analisar cada relatório. Não seria possível. Há assessoria jurídica e departamentos. Não existe nenhuma empresa que trabalhe desta maneira.

Portanto, a licença ambiental também é um problema técnico, com detalhes dos quais as equipes que executam isso têm que tratar. Nós sabemos que vários projetos têm problemas ambientais que podem atrasar a obra. Acho que nós estamos entrando aqui em detalhes que têm a ver com o setor operacional da PETROBRAS. Não cabe a mim entrar neste detalhe e ter conhecimento. O senhor poderia ter feito a pergunta para a Presidenta Graça, que lhe teria respondido com maiores detalhes. Por favor, não me interrompa.

O SR. DEPUTADO SIMPLÍCIO ARAÚJO - Como eu lhe disse, estou sendo embromado pelo Governo. Ninguém me responde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Deputado, V.Exa. já teve direito à réplica.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Eu não embromo ninguém, não. Eu não embromo ninguém. Eu não embromo ninguém!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Deputado, eu vou cortar o microfone de V.Exa. V.Exa. teve direito à réplica. O Ministro está aqui respondendo de forma educada. Não é pertinente a colocação de V.Exa. Desculpe-me.

(Não identificado) - Peço que seja retirado, Presidente, inclusive da gravação da reunião a expressão que o Deputado usou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - V.Exa. será atendido, Deputado.

(Não identificado) - Então, solicito que seja retirada também a expressão que foi usada contra o Senador Aécio Neves aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - V.Exa. também será atendido, Deputado.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Em relação à dívida da empresa, eu procurei mostrar, apresentando os dados da PETROBRAS, a evolução do investimento da empresa e a evolução da sua produção. Para que nós possamos explorar adequadamente o pré-sal e retirar esse volume imenso de riquezas a favor do povo brasileiro, nós temos que fazer pesados investimentos, que, como eu mencionei — e vou mencionar mais uma vez —, são os maiores do mundo. A PETROBRAS investiu, ano passado, mais que a EXXON, que é a maior empresa de petróleo. No ano retrasado, a mesma coisa. É preciso comprar plataformas e navios de apoio. Cada plataforma custa mais de 1 bilhão de dólares. São encomendadas em várias partes do mundo e começaram a ser fabricadas aqui no Brasil. Eu posso lhe mostrar, Deputado, quantas plataformas estão sendo incorporadas.

É claro que, neste momento inicial, nós temos um investimento que vai se transformar em rendimento e em lucratividade, de modo que isso retorne. Então, o endividamento aumenta, em um primeiro momento, e depois diminui. Nós temos a curva de endividamento na PETROBRAS, na qual nós trabalhamos com prazo mais longo. Nós temos um planejamento até 2020 e 2030. E nós olhamos cada uma dessas variáveis. O endividamento da PETROBRAS vira no início de 2015, porque a produção já refletirá todas essas plataformas que foram incorporadas nesse período. Então, é uma curva que mostra que vai cair o endividamento. A PETROBRAS terá um aumento de lucratividade e produção. Nós caminharemos dos 2 milhões de barris/dia para 3 milhões e 4 milhões de barris/dia. Neste ano, está aumentando a produção da PETROBRAS. Vai aumentar 7,5%. Os senhores podem calcular quanto isso significa no faturamento de 300 milhões. Essa é uma trajetória que se deve a todas as plataformas que foram implementadas nos últimos anos.

Acredito que a Presidenta Graça já tenha recorrido sobre isso com muito mais propriedade do que eu. Mas é isso. É normal. A empresa se endivida, depois devolve o investimento e fica mais forte, com mais lucros. Portanto, é normal este endividamento, que descera.

Eu acho que já respondi ao Deputado Luiz Fernando Machado. Então, não há mais nada aqui.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder. Eu estou devidamente inscrito e gostaria de me manifestar como Líder da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Regimentalmente, V.Exa. está coberto de razão e tem o direito de pedir a palavra. Mas nós construímos aqui um acordo — participaram os Deputados Vanderlei Macris, Mendonça Filho e José Guimarães, este pela base — no sentido de fazermos um bloco. Foram escolhidos os Deputados da Oposição e da base que falariam, após o que seriam encerrados os trabalhos.

V.Exa. quer agora — a Assessoria já me comunicara — exercer o direito de Líder da Minoria e fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Eu fico numa situação delicada, porque foi construído um acordo de Plenário. Acima do Regimento creio que está a vontade dos Deputados de construir um acordo. Quem faz o Regimento são os Deputados. Se os Deputados acordaram aqui que a reunião iria ser encerrada agora, eu sou obrigado a encerrar a reunião, Deputado. V.Exa. me desculpe — e eu não quero ser grosseiro —, mas não tem jeito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu entendi que foi feito um acordo para se estabelecer um limite de inscrições ou de Deputados que quisessem usar da palavra. Agora, fazer acordo para retirar a possibilidade de qualquer Líder fazer uso da palavra é coisa que nunca vi nesta Casa, e nem vejo a possibilidade, uma vez que sou Líder e não fiz parte desse acordo.

Meu entendimento é o de que uma oportunidade como esta é útil para todos. Não me cabe discutir qual foi a intenção dos colegas que planejaram limitar o uso da palavra, mas eu entendo ser apropriado fazer uso dela — a menos que o Sr. Ministro não esteja em condições de continuar, o que respeitarei profundamente. Meu propósito é apenas o de trazer indagações que acredito poderão contribuir, bem como aproveitar a oportunidade de ter uma autoridade como o Ministro da Fazenda na Câmara dos Deputados, debatendo assuntos extremamente relevantes para o País.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, quero registrar — e agradecer ao Deputado Domingos Sávio — que hoje S.Exa. apresentava na Comissão de Agricultura um requerimento de convocação do Sr. Ministro para inquiri-lo sobre a retirada dos preços dos alimentos da cesta de composição dos índices de inflação. Eu me dirigi ao Deputado Domingos Sávio e solicitei a ele que não apresentasse o requerimento, mas que viesse aqui hoje fazer suas perguntas. E S.Exa. retirou o requerimento.

Faço este registro, Sr. Presidente, e também um apelo ao Sr. Ministro, que paciente e cordialmente vem respondendo detalhadamente a todas as perguntas, no sentido de que ouça o Deputado Domingos Sávio e lhe responda. Em contrapartida, apelo ao Deputado Domingos Sávio para que não reapresente o requerimento que motivou o rearranjo do acordo havido nesta audiência pública.

O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Um momento, por favor.

Esta Casa, antes de tudo, é uma Casa democrática. Deputado Pepe Vargas, V.Exa. concorda?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Vou, então, abrir um precedente para o V.Exa., Deputado Domingos Sávio, que poderá usar seu tempo regimental de 5 minutos. Apenas chamo a atenção para o adiantado da hora e para o fato de que esta reunião já estava praticamente encerrada.

Aqui está o Sr. Ministro, que não se ausentou por nenhum momento. S.Exa. não pode, como os Deputados, fazer “tique-taque”, entrar e sair, vir aqui e ir para outras Comissões. Nós estamos aqui desde as 10 horas da manhã, sobretudo o Ministro, respondendo pacientemente a todos os questionamentos. Portanto, que V.Exa. use seu tempo regimental e...



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, antes mesmo de usar meu tempo, falo pela ordem, porque eu só vou fazer uso do meu tempo se V.Exa. compreender que é um direito regimental, e nós o faremos da forma mais tranquila possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Já concordei com que V.Exa. faça uso de seu tempo regimental.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu não posso admitir — e V.Exa. há de concordar comigo — esse tipo de colocação de que os Deputados saem e que fazem “tique-taque”. Por que existem o Regimento e a figura do Líder? Porque nós somos chamados a diversas situações, e o Ministro está absolutamente ciente disso. Quem me dera poder chegar a esta Casa e permanecer nesta reunião — onde estive e me inscrevi, logo que ela se abriu — todo o tempo.

Todos os Líderes, e não apenas eu, são chamados a diversas situações, e a ela respondemos para atender aos interesses do País. Eu saí daqui para trabalhar e voltei a tempo de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Deputado, todos nós aqui estamos trabalhando: o Ministro, eu, todos estamos trabalhando.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Claro. Que não parem dúvidas sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Então, estou acatando a questão de ordem de V.Exa.; estou lhe concedendo a palavra, após consultar o Ministro e os Deputados que construíram o acordo — porque quem faz o Regimento são os Deputados; então, quem constrói o acordo... Poderíamos muito bem encerrar a reunião aqui, agora, e dar por encerrado o assunto.

V. Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO - Presidente, uma questão de ordem, por gentileza. Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Mais um?

O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO - Uma questão de ordem.

Por gentileza, eu compreendo o cansaço do Ministro e a paciência que teve ao prestar esclarecimentos a esta Comissão desde as 10 horas, mas eu queria exercer o meu direito de perguntar.



Eu cheguei aqui antes de a audiência começar. Só me ausentei porque sou Presidente de uma Comissão Mista que analisa uma MP que, inclusive, interessa ao Ministro, porque é uma MP que fala do Banco Central — trata da alienação de um imóvel do Banco Central na cidade do Rio de Janeiro. É a MP 639. Eu saí, presidi a reunião da Comissão em meia hora; aprovei, Ministro, o parecer e a MP de V. Exa., do Banco Central, e retornei para cá.

Ouvi pacientemente a pergunta de todos os Parlamentares, a exposição de todos e eu queria ter o direito de fazer uma pergunta, ainda que ela não tivesse o direito à réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Consulto ao Plenário: Deputados Afonso Florence e Pepe Vargas, está liberado? Então, está bom. Deputado, antes que chegue outro Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, quero registrar: sem nenhum risco de novas exceções, por favor, Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Sr. Ministro Guido Mantega, é extremamente importante que nós possamos, ainda que com o sacrifício de V. Exa. e da nossa parte de fugirmos à rotina, até do nosso organismo, e não podermos interromper para o almoço, tratar de assuntos extremamente relevantes. Às vezes, há o calor, o que é natural e é uma das coisas que um ano eleitoral faz com as pessoas.

Obviamente, ainda que não estivesse o tempo todo aqui presente, a minha Assessoria aqui estava, e nós sabemos que, num momento como este, às vezes, deixam-se de lado as questões que devem ser objeto desta audiência, como a inflação, que está aí e é um problema que não é partidário; é um problema do País, embora essencialmente do Governo, que tem a responsabilidade da condução da política macroeconômica. Há também as questões envolvendo a gestão da PETROBRAS e os prejuízos que ela vem acumulando e a preocupação que isso traz a todos os brasileiros, porque nós queremos bem à PETROBRAS, não queremos os desmandos que existem na PETROBRAS. Nada contra a PETROBRAS; eu acredito na PETROBRAS — eu acredito na PETROBRAS, repito; eu não acredito é no modelo de gestão que se está impondo à empresa. Eu não



concordo é com a maneira como ela está sendo dirigida e, por isso, eu entendo que algumas colocações que foram feitas aqui são absolutamente inapropriadas.

Coincidentemente, eu estava, num desses momentos, testemunhando o Senador Aécio Neves deixar claro, com todas as letras, o respeito e o compromisso permanente que teve ao longo da sua vida pública e que tem com uma política permanente de valorização e de ganho real no salário mínimo.

Isso nunca foi dito de outra forma, mas a tentativa de inocular a mentira é própria dos desesperados, de quem não tem argumento adequado para tratar a coisa no campo da verdade. Mas a verdade é mais dura do que o aço, é intangível, e ela está aí.

Essa é a linha não só do Senador Aécio Neves, mas é a linha do PSDB, que sempre a praticou: ter o controle da inflação, até para que o salário mínimo apresente ganho verdadeiro. Porque se voltarmos a ter inflação, esse será o imposto mais perverso, que corrói qualquer possibilidade de ganho.

Da mesma forma, temos clareza de que as políticas sociais criadas no Governo Fernando Henrique — que, hoje, têm o nome de Bolsa Família, mas que seguem a mesma linha da sua criação originária no Governo Fernando Henrique — têm que se consolidar como políticas de Estado, para nunca serem usadas eleitoreiramente; têm que se consolidar como uma garantia absoluta para que as pessoas não fiquem reféns desse tipo de atitude covarde de explorar o pobre, dizendo: *“Olha, você só pode ir numa direção, senão vão lhe tomar algo”* — que é direito seu, pois a estrutura do Estado deve ter o zelo para com os mais pobres. E ele deixou isso claro, agora, no encontro com milhares de Prefeitos.

Na mesma linha, manteve, sim, a preocupação. Aí, eu entro com a minha pergunta, porque eu quero saber se é a preocupação do senhor. Falo da preocupação com a inflação, que está fora do centro da meta. Obviamente, se ela passa do centro da meta, se ela sai do controle, traz prejuízos enormes para o País. E não há como falar em fazer uma desindexação plena da economia para que a credibilidade, as perspectivas de um planejamento adequado existam, se essa inflação continua acima do centro da meta.

Aí vêm as minhas indagações. É possível trazer essa inflação para o centro da meta, ou até fazê-la recuar, o que é o correto? O senhor é que é o nosso Ministro



da Fazenda, por isso eu gostaria de saber. Se o Governo gasta bem mais do que arrecada, como gastou no primeiro trimestre deste ano, isso é possível? Adianta, para nós conseguirmos combater a inflação, nós criarmos qualquer maquiagem? Isso adianta para nós conseguirmos domar a inflação? E aí, quando percebem que o povo quer mudança e que o Senador Aécio Neves começa a demonstrar claramente para o Brasil que é possível, sim, fazer as mudanças, unindo responsabilidade fiscal — responsabilidade fiscal, repito, o que é totalmente diferente de arrocho! — com ética e com desenvolvimento... É possível? Por acaso adianta? É responsável a gente, sabendo que existe um determinado custo, maquiar e não deixar esse custo ser computado, adiando-o indefinidamente?

Acho que alguém andou falando uma vez: “*Se o dentifrício saiu de dentro da pasta, ele não volta mais*”. Ou seja, se o custo, se o malfeito, a gestão inadequada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Tempo encerrado, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ... no setor elétrico gera a necessidade de rever tarifas; se tem um custo isso; se a forma como se está tratando o combustível não é adequada — e veio a Presidente da PETROBRAS dizer isso. Não fui eu; foi alguém do Governo —, isso é ou não é, Ministro, um represamento de custos que haverá de impactar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Tempo encerrado, Deputado!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ... que haverá de impactar na inflação?

Estou concluindo.

Portanto, a minha pergunta: é possível alcançar a redução da inflação com o Governo gastando mais — e, na minha opinião, gastando mal — do que efetivamente arrecada? É possível você...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Conclua, Deputado, por favor!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ... conseguir alcançar a inflação ideal maquiando dados?



E aí vem a minha pergunta que eu iria colocar na Comissão de Agricultura e que eu não sei se vai dar tempo para debater: houve notícias nos jornais de que o Ministério da Fazenda tinha a disposição de retirar alguns itens da alimentação do cálculo da inflação. Quer dizer, o povo vai ter que parar de comer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Conclua, Deputado!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É essa a maneira de controlar a inflação? Com dieta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Deputado Pedro Paulo, V.Exa. dispõe de 3 minutos. Mas são 3 minutos, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO - Não vou usar meus 3 minutos, Presidente. Vou fazer uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Se não usar, vou agradecer publicamente a V.Exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO - Compreendo, pelo avançado da hora. Ministro, primeiro, parabenizo-o pela sua exposição.

A minha pergunta é absolutamente objetiva e leva em consideração a sua afirmação de que os indicadores macroeconômicos do Governo estão absolutamente equilibrados, ou seja, inflação em queda; dívida percentual em relação ao PIB também decrescendo; condições macroeconômicas absolutamente favoráveis; nota do risco Brasil sendo mantida pelas agências de classificação de risco — à exceção da Standard & Poor's, que diminuiu a nota do risco Brasil, mas, ainda assim, nos cinco pontos em que ela explicou o rebaixamento, sequer falou do problema da dívida pública brasileira.

Considerando isso, eu pergunto a V.Exa., e o faço com um viés de proteção aos Municípios e aos Estados: nós temos o PLC nº 99, no Senado, que fala da renegociação do estoque da dívida e da indexação futura da dívida de Estados e Municípios. Esse projeto está na Comissão de Constituição e Justiça, já foi aprovado pela CAE, no Senado, depois de ter sido aprovado na Câmara.

Dado esse equilíbrio que V.Exa. disse existir no Governo, pergunto se V.Exa., por parte do Ministério da Fazenda, uma vez aprovado o projeto no Senado, concorda em encaminhar — é óbvio, para a Presidente Dilma — a sanção desse projeto de renegociação, que é fundamental? Ressalto que, na nossa visão, ele não



causa qualquer tipo de impacto no superávit, nas contas do Governo Federal, porque, à medida que se relaxa o endividamento dos Estados e dos Municípios, a conta se equilibra, fica igual a zero, à medida que diminui o endividamento dos Municípios e Estados, que também elevam, no cômputo geral, o endividamento do País.

Então pergunto se V.Exa. concorda com essa renegociação e em não postergar essa discussão para depois das eleições ou para o ano que vem, na medida em que o País se encontra em estabilidade, como V.Exa. colocou.

Muito obrigado, Presidente, pela deferência de me deixar fazer a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Com a palavra o Sr. Ministro Guido Mantega.

(Não identificado) - Sr. Presidente, pela ordem. Quero registrar que eu não vou fazer uso da palavra, mas eu havia me inscrito, estava aqui desde a manhã e abri mão da inscrição por conta de um acordo que havia sido feito. Não estou pleiteando isso; só quero registrar que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Obrigado pela compreensão. Obrigado pela compreensão de V.Exa.

(Não identificado) - Eu gostaria de concluir a minha intervenção.

Outros Deputados que chegaram aqui quase às 16 horas falaram, e eu, que estava aqui desde cedo, não falei. Só quero que isso seja registrado em ata.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Obrigado pela compreensão.

(Não identificado) - Sr. Presidente, Deputado Manuel, V.Exa. precisa construir o acordo do almoço. Convide o Ministro Guido Mantega para almoçar conosco ali no café da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Desde que V.Exa. pague, está fechado o acordo.

(Não identificado) - Estou fora, estou fora!

(Não identificado) - Em decorrência do contingenciamento orçamentário.

(Não identificado) - Vamos avançar, vamos avançar!



O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Eu estou sem dinheiro. Quem tem dinheiro é o Tesouro; não eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Ministro, 6 minutos está bom para V.Exa.?

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Vou tentar. Eu tenho que responder às perguntas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Vamos lá, Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Começando pelo Deputado Domingos Sávio, esclarecendo a sua última pergunta.

Eu, em momento algum, declarei que deveríamos tirar os alimentos do cômputo dos índices de inflação. Quando essa notícia foi veiculada, ninguém falou que fui eu; a verdade é essa. Saiu uma notícia, e eu imediatamente chamei o *Globo* e disse: *“Isso aí não procede. O Governo não tem nenhum plano de fazer isso”*. De onde saiu, eu não sei, mas eu chamei imediatamente o jornal e na mesma matéria saiu o desmentido. Portanto, não há nenhuma intenção de se fazer isso. Isso é feito nos Estados Unidos. Aqui você tem também. Nos núcleos já fazem isso. Mas eu acho que nós temos que continuar com os mesmos índices que temos e nós temos que nos esforçar para aumentar no País a oferta de produtos alimentícios.

Aliás, nós temos o maior Plano Safra que já foi feito. A cada ano, temos um grande Plano Safra e, para nós, estimular a agricultura é fundamental. Aliás, a agricultura brasileira é uma das mais dinâmicas do mundo, é uma das que mais cresce. V.Exa. não estava aqui quando eu mostrei que, no ano passado, nós fomos, acho, a segunda ou a terceira que mais cresceu no mundo. Portanto, o Governo apoia a agricultura, tem criado condições para que ela seja mais dinâmica. O Brasil já é o maior exportador de vários itens. Em vários itens, é o primeiro produtor e o primeiro exportador ou é o segundo produtor, primeiro... É assim em açúcar, café, soja, carne, etc.

Essa é a nossa política. Então, houve um equívoco, e eu procurei desmentir quem disse isso, porque senão falam: *“Alguém do Governo falou”*. Mas quem é esse alguém? Não tem autoridade. A autoridade disse que não tem essa mudança.

Se não me engano, V.Exa. falou dos supostos problemas do modelo de gestão da PETROBRAS. Eu quero dizer o seguinte: o modelo de gestão da



PETROBRAS é muito eficiente. Não vejo desmandos. Pode haver um ou outro problema. Isso é normal em todas as empresas. A empresa tem um modelo de gestão muito eficiente. Portanto, não concordo que se deva mudar o modelo de gestão. Acho que devemos manter o modelo de gestão que foi implementado no nosso Governo. Nós valorizamos a PETROBRAS.

Eu queria lembrar que o Governo aumentou a sua participação na PETROBRAS. Então, nós valorizamos a participação pública na maior empresa do País. Essa política não era praticada no passado. A nossa política é de fortalecimento da PETROBRAS e o melhor modelo de gestão para que ela possa cumprir a sua missão, extremamente importante para o País: ser uma das maiores empresas do petróleo; suprir as necessidades do País; ser exportadora; e ainda fornecer recursos para a educação, com os *royalties*, o que é fundamental.

O senhor falou em controle da inflação. Eu quero dizer que o Governo FHC fez, de fato, um esforço importante para combater a inflação. Tem os seus méritos. O Plano Real foi importante. Mas, infelizmente, não conseguiu cumprir as metas de inflação. Quando era Presidente do Banco Central, o economista Armínio Fraga não cumpriu as metas de inflação que ele estabeleceu. Se o senhor quiser, eu posso mencionar aqui os dados. A inflação do período anterior ao nosso era maior do que a nossa.

Então, eu diria que, na nossa gestão, nós temos controlado a inflação mais do que na gestão anterior. Não que não tenha havido esforços, mas eu quero relembrar que, em 1999, a inflação foi de 8,9% — portanto, ultrapassou o limite superior; em 2000, foi de 6% e se manteve dentro do limite; em 2001, foi de 7,7%, ultrapassou o limite; em 2002, foi de 12,5%, ultrapassou o limite. O único ano em que nós ultrapassamos o limite foi 2003, que veio com uma pressão inflacionária de 2002. Dali para frente, sempre cumprimos a meta de inflação. Portanto, não há Governo que tenha combatido mais a inflação e que tenha conseguido controlá-la como o nosso. E nós não usamos âncora cambial.

Nós tivemos uma pressão inflacionária nos últimos 2 anos originária da desvalorização do nosso câmbio. Nós sabemos que isso é inflacionário. Se nós tivéssemos deixado o real se valorizar, teríamos uma inflação menor, mas, certamente, teríamos também destruído uma parte da indústria, que não teria



capacidade de exportar, e teríamos prejudicado também a agricultura, porque o câmbio não seria favorável para a exportação. Então, nós optamos por isso.

Agora, nós temos trabalhado, sim, para manter a inflação sob controle, porque sabemos que ela é prejudicial à população brasileira e a toda a economia.

Ela poderá atingir o centro da meta à medida que conseguirmos desindexar mais a economia brasileira. Nós ainda temos um resquício de indexação do passado. Temos procurado eliminar essa indexação nas aplicações do setor público, nos títulos que são lançados — quando é possível, o Tesouro lança mais títulos pré-fixados do que títulos indexados —, e assim por diante, mas tivemos, nos últimos anos, choque de alimentos.

O senhor, que vem do setor, saber muito bem. Dois anos atrás, uma seca nos Estados Unidos fez subir o preço dos grãos. É claro que subiu a inflação, mas o setor faturou mais também. O Brasil responde bem a isso: produz mais grãos. Mas tivemos uma pressão inflacionária este ano, no ano passado, no ano retrasado — 3 anos de pressão forte. Mas temos tomado as medidas devidas.

V.Exa. falou em gastos maiores do que a receita. Quero dizer que isso não procede: nós temos feito superávit primário. E quero dizer que, se nós compararmos os dois Governos — eu estou fazendo isso porque V.Exa. fez; não vim aqui para comparar governo —, posso dizer que o nosso desempenho fiscal foi superior ao do Governo anterior. O Governo anterior tem os seus méritos. Criou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu sempre reconheci isso. Foi muito importante. Agora, de 8 anos, em 4 houve superávit primário. Nós fazemos superávit primário há 11 anos e continuaremos fazendo.

Então, não se pode dizer que nós gastamos mais do que arrecadamos. Nós temos poupado, e é o nosso superávit primário. Se somarmos todo o superávit primário, fizemos muito mais do que foi feito pelo Governo dos senhores. Se o senhor quiser saber a média, eu posso mencionar, mas acho que é irrelevante que nós cheguemos a esse nível de detalhes. O importante é que todos estávamos nos esforçando para ter superávit primário e tudo mais. Alguns não puderam. Nós temos feito, considerando o saldo acumulado, muito mais superávit primário do que foi feito no Governo anterior. O desempenho fiscal se mede pelo resultado nominal, não é o



primário, mas quando coloca a conta de juros. E nós temos resultados mais favoráveis do que tiveram os governos passados.

O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO - Presidente, me permite de forma bem breve?

Ministro, eu não estava fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Deputado, só um minutinho.

V.Exa. já respondeu ao Deputado?

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Não respondi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Em bloco, só para organizar. *(Pausa.)*

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Desculpe. Pedro Paulo. *(Pausa.)*

O senhor poderia repetir, por gentileza?

O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO - A sua posição sobre o projeto de renegociação das dívidas dos Estados e Municípios que está para ser aprovado no Senado.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Veja, esse projeto tem os seus méritos; a questão é o momento em que deve ser aprovado, porque ele deixa a falsa ideia de que vai causar um descontrole das dívidas dos Estados e Municípios. À medida que ele vai produzir uma redução dessa dívida, mudando-se o indexador, ele deixa essa ideia, que não é correta, porque existem mecanismos de controle, como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O problema é que nós vivemos, nos últimos tempos, um período em que tivemos a Standard & Poor's questionando os nossos indicadores, dizendo que nós estaríamos com descontrole das contas públicas — o que não é correto, mas, de alguma forma, influenciou a confiança dos mercados —, e nós julgamos que o momento não era oportuno para aprovar um projeto que daria a entender a possibilidade de se aumentarem os gastos públicos. É por isso então que nós recomendamos, sugerimos que postergássemos para um momento adequado, quando encontrássemos as condições para aprovar esse projeto. Essa é a nossa posição.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Deputado Domingos Sávio, 3 minutos para a réplica.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu não fiz uma comparação, nem disponho desses gráficos, mas tenho para mim, de forma muito clara, e trago comigo, o sentimento do povo brasileiro. Eu não sou economista, sou médico veterinário e pequeno produtor rural. A realidade muda e obviamente essa análise fria de que *“Foi um tanto de inflação ou de superávit”* não considera uma série de componentes. O senhor melhor do que ninguém sabe disso, e louvo a atitude absolutamente profissional, madura, e eu diria cidadã, de reconhecer os méritos que houve no passado para se garantir ao País um plano de estabilidade econômica, uma Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas na referência que eu fiz — e talvez eu não tenha sido feliz em detalhá-la —, quando disse que o Governo está gastando mais porque está arrecadando mais, eu não disse que ele está tendo superávit primário. Eu disse o que eu recebi da imprensa, ou seja, que no primeiro trimestre deste ano as despesas públicas cresceram algo próximo de 15%, comparadas ao trimestre do ano anterior, enquanto as receitas públicas cresceram algo em torno de 7%. Disse que, ao mesmo tempo, isso me preocupa.

Assim como o senhor, embora não seja economista, eu tenho clareza de que se um governo gasta mais do que arrecada, na situação real que temos de um grau de comprometimento com a dívida pública, como tem este Governo, pois os títulos da dívida pública, como o senhor mesmo admitiu, ainda são em boa parte indexados. Então, esses são componentes que dificultam a redução da inflação. Associei a isso algo que tem sido usado, de certa forma, para atacar a crítica correta feita pelo Senador Aécio Neves, como se ele estivesse sinalizando para fazer um governo com mais dificuldade para os brasileiros, quando ele apenas está dando um diagnóstico. Aí eu perguntei se o senhor também está enxergando isto, ou seja, que havendo um gasto maior represado com custo de combustível — e quem disse isso foi a Presidente da PETROBRAS; que havendo um gasto maior com as concessionárias de energia, e o senhor mesmo concordou agora ao dizer: *“Nós tivemos que repassar um subsídio, senão elas iam quebrar e nós não podíamos deixar que quebrassem”*. O Governo fez uma série de mudanças na matriz



energética do Brasil, na forma de tratar com o setor de produção energética do Brasil, e no momento seguinte vieram todas essas dificuldades.

Pois bem, concluo dizendo, Ministro, que eu entendo que esses dois componentes — gastar mais do que se arrecada e represar fatores que influenciam a inflação — não significa que se está resolvendo um problema.

Por último, eu quero fazer um apelo a V.Exa. V.Exa. falou do setor rural. Realmente, eu conheço bem o setor de laticínios, do café e sei da importância grande que têm na geração de emprego e na economia brasileira, não só para manter a alimentação no Brasil, mas também para exportar. Nós fizemos um acordo, depois de muito debate, com os técnicos da sua equipe sobre a questão do PIS e do COFINS, dos créditos do PIS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Isso é extremamente relevante, Presidente, e ele pode nos ajudar, já que ele abordou o assunto.

Ficou acertado, e eu concordei com a votação de uma MP, como Líder, não bloqueamos, 15 dias atrás, porque disseram: “*Vamos tirar o acordo da 632 e ele virá na 634*”. O Líder do Governo Arlindo Chinaglia assumiu esse compromisso — e está gravado — em Plenário sobre o acordo dos créditos do PIS e COFINS do leite e do café. Esse crédito está ficando represado nas cooperativas. Era para ter vindo na 634, e ontem nós fomos surpreendidos, pois o Senador Eunício Oliveira mandou o relatório, que estava acordado com o Governo, sem incluir a solução do crédito de PIS e COFINS para o setor de laticínios e para o setor do café.

Então eu peço ao senhor que olhe isso, porque não vai trazer nenhuma dificuldade para o Governo, mas vai ajudar a dois setores importantes da economia brasileira, que são o leite e o café.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Deputado Pedro Paulo, 10 segundos. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO - Deputado novo é um problema. (*Risos.*)

Mas, Ministro, o senhor disse que não havia, naquela época, o momento adequado para votar, porque isso causaria instabilidade nas avaliações de risco da



economia brasileira. Passado esse período, o senhor disse que o rebaixamento da Standard & Poor's não fez qualquer diferença; que o investimento externo, seja direto, seja especulativo, aumentou no Brasil. O senhor acha que agora é o momento de aprovar esse projeto de renegociação das dívidas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Sr. Ministro, tem a tréplica, para encerrar.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - De trás pra adiante, se me permitem.

Ontem eu fiz uma reunião com a Fisher, que é uma empresa de *rating* que está aqui no Brasil, eles confirmaram o nosso *rating* acima do *investment grade* e nós não queremos dar motivos para que haja uma mudança. Quando mudou só a Standard & Poor's, tudo bem, pois as outras duas não mudaram, e então nós continuamos sós. Eu quero dizer que a questão fiscal é espinhosa, é uma questão difícil, de confiança, e temos que cuidar dela.

Se me permitem, vou passar à resposta. Não há despesa maior do que a receita, Deputado. O que o senhor está dizendo é que a despesa subiu mais do que a receita; só que a receita é maior do que a despesa, e continua maior. Então não há despesa maior do que a receita. É bom esclarecer isso. Quando há superávit primário é porque a receita é maior do que a despesa, por definição.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O superávit é menor, mas está ocorrendo.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Nós estamos fazendo um superávit menor porque estamos fazendo política anticíclica, e tenho explicado isso aqui. É um dos maiores do mundo, eu gostaria de informá-lo, pois quase nenhum país do mundo faz esse superávit que nós fazemos aqui no Brasil de 1,9. É pagamento de juro, a dívida financeira. Então isso nós temos que diminuir ao longo do tempo. Não há essa disparidade. Sim, nós fazemos uma poupança.

O PIS e a COFINS eu tinha discutido com a minha equipe e tinha liberado. Então eu vou verificar o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nos ajude.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Acho que o Luciano Coutinho falou comigo. Eu não sei informá-lo agora e fico devendo uma explicação.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Conto com o senhor, porque é para os setores de leite e de café, ambos muito importantes para a nossa economia, especialmente em Minas.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Perfeitamente. Então me cobre, por favor, para lhe informar. Eu achei que estava encaminhada essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Por ser esta uma sessão conjunta, regimentalmente, vou colocar em votação a ata desta reunião.

Os senhores que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Eu gostaria de agradecer a presença ao nosso Ministro Guido Mantega.

Está encerrada a sessão.